

CAROLINA SANTOS MELO

**TIPOS DE TEXTOS
EMPREGADOS COM FUNÇÃO DE ARGUMENTO
NA DISSERTAÇÃO ARGUMENTATIVA**



Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de Letras e Lingüística

2005

CAROLINA SANTOS MELO

TIPOS DE TEXTOS

EMPREGADOS COM FUNÇÃO DE ARGUMENTO

NA DISSERTAÇÃO ARGUMENTATIVA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Lingüística do Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientador: Dr. Luiz Carlos Travaglia

Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de Letras e Lingüística

2005

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de
Catalogação e Classificação / mg /01/05

M528t Melo, Carolina Santos.
Tipos de textos empregados com função de argumento na dissertação
Argumentativa / Carolina Santos Melo. – Uberlândia, 2005.
178.f. : il.
Orientador: Luiz Carlos Travaglia.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Lingüística.
Inclui bibliografia.
1.Lingüística - Teses. 2. Coesão (Lingüística) – Teses. I. Travaglia,
Luiz Carlos. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Lingüística. III. Título.

CDU: 801 (043.3)

DEDICATÓRIA

Esta dissertação é dedicada ao meu querido pai Ivan, que sempre acreditou em mim, me motivando a lutar pela conquista de meus objetivos; à minha mãe Dulcelena, que fez dos meus ideais os seus sonhos; e ao meu amado esposo Luciano, que foi tão compreensivo nos momentos de minha ausência, me dando todo apoio quando me faltavam forças para eu prosseguir a minha caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido fé e forças para que eu superasse os obstáculos.

Agradeço a todas as pessoas (amigos e familiares) que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização desse trabalho.

Agradeço ao meu orientador professor Dr. Luiz Carlos Travaglia, pela imensurável contribuição ao longo do Curso de Mestrado e por ter compartilhado seus conhecimentos para o meu aprimoramento. Ficaré a essência de suas palavras sábias e uma lição de dedicação e perseverança.

Agradeço meu querido irmão Ivan Filho, pelo carinho e colaboração; a minha querida avó Célia, pelas palavras otimistas e positivas; às minhas queridas tias Doralice, Dulcinéia, Domicia e Vera, e a todos os primos pela força e apoio que ofereceram nessa minha jornada. À minha avó Maria Divina, que não está mais presente entre nós, mas que sempre me passou sua sapiência e fé.

Agradeço à Dona Ivanilda, minha colaboradora do lar, pelo trabalho incessante feito com muito carinho.

Agradeço a todos os colegas do Colégio Expansão, pela cooperação e compreensão que se fizeram necessárias para a conclusão desse trabalho.

Agradeço à professora Dra. Vânia Maria Bernardes Arruda Fernandes pelas enriquecedoras sugestões e produtivas observações prestadas.

Agradeço à professora Dra. Luiza Helena Borges Finotti, pela significativa cooperação para a conclusão dessa análise.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
1- INTRODUÇÃO.....	9
1.1-Justificativa.....	11
1.2- Objetivo geral.....	13
1.3- Objetivos específicos.....	13
1.4- Hipóteses.....	14
1.5- Material e métodos.....	15
2-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1- Tipologias textuais.....	18
2.1.1- Tipologias propostas por TRAVAGLIA.....	18
2.1.2- Tipologias de outros autores.....	25
2.2- Classificação do editorial de jornal como tipo e gênero textual.....	29
2.3- Argumentação.....	34
2.4- Funções de tipos de textos inseridos em outros tipos- outros estudos.....	44
2.5- Marcas lingüísticas na inserção de trechos narrativos e descritivos.....	56
2.5.1- Marcas lingüísticas: coesão.....	57
3- ANÁLISE E RESULTADOS.....	62
3.1- Preliminares.....	62
3.2- Componentes estruturais do texto argumentativo.....	63
3.3- As formas argumentativas.....	79
3.4- Os tipos de trechos e as formas argumentativas.....	88
3.4.1- Formas argumentativas de trechos narrativos.....	88
3.4.2- Formas argumentativas de trechos descritivos.....	103
3.5- Considerações sobre as formas argumentativas de trechos narrativos e descritivos...114	
3.6- As marcas lingüísticas que introduzem os trechos.....	119
3.7- Considerações sobre as marcas lingüísticas.....	142

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
5- BIBLIOGRAFIA.....	148
6- ANEXO.....	154
6.1- EDITORIAIS DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO	155
6.2- EDITORIAIS DO JORNAL “O GLOBO”	168

RESUMO

Nosso estudo busca analisar: a) a presença de outros tipos de texto como narrativos, descritivos e injuntivos na estrutura de textos predominantemente dissertativos argumentativos, usando editoriais de jornal; b) e qual o papel desses trechos inseridos na argumentação que é feita. Observamos ainda, se esses trechos são introduzidos por marcas lingüísticas específicas e verificamos se estas marcas indicam alguma relação funcional desempenhada pelos trechos. Realizamos esse estudo com os editoriais de jornal, e por meio dessa observação, podemos afirmar que a inserção desses outros tipos textuais no corpo dos editoriais de jornal, considerados textos dissertativos argumentativos “stricto sensu”, desempenha a função de argumentar em forma de características, comprovações, conseqüências, contra-argumentos, exemplos e explicações; e que há um número reduzido de marcas lingüísticas na introdução dos trechos, sendo que algumas determinam o modo como o argumento se estrutura, outras somente indicam esse modo e algumas outras marcas lingüísticas não apresentam relação específica nenhuma com esse modo de argumentar.

Palavras-chave: argumentação, dissertação, editorial de jornal, tipologia textual, marcas lingüísticas, coesão.

ABSTRACT

Our study aims to analyze: a) the presence of other textual types as narrative, descriptive and injunctive in the structure of the texts predominantly argumentative dissertational using newspaper editorial; b) and what the function these fragments that are introduced in argumentation that is did. We have also observed, if these fragments are introduced for specific linguistics marks, we verified if these marks indicate some functional relation executed for the fragments. We did the study with newspaper editorial, and through that observation, we verified that the insert of those other textual types in the body of newspaper editorials that are considered dissertational argumentative texts “*stricto sensu*”, it carries out the function of arguing in form of characteristics, proofs, consequences, counter-arguments, examples and explanations; and that there is a reduced number of linguistics marks in the introduction of the fragments, and some marks determine the mode how the argument structures; others linguistics marks only suggest these mode; and some others marks don't have any specific relation with the mode of arguing.

Key words: argumentation, dissertation, newspaper editorial, textual typology, linguistics marks, cohesion.

1- INTRODUÇÃO

A prática argumentativa está presente em todas as áreas do conhecimento e em todos os campos de trabalho.

O sujeito, em todo momento, busca ganhar a adesão dos outros sujeitos em relação à idéia que cultiva ou propõe. Seja em prol de um objetivo profissional (como vender um produto ou serviço) ou de um objetivo pessoal (fazer o outro crer em suas informações, idéias, crenças). O sujeito está sempre tomando decisões ou levando outros a tomarem decisões por meio de argumentos, os quais operam causando uma ação ou reação ideológica no sujeito receptor. E segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p.65), “é por causa das relações que a argumentação possui com a ação que ela compromete praticamente os que dela participam “.

Dessa forma, vários discursos como o pedagógico, o jurídico, o religioso, o publicitário, o jornalístico, entre outros, colocam em prática o processo argumentativo almejando provocar em seu auditório a reflexão sobre a razão que justificará a realização de determinada ação pretendida pelo sujeito locutor.

Nos meios de comunicação de massa como os jornais, e, especialmente nos textos de opinião, fica evidente a apresentação de argumentos de forma explícita. O sujeito locutor utiliza dos mais variados recursos que a língua oferece para conquistar a adesão do sujeito alocutário. Com a pretensão de impressionar a consciência destes, emprega

certos esquemas interpretativos que fazem com que as idéias que propõe se tornem significativas e pertinentes. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p.168), “A escolha de termos , para expressar o pensamento, raramente deixa de ter alcance argumentativo”.

E em muitos casos essa prática argumentativa visa atender à função social de um gênero textual específico e estrutura os argumentos de forma bastante incidente em determinado tipo de texto.

Em nosso trabalho observaremos como os diferentes tipos de textos são inseridos nos editoriais de jornal como recursos argumentativos. Analisaremos esse “elemento tipológico” (editorial de jornal) como gênero textual e como tipo de texto segundo teorias apresentadas adiante.

1.1- Justificativa

O estudo das tipologias textuais vem sendo o alvo de várias pesquisas desenvolvidas nos últimos anos. Tais pesquisas têm contribuído para um melhor conhecimento sobre o funcionamento da linguagem.

Apoiando-nos em estudos realizados sobre as tipologias textuais, observamos a necessidade e pertinência de verificar a significativa heterogeneidade de tipos de textos presentes em editoriais de jornal, considerados textos predominantemente dissertativos e argumentativos.

Para isso, consideraremos os editoriais de jornal como textos dissertativos, pois expõem idéias com uma intenção avaliativa e conceitual, e também são do tipo argumentativo, por defenderem um ponto de vista determinado e terem a intenção de convencer o interlocutor da veracidade da tese que apresenta. Mediante esses critérios, os

editoriais se enquadram perfeitamente em nossa análise e por isso foram adotados como corpus de nossa pesquisa.

Outro fator que nos conduz a essa escolha é que, como são textos de grande circulação na sociedade e essencialmente formadores de opinião, acreditamos ser extremamente relevante seu estudo, bem como sua constituição tipológica e os recursos nele empregados. Em especial os mecanismos argumentativos, pois eles são os grandes responsáveis pelos efeitos que este tipo de texto (argumentativo) se destina a cumprir: levar o outro a aderir ao que está sendo enunciado. E com o intuito de dar a devida importância a esses procedimentos argumentativos, é necessário focar a linguagem em seu aspecto textual, semântico, discursivo e pragmático.

Dessa forma, no âmbito textual, ao se observar que um texto tem predominância quanto a um tipo - se narrativo, injuntivo, dissertativo ou descritivo – mas que não é puramente constituído por esse tipo, se faz pertinente a análise e observação dessa ocorrência, em busca dos fatores que fazem um texto se configurar estruturalmente de forma híbrida, ou seja, descobrir qual a função desses outros tipos de textos inseridos no corpo de um tipo dominante.

Por conseguinte, não somente a forma como a linguagem se estrutura tem relevância em nosso trabalho, mas também a seleção dos elementos lingüísticos, em específico os que marcam a introdução da inserção textual. Aqui se propõe uma análise semântica dos marcadores lingüísticos que se localizam na introdução dos trechos narrativos, descritivos ou injuntivos, inseridos no corpo dos textos ao mesmo tempo dissertativos e argumentativos que os editoriais são. Busca-se observar se esses introdutores de textos que fazem manobras coesivas marcando a relação de sentido entre os enunciados, marcam também o papel desses outros tipos de texto no dissertativo argumentativo “*stricto sensu*”.

A partir de observações, somos autorizados a antecipar que a função maior do procedimento de inserção de outros tipos de texto em um tipo predominantemente dissertativo e argumentativo é produzir um discurso persuasivo em que o locutor manipula valores e crenças por meio desses mecanismos, levando o interlocutor a crer ou a fazer algo.

Esse mecanismo que a linguagem oferece e que parece ser usado de forma assistemática, sem critérios definidos, precisa ser objeto de uma análise que procure evidenciar como esse mecanismo textual funciona, ou seja, como a inserção de outros tipos de texto na estrutura do texto dissertativo argumentativo “stricto sensu” pode atribuir a esse texto uma força argumentativa por funcionarem como argumentos.

Interessa-nos saber também qual tipo de texto (descritivo, narrativo ou injuntivo) se presta com maior frequência a cumprir essa função de argumento e de que forma se configura como tal.

Essas formas específicas por que os argumentos se apresentam podem ou não ser definidas e classificadas pelas marcas lingüísticas que os introduzem; e essa ocorrência será observada em nossa análise.

Centrar-nos-emos em apenas um dos recursos argumentativos que a linguagem oferece, mas isso não implica desconsiderarmos a existência de outros recursos empregados nesse tipo de texto.

Consideraremos o fato de que é possível servir-se de uma estrutura textual específica, configurando nela argumentos que exercerão uma influência sobre o receptor. E colocando-se a serviço da análise desse fato, torna-se extremamente importante a seleção de um texto (corpus) que, além de se enquadrar de forma plena nas categorias alvos de nosso estudo, seja um efetivo e ativo veículo de opiniões e valores, para que assim possa cumprir sua função social de formar ou modificar opiniões por meio da prática

argumentativa. E os editoriais de jornal se ajustam nesse perfil, sendo, por isso, os textos adotados como corpus de nosso estudo. Isso não significa que nosso intuito seja de observar especificamente o “gênero textual” (cf. Travaglia, 2002a, p.151) editoriais de jornal, mas o tipo de texto dissertativo argumentativo “stricto sensu”, o qual pode ser representado pelo gênero referido.

Assim, buscamos, em nosso estudo, corroborar a visão de que os textos argumentativos não são exclusivamente constituídos pela dissertação como tipo dominante, e fundamentar o procedimento textual de inserir outros tipos de textos como narrativos, descritivos e injuntivos como formas de argumentos. Desse modo, contribuiremos para precisar o emprego desse recurso argumentativo, buscando conscientizar os interlocutores desse tipo de texto da função e eficácia desse procedimento argumentativo.

1.2- Objetivo geral

Estudar a questão da heterogeneidade tipológica textual presente na constituição de textos predominantemente dissertativos e argumentativos “stricto sensu” e o emprego ou não de marcas lingüísticas que conduzam à identificação da função exercida por esses textos (descritivo, narrativo, injuntivo) inseridos no corpo do dissertativo.

1.3- Objetivos específicos

- 1) Verificar como as conjugações tipológicas funcionam no processo argumentativo;
- 2) Definir qual a função da inserção dos trechos narrativos, descritivos e injuntivos empregados nos textos dissertativos argumentativos ao gerenciarem informações e

convencerem/persuadirem o interlocutor a assumir uma mesma postura em relação ao assunto;

- 3) Verificar qual tipo textual é mais inserido na estrutura do texto dissertativo e o que justifica essa incidência;
- 4) Verificar se há e quais são as marcas lingüísticas específicas que introduzem as inserções textuais;
- 5) Averiguar a contribuição destas no processo de identificação da função dos trechos inseridos.

1.4- Hipóteses

- 1) O editorial de jornal, mesmo sendo classificado como texto dissertativo-argumentativo “stricto sensu” é heterogêneo tipologicamente em sua constituição, conjugando também em sua constituição trechos narrativos, descritivos e injuntivos.
- 2) Grande parte de outros tipos textuais inseridos no texto dissertativo e argumentativo “stricto sensu” editorial de jornal, desempenha a função de argumento.
- 3) Há funções argumentativas diversas exercidas pelas inserções de outros tipos dentro do texto dissertativo-argumentativo (editorial);
- 4) Há maior ocorrência de inserções de trechos narrativos que descritivos, e um mínimo número de trechos injuntivos;
- 5) As marcas lingüísticas específicas do processo de transição tipológica podem indicar as funções argumentativas dos trechos (narrativos, descritivos e injuntivos) inseridos nos textos dissertativos e argumentativos (editoriais)

1.5- Material e métodos

O corpus deste projeto será constituído por textos escritos, retirados da parte “editoriais do jornal “Folha de São Paulo” e do jornal “O Globo”, classificados como textos dissertativo e argumentativos “stricto sensu” que possuem em sua constituição outros tipos de texto da mesma tipologia do dissertativo, ou seja, descritivos, narrativos e injuntivos. No total foram analisados 50 textos, sendo 25 do Jornal “Folha de São Paulo” e 25 do Jornal “O Globo”; uma quantidade que estimamos ser necessária para detectar regularidades. O jornais foram coletados em datas aleatórias, durante os anos 2003 e 2004. A quantidade de editoriais em cada jornal é a mesma: Os jornais “Folha de São Paulo” e “O Globo” trazem em cada exemplar dois editoriais .

Adotamos para nosso estudo as seguintes formas em que o argumento se configura: **apresentando consequência, caracterizando, comprovando, contra-argumentando, exemplificando e explicando**. Tais formas argumentativas serão definidas, exemplificadas e analisadas, bem como as particularidades detectadas em cada uma.

Chamaremos de **trechos**, os fragmentos de tipos de textos distintos inseridos no dissertativo-argumentativo (editorial de jornal). Assim, haverá **trechos descritivos, trechos narrativos e trechos injuntivos**. Foram considerados trechos de qualquer dimensão, desde frases curtas (de poucas palavras) até um parágrafo constituído por vários períodos consecutivos, os quais podem possuir a mesma **forma argumentativa**, com a predominância de uma tipologia textual.

Nos exemplos de cada forma argumentativa, o trecho analisado foi acompanhado do trecho ao qual está ancorado. Tomamos essa providência pelo fato de que, para se compreender formas argumentativas comprovar, explicar, exemplificar etc. é necessário

expor qual idéia que o trecho comprova, explica etc. Por isso, o trecho analisado (que desempenha a forma exemplificada) está em destaque (sublinhado), e quando este trecho for iniciado por uma marca lingüística que favoreça a identificação da forma, a marca será destacada em negrito. Os espaços entrelinhas nos exemplos demarcam trechos de diferentes tipos e/ou funções, sendo que, como já foi dito, o destacado é o trecho a ser definido e analisado em cada exemplo. Ainda nos exemplos, adotamos a seguinte convenção: os tipos de texto inseridos na dissertação argumentativa foram representados por uma letra (cf. legenda abaixo), seguida de um número que identifica a ordem de sua ocorrência no corpus.

Legenda:

N- trecho narrativo

D- trecho descritivo

I- trecho injuntivo

N6- Sexto trecho narrativo encontrado no corpus

E2- Segundo editorial analisado

FSP1- Primeiro jornal “Folha de São Paulo” analisado

OGI 2- Segundo jornal “O Globo” analisado

(...)- Isolado na linha- marca de parágrafos localizados entre os trechos analisados

(.....) - Marca de omissão de trecho, oração, ou fragmento de oração pertencente ao parágrafo transcrito, independente de sua extensão.

Também numeramos a ordem do jornal analisado, a ordem do texto e a ordem que o trecho ocupa no texto: (FSP2, E5, D3). Traduz-se como esse trecho pertence ao segundo jornal “Folha de São Paulo” analisado, deste jornal é o quinto editorial e o trecho é o terceiro do tipo descritivo. A referência se localiza sempre abaixo do trecho analisado e entre parênteses.

Foram feitas fichas, cada uma com uma forma argumentativa específica como: exemplificar, explicar, comprovar, caracterizar etc., diferenciadas também pelo tipo de texto (descritivo, narrativo, injuntivo). Cada função foi também numerada, pois assim pudemos realizar concomitante à pesquisa qualitativa, uma pesquisa quantitativa, ou seja, precisar o número de tipos de seqüências distintas, a quantidade de funções encontradas e quais as mais freqüentes.

2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1- Tipologias textuais

Em nosso estudo, trabalharemos com alguns tipos distintos de textos: dissertativos, descritivos, narrativos, injuntivos e argumentativos. Como já foi dito, o corpus em análise é constituído por textos predominantemente dissertativos argumentativos “stricto sensu”.

Os tipos de texto em análise serão definidos por teorias tipológicas de textos diversas, conforme considerações realizadas a seguir.

2.1.1- Tipologias propostas por Travaglia

Nomeadas por “Tipelementos”, as categorias que Travaglia (2002) propõe são de três naturezas diferentes: tipo, gênero e espécie; e são definidas e caracterizadas por parâmetros e critérios distintos entre si. O que compõe esses três tipelementos são os “elementos tipológicos”(forma genérica referente à qualquer categoria distintiva de natureza tipológica de textos e discursos). São exemplos de elementos tipológicos o texto dissertativo, a carta, o romance, o texto argumentativo, o editorial de jornal, a crônica etc, classificados assim, por perspectivas textuais variadas .

Na tarefa de caracterizar o elemento tipológico **editorial de jornal** em *tipo*, *gênero* ou *espécie*, observamos as definições e os exemplos desses tipelementos já categorizados

por Travaglia (2002, p.5-7), o qual considera que o **tipo** “instaura um modo de interação, uma maneira de interlocução, segundo perspectivas que o produtor do texto assume”.

O autor apresenta tipologias compostas por tipos, diferenciadas por perspectivas distintas. Na primeira tipologia, enquadram-se os textos dos tipos descritivos, dissertativos, injuntivos e narrativos. Esses tipos são estabelecidos pela “perspectiva do produtor do texto em relação ao objeto do dizer quanto ao fazer/acontecer ou conhecer/saber e quanto à inserção destes no tempo e no espaço” (Travaglia, 2002, p.5).

A segunda categoria é constituída por **textos argumentativos “stricto sensu”** ou **textos não argumentativos “stricto sensu”**, os quais são tipos estabelecidos pela perspectiva do produtor do texto dada pela imagem que o mesmo faz do receptor como alguém que concorda ou não com o que ele diz. Nessa perspectiva, disponibiliza-se o discurso de transformação e o discurso de cumplicidade.

O primeiro é quando o produtor vê o receptor como alguém que não concorda com ele, o que resulta no texto **argumentativo “stricto sensu”**. Neste tipo de texto são empregados argumentos explícitos e recursos lingüísticos apropriados ao convencimento/persuasão do interlocutor; o segundo, que é o discurso de cumplicidade, o produtor vê o receptor como alguém que concorda com ele. Neste caso temos o texto que **não é argumentativo “stricto sensu”**.

Outra tipologia proposta pelo autor é de **textos preditivos** ou **não-preditivos**. Os textos preditivos são tipos de textos nos quais se faz uma antecipação no dizer, o que no texto não preditivo não é feito.

O autor ainda apresenta como tipos: o **texto do mundo narrado** e o **texto do mundo comentado**. Eles se diferem pela perspectiva dada na atitude comunicativa de

comprometimento ou não. Assim, no texto **de mundo comentado** há o comprometimento do locutor e no texto **de mundo narrado** não há o comprometimento do mesmo.

A quinta e última tipologia elencada por Travaglia é a de textos do tipo **lírico, épico** ou **dramático**. O primeiro é caracterizado pela perspectiva de voltar-se a si mesmo para refletir-se como numa “confissão” (Cf. Tavares- 1974, apud Travaglia, 2002, p.7) que se importa pouco com o outro. O texto que nasce do mundo interior para buscar o exterior pode fazê-lo de dois modos: pela admiração do acontecido, que possui a mesma superestrutura do narrativo, caracteriza o tipo épico; ou pela exposição e/ou análise das relações entre os seres, o que caracteriza o tipo dramático.

Das cinco categorias de tipo acima propostas por Travaglia (2002), atentaremos apenas aos tipos de texto de **a** (descrição, dissertação, injunção e narração) e de **b** (texto argumentativo “*stricto sensu*” ou texto não argumentativo *stricto sensu*). O estudo e análise desses tipos se faz necessário por considerarmos os editoriais de jornal textos predominantemente dissertativos e argumentativos estruturados com a inserção de trechos narrativos, descritivos e injuntivos. Por conseguinte, dispensaremos a abordagem das outras tipologias mencionadas e definidas.

O segundo tipelemento (**gênero**) é definido pelo autor como a classe de elementos tipológicos que se define por exercer uma função social comunicativa específica. Tem, assim, um papel social comunicativo. O autor apresenta como exemplos de gêneros: a correspondência, a notícia ou a reportagem, o gênero didático, o gênero oratório e muitos gêneros definidos por atos de fala (atos ilocucionais que conduzem a uma ação) tais como: acordo, intimação, atestado, certidão, comunicação, etc.. Estes são divididos em blocos os quais possuem uma função básica comum.

Como último tipelemento, Travaglia apresenta a **espécie**. Esta “se define e se caracteriza apenas por aspectos formais de estrutura (inclusive superestrutura) e da superfície lingüística e/ou por aspectos de conteúdo”.

São apontados como espécies de texto a narrativa “**história**” e “**não-história**”, a **prosa** ou o **verso**; romances **históricos, psicológicos, regionalistas**, etc; a correspondência **carta, telegrama, ofício, memorando**, etc. Pode-se concluir que, a espécie, segundo o autor, consiste na diferenciação entre determinados gêneros por critérios estruturais ou contedúísticos.

Buscaremos melhor definir os textos dissertativos, segundo as categorias textuais apresentadas por Travaglia. O autor afirma que na **dissertação**

“o enunciador coloca-se na perspectiva do conhecer, abstraindo-se do tempo e do espaço, na busca do refletir, do explicar, do avaliar, do conceituar, do expor idéias para dar a conhecer, para fazer saber, associando-se à análise e à síntese de representações (...) Quanto ao tempo referencial, há simultaneidade das situações e o tempo da enunciação pode ser posterior, simultâneo ou anterior ao tempo referencial. Instaura o interlocutor como ser pensante, que raciocina.” (TRAVAGLIA, 1991, p. 49-50)

É pelo texto dissertativo que o locutor expõe conceitos, idéias, se presta a avaliar e fazer o outro conhecer, saber, num enfoque determinado e conduzido pela linha de raciocínio do produtor.

Concordamos também com Travaglia quanto à definição que atribui ao texto **narrativo**, que diz

“na narração, o enunciador se coloca na perspectiva do fazer/acontecer inserido no tempo; o que se quer é contar, dizer os fatos os acontecimentos, entendidos como os episódios, a ação/ o fato em sua ocorrência. E instaura o interlocutor como assistente, espectador não participante, que apenas

toma conhecimento dos episódios ocorridos” (TRAVAGLIA, 1991, pp. 49-50).

Desta forma, na narração se objetiva expor acontecimentos, fatos; e as situações relatadas na narração (ações, eventos) são marcadas pelas transformações de estado que vão ocorrendo progressivamente no texto. Há sempre, entre essas situações uma relação de anterioridade e posterioridade no que tange a referência.

Travaglia (1991, P.54 e 2002) propõe uma distinção entre os textos narrativos, diferenciando o tipo *história* do tipo *não história*. “Nos textos do tipo *história*, a narração reproduz, dentro da sequência temporal do texto, a sucessão temporal dos acontecimentos do mundo real, havendo, pois, nas histórias uma coincidência temporal com o seu objeto”, há uma sequência de situações que se encadeiam em direção a um fim ou resultado. O autor apresenta como texto narrativo do tipo *história* os romances, contos, novelas, fábulas, apólogos, epopéias, poemas heróicos, casos, relatos, depoimentos, algumas reportagens jornalísticas, notícias, piadas, etc. As narrativas do tipo *não-história* caracterizam-se por não haver possibilidade de uma ordenação de fatos, uma sucessão temporal dos acontecimentos. Elas funcionam como comentário de caráter dissertativo, no interior de qualquer tipo de texto ou são uma simples soma de fatos que não se encadeiam, não têm, entre si, relações.

Enquanto na narração ressalta-se a relação de temporalidade e na descrição a relação de simultaneidade de propriedades num dado momento; na dissertação a relação entre as situações é também de simultaneidade são de natureza lógica e analítica. Na dissertação, apresenta-se idéias segundo um ponto de vista específico. Se, por exemplo, características ou propriedades de um objeto são apresentadas como teses, premissas, proposições, estas

deixam seu caráter ilocutoriamente descritivo e assumem um papel dissertativo. Ao dissertar expõe-se idéias para se fazer conhecer e crer num determinado conceito.

Essas classificações e características particulares parecem claras, mas no processo de classificação dos textos, em alguns casos, surgem dúvidas, mesmo tendo definido cada tipo. Um exemplo é o fato de que a *dissertação* e a *descrição* se assemelham em algumas propriedades. Por isso, alguns estudiosos como Weinrich (1968) propõem a reunião dos dois tipos em um só. Isso, porque na descrição como na dissertação, a perspectiva do enunciador é a do conhecer. Mas (cf. Travaglia, 1991) é um conhecer distinto, porque o da descrição é um conhecer da perspectiva do espaço, que diz como é, portanto um conhecer “visual”, “sensorial”; enquanto o conhecer da dissertação é um conhecer conceitual, que diz o que é, envolvendo a reflexão e o raciocínio, dessa forma expõe a razão, e não a sensação, a percepção. Assim, na descrição, o conhecimento é mais concreto e na dissertação é mais abstrato. Por essas marcas distintas, os manteremos como tipos distintos.

No que tange à **injunção**,

“o enunciador se coloca na perspectiva do fazer posterior ao tempo da enunciação. Diz-se a ação requerida, desejada, diz-se o que e/ou como fazer ; incita-se à realização de uma situação; instaura o interlocutor como aquele que realiza aquilo que quer, ou se determina que seja feito, aquilo que se deseja que seja feito ou aconteça.” (TRAVAGLIA, 1991:2)

Os trechos injuntivos no corpo de certos textos dissertativos, de certa forma, são pouco incidentes, empregados, geralmente, com o intuito de manter um contato mais próximo com o leitor, não dando uma ordem ou um conselho, mas instigando a atenção do leitor para determinado caso ou aspecto do texto. Algumas expressões como “vejamos o

caso”, “Olhem só”, “Observem o seguinte” são exemplos desse tipo de trecho nos textos dissertativos do gênero jornalístico.

Quanto à classificação dos textos em *preditivos* ou *não-preditivos*, Koch e Fávero (1987:8) propõem essa classificação na mesma categoria dos textos descritivos, narrativos, dissertativos, injuntivos e argumentativos “*stricto sensu*”. Concordamos com Travaglia (1991) em separar a categoria preditivo/não preditivo das demais. Essa distinção se deve ao fato de que “os textos preditivos são sempre descrições, narrações ou dissertações futuras em que o locutor/enunciador está fazendo uma antecipação no seu dizer, está pré-dizendo” (Travaglia, 1991, cap.2). Só fazemos alusão, em nosso trabalho, a essa tipologia de texto preditivo ou texto não preditivo, e também as que diferenciam mundo narrado ou mundo comentado, quando se fizerem necessárias para esclarecer as outras classificações atribuídas. Quanto a lírico, épico ou dramático, não nos reportaremos, pois não atendem ao propósito maior de nossa pesquisa.

Outro caso que pede atenção por ser muito incidente, portanto pertinente, é o **intercâmbio textual**, proposto por Travaglia (1991, p.45-54). O uso de um tipo de texto onde podia ou devia se esperar outro, ou seja, o uso de um tipo pelo outro, para cumprir um papel que seria próprio do outro com o intuito de criar certos efeitos. Isso ocorre, por exemplo, segundo Travaglia, nos textos narrativos não-história e que podem funcionar como um comentário de caráter dissertativo ou uma descrição.

As idéias apresentadas nos intercâmbios em que o texto dissertativo se apodera de ações, tem um alto valor avaliativo, reflexivo, em que o fato mencionado julga algo, faz certas análises conceituais.

Continuamos por considerar as conceituações de Travaglia (1991: 52), o qual diz que “na **descrição**, o enunciador coloca-se na perspectiva do espaço em seu conhecer, o que se quer é **caracterizar, dizer como é**, e instaura o interlocutor como “voyer” do espetáculo. Segundo o autor, “na descrição o conhecer é mais concreto e na dissertação é mais abstrato, porque modelizado e genérico”.

Na descrição não se tem uma progressão temporal como no texto narrativo, a ordenação das situações se dá numa relação de simultaneidade. No texto descritivo, as propriedades, os aspectos de um dado objeto, pessoa, cena, etc. descritos inscrevem-se num certo momento único do tempo.

Buscando definir e explicar as tipologias textuais adotadas em nosso trabalho de forma sucinta e objetiva, apresentamos as categorias propostas por Travaglia, das quais nos valeremos como suporte central de nossa análise, por considerarmos tal tipologização esclarecedora de alguns problemas conceituais e classificatórios que norteiam as teorias tipológicas textuais. Mas com o intuito de aproveitar outras abordagens tipológicas também muito pertinentes, exporemos teorias de outros autores, e nos disporemos a elucidar as idéias que consideramos condizentes e as que refutamos em nosso trabalho.

2.1.2- Tipologias de outros autores

Quanto ao texto do tipo dissertativo, a ordenação das situações caracteriza-se, como na descrição, pela simultaneidade em relação ao tempo referencial, como afirma Silva

“De modo geral, as relações que as situações estabelecem entre si são de natureza lógica: premissa e conclusão; problema e solução; tese e evidência; definição e exemplos; causa e efeito, etc. Como é um tipo de texto que se presta mais à análise, à interpretação, a fazer conhecer uma dada realidade por meio de conceitos e generalizações, ele se apresenta, muitas

vezes, abstraído do tempo e do espaço. Entre os textos dissertativos que circulam em nossa sociedade, estão monografias, dissertações, ensaios, teses, artigos científicos ou de divulgação científica, manuais didáticos, artigos jornalísticos etc. (SILVA, 1998, p.57)

Ao se referir à descrição, Ricardou (1973 apud Neis, 1986, p.50), afirma ser este um tipo de texto que constitui um recorte no seu referente, e propõe que o objeto descrito possui ordens de grandezas que remontam os elementos básicos desta descrição: a situação do objeto-tema no espaço e/ou no tempo; situação essa que pode, por sua vez, fazer surgir novos objetos, ou seja, subtemas suscetíveis de se transformarem em matéria da descrição; as qualidades do objeto-tema, quer sejam físicas, tais como dimensões, formas, cores, quantidades etc., quer sejam psíquicas, morais, intelectuais etc; e os elementos ou partes que compõem o objeto e que também podem, como subtemas, passar a construir matéria da descrição.

A definição de Ricardou (1973) acrescenta ao conceito de texto descritivo uma perspectiva pragmático-discursiva, ao afirmar que a descrição constitui um recorte do objeto descrito, recorte este que depende da situação do objeto-tema no espaço e ou no tempo. Desta forma, o retrato descrito depende de vários fatores que permeiam as condições de produção, as ideologias e o objetivo do descritor.

Esse tipo de texto (descritivo), segundo Adam & Petitjean (1982, p.81), pode desenvolver dois tipos de predicados: predicados “de ser” e predicados “de fazer”. O primeiro tipo (**os predicados “de ser”**) são aqueles formados por meio do verbo “ser” ou de outros verbos estáticos”, isto é, de verbos que indicam propriedades, estados, atitudes, qualidades; já os **predicados “de fazer”** são representados pelo conjunto dos verbos e adjetivos “não-estáticos”.

As observações de Adam e Petitjean, vêm, a propósito, contribuir com a classificação dos textos no sentido de atentar a possíveis equívocos, pois o tipo de predicado “de fazer” se assemelha bastante com a narração, mas são verbos de ação que desenvolvem atributos do objeto-tema. São, geralmente, potencialidades de um dado objeto, competências e funções possíveis de serem desempenhadas por ele. Não há uma progressão temporal, nem noção de anterioridade e posterioridade. As ações são relatadas em prol de designarem algo, definir um objeto segundo o que ele realiza.

Neis afirma que

(...) a narração está ligada a ações ou a eventos considerados como processos e, por isso mesmo, ela ressalta o aspecto temporal e dramático da narrativa; a descrição pelo contrário, visto que se detém em objetos e seres considerados na sua simultaneidade encara os próprios processos como espetáculos, parece suspender o curso do tempo e contribuir para estender a narração . (NEIS, 1986, p.54)

No caso dos **trechos narrativos** inseridos na dissertação, ressaltamos que ao narrar, o enunciador se coloca na perspectiva do fazer/acontecer inserido no tempo; o que se quer é contar, dizer os fatos, os acontecimentos para convencer o interlocutor da veracidade ou pertinência da idéia apresentada. Portanto, os fatos são relatados para servirem de argumentos.

“a verdade é o que nós dizemos sobre os fatos” (...) “As verdades emergem dos fatos; elas, porém, mergulham de novo nos fatos e trazem acréscimos a estes; os fatos criam de novo ou revelam nova verdade (a palavra é indiferente) e assim indefinidamente. Os “fatos” em si mesmos, nesse meio tempo, não são verdadeiros. Simplesmente são. A verdade é função das crenças que começam e terminam entre eles.” (W.JAMES-1985, apud SILVA, 1998, p. 47).

Os atos de observar, acreditar, informar são, para Wittgenstein, Jogos de Linguagem, os que implicam formidáveis detalhes, circunstâncias, psicologia, forma lógica, forma de vida, o uso que se faz da palavra, regras. O jogo de linguagem comporta combinação de palavras, atos, atitudes e forma de comportamento. Na realidade o que o indivíduo apreende não é pura e simplesmente uma palavra ou expressão, mas um jogo de linguagem completo, vale dizer, como usar determinada expressão lingüística em um contexto determinado para obter certos fins. Aqui pretende-se observar esse jogo de linguagem referente à inserção de narrações, descrições e injunções no texto dissertativo, e atestar como este texto comporta esse processo e com qual finalidade esse jogo de linguagem é empregado

Os textos jornalísticos, como gêneros textuais que cumprem uma função social, são constituídos por jogos de linguagem, pois são uma atividade social que compõe uma parte da vida das pessoas e que visa, para tanto, exteriorizar as ideologias e concepções sobre essa vida. São três momentos ou três atitudes dentro do processo jornalístico de informar: observação, crença e informação.

E essa função do jornal de informar não deve se limitar apenas em noticiar, “mas, a um tempo, selecionar e orientar. No esforço de selecionar se acha subentendida a obrigação de criticar” (Costa,1984, *apud* Manual Geral de Redação: Folha de São Paulo, 1984). E se realiza no espaço dos editoriais de jornal essa crítica, fruto da opinião do jornal em relação a um fato, uma idéia.

“Ao dizer o fato, a proposição mostra, sem poder dizê-la, a estrutura que tem em comum com o fato descrito: é a tese do duplo funcionamento da linguagem, que justifica entre outras coisas a rejeição por Wittgenstein de toda metalíngua: ao dizer um fato, a proposição mostra um outro, o que ela produz pelo fato de dizer. A distinção dizer-mostrar funda a tese da

inefabilidade das relações semânticas...” (CHAUVIRÉ- 1991, apud SILVA, 1998, p.57).

Chauviré (1991, p.57) afirma que ao dizer um fato, a proposição mostra um outro, e este outro é o que ela produz pelo fato de dizer. Concordamos com sua teoria, pois quando um fato narrado em uma dissertação para argumentar uma idéia apresentada, este fato é relatado não para contar o acontecimento, mas para tornar verdadeira a proposição. Pois, segundo Silva (1998), “A proposição, quando é verdadeira, mostra como são as coisas.”

2.2- Classificação do editorial de jornal como tipo e gênero de texto

Conforme ORLANDI,1987 (apud TRAVAGLIA, 1991:44) “cada tipo de discurso não se define em sua essência, mas como tendência”, e TRAVAGLIA completa com a idéia de que essa tendência tipológica se realiza em função de uma intenção ou finalidade comunicativa. Assim, há gêneros que são de um tipo dominante como o romance e o conto, que sempre são predominantemente do tipo narrativo, porém em certos contos a descrição e o comentário dissertativo ocupam mais espaço que a narração, assim a dominância se dá por tendência para e não por espaço ocupado no texto (cf. Travaglia, 1991; cap.2).

Alguns autores, como Erbolato (1981, p.116), consideram os editoriais textos predominantemente narrativos argumentativos por identificarem neles a função primordial de narrar fatos, emitindo o ponto de vista do jornal. Mas o papel fundamental dos textos editoriais não é simplesmente de informar e narrar acontecimentos, e sim comentá-los, avaliá-los e refletir sobre eles em determinado contexto, apresentando uma postura definida; e essa é a função dos textos predominantemente dissertativos, textos por meio dos quais se faz

“reflexões sobre coisas, explicitam-se opiniões, e se manifesta sobretudo intenção de fazer com que o interlocutor acate opiniões, pondo-se, desse modo, a favor das considerações argumentadas. Comentar sobre algo significa, de alguma maneira, enunciar juízos de valor, para atingir com isso o interlocutor”. (PEZATTI, 1996, p.77-95)

Os editoriais de jornal são textos que apresentam a posição, a opinião do jornal em relação a determinado assunto, geralmente polemizado no momento da enunciação. Segundo o “dicionário de Comunicação” de Rabaça e Barbosa (1987, *apud*, Arruda-Fernandes, 2003, p.3)

“Editorial é um texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, sobre os assuntos ou acontecimentos locais, nacionais ou internacionais de maior relevância. Define e expressa o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação (do jornal, revista etc.) ou emissão (do programa de televisão ou rádio).”

Consideramos pertinente a classificação feita por Rabaça e Barbosa de que os editoriais de jornais são **textos jornalísticos opinativos**, pois (Cf. ERBOLATO,1981, p.114) não é mais possível manter-se um jornalismo “objetivo e imparcial”, é necessário “vestir os fatos” e opinar sobre eles, não se pode simplesmente expor a verdade, é preciso explicá-la e comentá-la e ao realizar essas tarefas, presta-se, nos editoriais, não apenas a apresentar acontecimentos, mas expressar a opinião do jornal acerca dos fatos. Como todo locutor que apresenta sua opinião tem por finalidade fazer o interlocutor crer em sua idéia e fazê-lo concordar com ela ou despertar neste reflexões segundo perspectivas propostas, esse texto é essencialmente opinativo, e para cumprir esse papel, é estruturado carregado de argumentos.

“ os jornais mantêm páginas ou seções destinadas a emitir opiniões sobre assuntos em geral, já conhecidos dos leitores, quer anteriormente, quer pela leitura do noticiário do próprio dia. Mas , enquanto a maioria das páginas

são dedicadas à apresentação imparcial dos acontecimentos, mostrados apenas interpretativamente, sempre ouvindo todas as partes possivelmente interessadas e sob ângulos diversos, a Seção Editorial representa o pensamento do jornal”. (ERBOLATO, 1981, p.113)

A imparcialidade torna-se requisito insustentável quando se tem por função primordial tecer comentários, avaliar, criticar algo e conduzir o interlocutor a determinada conclusão, mesmo que esta conclusão seja desenvolvida sob o viés ideológico do jornal. Ainda assim a parcialidade e subjetividade ficam evidentes nessa tomada de posição, pois é representada uma opinião determinada, uma dentre as várias possíveis leituras e avaliações acerca de um assunto. E para convencer o interlocutor de que essa é a avaliação ideal e adequada, busca-se a credibilidade apresentando **argumentos** que conduzam à idéia proposta. É nessa tessitura argumentativa que são utilizados recursos lingüísticos diversos como a inserção de descrições, injunções e narrações . Sob essa conjugação de tipologias existentes nos editoriais de jornal, buscamos uma definição tipológica textual mais precisa e sistemática.

Tem-se, dessa forma, a ocorrência de outros tipos inseridos em um tipo dominante. Este deve ser definido não pela quantidade ou extensão de tais trechos que participam de sua composição, mas pelo modo da enunciação, pelo modo ou forma de ação, de interação, e ainda, pelo tipo de interlocução que o texto realiza.

“Os tipos de textos simples existem, mas a freqüência maior é de textos onde os diferentes tipos aparecem cruzados, articulados. Assim, por exemplo, a descrição aparece isolada em um texto como “Evocação Mariana” de Carlos Drummond de Andrade, mas quase sempre aparece combinada a outros tipos de textos com funções diversas a ponto de ser tida por muitos como um tipo ancilar a serviço dos outros, sobretudo na narração”. (TRAVAGLIA,1991,p.54)

É notável a ocorrência de textos híbridos, e mínima a incidência de textos puros quanto à classificação da mesma tipologia. São raros os textos em que ocorrem descrições puras; normalmente o tipo descritivo se encontra no interior de outros textos – narrativo, dissertativo, injuntivo, desempenhando funções diversas. Quer dizer, há textos predominantemente descritivos com trechos dissertativos (inserções que, em geral, se prestam a fazer avaliações acerca do objeto descrito) e há ainda a possibilidade haver neste trechos narrativos e injuntivos; como também há textos predominantemente narrativos com possíveis inserções dissertativas, descritivas e injuntivas. Em nossos estudos não nos atentaremos a observar tais ocorrências, pertinentes a uma pesquisa posterior, mas sem relevância ao objetivo de nosso estudo atual. Quanto à ocorrência de textos predominantemente dissertativos com inserção de trechos narrativos, descritivos e injuntivos, fica evidente a pertinência de tal observação em nossa pesquisa, e nítida essa incidência nos editoriais de jornal que constituem o corpus de nossa análise.

No caso de inserções de trechos descritivos em dissertações, o enunciador, ao descrever, caracterizaria, diria como é, com o propósito de sustentar as idéias apresentadas, as teses que pretende defender. A inserção de trechos descritivos em textos dissertativos argumentativos “*stricto sensu*” como os editoriais de jornais, tem por função **argumentar**.

“No fundo, descrevo com palavras “eu creio...” o meu próprio estado de espírito, mas esta descrição é aqui, indiretamente, uma afirmação do próprio acontecimento acreditado. Então minha crença seria uma espécie de impressão sensível. Podemos desconfiar dos próprios sentidos, mas não da própria crença.” (WITTGENSTEIN, 1979, Trad. José Carlos Bruni, 1979, apud SILVA, 1998, p.49)

Por meio da citação acima, refletimos sobre o que permeia uma descrição. Como já foi mencionado, descrever é expor um conhecer “visual”, sensorial” que é portanto,

dependente da sensação e percepção do próprio indivíduo que descreve. O descrever tem, assim, sua força na crença. E quando se acredita, quer-se fazer com que o outro acredite e perceba o que percebemos.

“Denominar e descrever não se encontram na verdade num único nível: o denominar é uma preparação para a descrição. O denominar não é ainda nenhum lance no jogo de linguagem, tão pouco quanto colocar uma figura de xadrez no lugar é um lance no jogo de xadrez. Pode-se dizer: ao se denominar uma coisa, nada está ainda feito. Ela não tem nome, a não ser no jogo. Era o que também Frege pensava com o seguinte: uma palavra só tem significado no contexto da proposição.” (WITTGENSTEIN, 1979, Trad. José Carlos Bruni, 1979 apud SILVA- 1998, p.102)

O autor diz que o denominar é uma preparação para o descrever, e que ao denominar algo, nada ainda está feito antes de descrevê-lo. Essa afirmação é pertinente, pois quando se nomeia algo, ou apresenta um atributo a um objeto, fato ou idéia, faz-se necessária a justificativa, a explicação para a denominação ou atributo exposto. E esta explicação, justificativa pode ser apresentada por uma descrição. Assim, a proposição¹ é a denominação e a prova (argumento) da proposição é a própria descrição.

Os **editoriais de jornal**, sob a perspectiva do papel social (gênero), desempenham a função de expressarem o ponto de vista do veículo ou da imprensa responsável pela publicação, portanto podemos caracterizá-los como pertencentes aos **gêneros formadores de opinião**, no qual se enquadram também os gêneros **artigos de opinião, ensaios, e resenhas críticas** cuja função básica comum é de formar ou modificar opiniões.

Estando certos de que os editoriais de jornal cumprem a função básica de formar opiniões, dissertando idéias ancoradas a argumentos, procuraremos verificar de que forma esses argumentos são apresentados e estruturados nesses textos.

¹ Aceitamos como “proposição” a tese apresentada nos textos dissertativos, a idéia que se pretende defender.

Todas essas conceituações nos servirão de suporte teórico no processo de classificar os textos e, a partir da hipótese de que trechos de outros tipos inseridos nos textos dissertativos e argumentativos “*stricto sensu*” podem servir de argumentos, acreditamos que tais inserções tenham formas específicas ao desempenharem a função de argumentar. A estes modos específicos que se configuram os argumentos chamaremos de “Formas argumentativas”. Discorreremos sobre a argumentação para preceder a análise dessas formas.

2.3- Argumentação

A linguagem tem papel fundamental na socialização do homem e de sua cultura, pois é um instrumento condutor nas relações sociais. Dado esse caráter social da linguagem, quando falamos ou escrevemos, agimos verbalmente e dispomos de um discurso dotado de intencionalidade, ou seja, “... *a linguagem passa a ser encarada como uma forma de ação, ação dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto pela argumentatividade*” (Koch, 1996, p.17).

Entende-se por **argumentação** a tentativa do produtor do texto em conduzir o interlocutor a uma determinada conclusão, a um ponto de vista específico, para que assim aceite uma dada idéia. Busca-se, pois a adesão ou o incremento de adesão a uma tese ou ação.

Perelman e Obrechts-Tyteca, ao proporem a definição de argumentação, afirmam que “*Toda argumentação visa à adesão dos espíritos, e por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual*”. (PERELMEN & OBRECHTS-TYTECA, 2002, p.16). Esse contato intelectual em que se faz presente a argumentação é uma ação

intelectual, fruto do discurso persuasivo presente no cotidiano das pessoas, veiculado pelas mais diferentes formas de comunicação e interação entre os sujeitos.

Diante dessa situação comunicativa polêmica, como ocorre nos discursos jornalísticos, busca-se não somente apresentar um ponto de vista determinado, mas discutir idéias, refutar conceitos pré-estabelecidos e levar o outro a crer, aceitar e adotar o mesmo posicionamento.

Essa prática de conduzir uma ação intelectual de adesão por meio de um jogo interativo da linguagem consiste na prática de **argumentar**. Argumentar é, portanto, se valer de mecanismos e estratégias que a linguagem oferece, os quais possibilitarão ao interlocutor compartilhar das mesmas idéias que o locutor adota como verdade e tese de sua crença.

“O objetivo de toda argumentação é provocar ou aumentar adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno”. (PERELMAN & OBRECHTS-TYTECA, 2002, P.50)

Para tentar atingir com veemência essa adesão do interlocutor à tese proposta, o locutor se apodera de recursos lingüísticos que marcam e explicitam razões plausíveis para a crença na idéia apresentada. Esses recursos são os próprios **argumentos** que estruturam ideologias e que justificam a opinião exposta, objetivando persuadir o interlocutor .

Nos textos opinativos como editoriais de jornal, essa ação consiste em assumir a mesma postura discursivo-ideológica de seu alocutário.

“a significação não se encontra no sentido como parte sua: ela é, no essencial, pelo menos, constituída de diretivas, ou ainda instruções, de

senhas, para decodificar o sentido de seus enunciados.” (DUCROT, 1989, apud ALMEIDA, 2001, p.28)

A discussão dessas instruções de sentido, ou seja, dessas diretivas que participam da atividade estrutural de linguagem dos textos dissertativos argumentativos é alvo de nosso estudo. Assim, a estruturação e articulação dos argumentos nesses textos, como atividade de produção e composição textual se faz o centro de nossa análise, por meio da qual buscaremos sistematizar e avaliar um dos recursos argumentativos disponíveis na linguagem.

Consideramos que o texto dissertativo argumentativo “*stricto sensu*”, além de expor e explanar idéias, busca convencer , persuadir ou influenciar o ouvinte ou leitor, procura principalmente formar a opinião desse interlocutor por meio da argumentação.

Por essa definição podemos categorizar os editoriais de jornal como textos dissertativos **argumentativos** “*stricto sensu*”, pois não somente expõem a opinião do jornal, mas buscam a adesão do interlocutor, e ao fazer com que este acate suas opiniões e juízos de valor, o faz mediante explicações, exemplos, caracterizações, contraposições, etc., que são formas de argumentar. Os editoriais de jornal não são, portanto, textos jornalísticos que têm por mera função informar ou noticiar, mesmo porque, segundo o Manual Geral de redação: Folha de São Paulo (1984, p.12), “*Não existe objetividade em jornalismo. Ao redigir um texto, ou editá-lo, o jornalista toma uma série de decisões que são em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções*”.

E com a grande missão de criticar, os editoriais de jornal não se atêm a simplesmente apresentar uma opinião, mas o sujeito locutor (porta-voz do jornal) pretende

fazer crer que está com a razão, e para isso, apresenta argumentos que provam seu ponto de vista.

Concordamos com a proposta de Travaglia(1991) de que os *textos argumentativos* “*stricto sensu*” não se encaixam na mesma tipologia que distingue textos narrativos, descritivos, dissertativos e injuntivos. Pois, estes textos (narrativos, descritivos, dissertativos e injuntivos) se instituem por modos de enunciação caracterizados pelas perspectivas em que o produtor do texto se coloca em relação ao objeto do dizer quanto ao fazer/acontecer ou conhecer/saber, e quanto à inserção destes no tempo e/ou no espaço. Diferentemente, a tipologia *argumentativo* (“*stricto sensu*”) X *não-argumentativo*(“*stricto sensu*”) se institui por modos de enunciação caracterizados pela perspectiva do produtor do texto segundo a imagem que o mesmo faz do receptor como alguém que concorda ou não com o que ele diz. Dessa forma, instaura-se o **discurso de transformação**, quando

“o locutor vê o alocutário como não concordando com ele (seu adversário), então assume uma posição de transformar o alocutário em seu cúmplice, buscando influenciar, inculcar, persuadir, convencer o interlocutor, fazendo-o crer em algo ou fazendo-o realizar algo ou agir de certo modo”
(TRAVAGLIA, 1991, p.58)

Esse discurso se opõe ao **discurso da cumplicidade**, no qual o locutor acredita que seu alocutário concorda com seu ponto de vista e é adepto ao seu discurso. Nesse caso, o locutor toma a posição de cúmplice do alocutário, e assim temos o tipo de texto **não argumentativo “stricto sensu”**.

No discurso da transformação tem-se como resultado o texto **argumentativo “stricto sensu”**, pelo qual o locutor se vale de várias formas de argumentar, pois acredita que grande parte de seus interlocutores não concorda com a idéia proposta. Utiliza, para

isso, recursos argumentativos que a linguagem oferece, trabalhando em prol da ideologia que cultiva.

Nos editoriais, tem-se o cruzamento das duas categorias textuais: dissertação e argumentação “*stricto sensu*”. Esse é mais um pertinente motivo para que esses tipos não pertençam a uma mesma categoria, pois como Travaglia já havia ressaltado:

“a argumentação é realizada através de descrições, dissertações, narrações e injunções de diferentes formas. O texto argumentativo é mais freqüentemente uma dissertação em que podem figurar descrições, narrações e injunções como argumentos”(TRAVAGLIA, 1991, p.60).

A partir dessa afirmação de Travaglia, definimos o objeto e tema de nossa pesquisa, que é verificar como os textos descritivos, injuntivos e narrativos atuam dentro de textos *dissertativos e argumentativos “stricto sensu”* como recursos da argumentação ou não, tomando como corpus editoriais de jornal.

Alguns dos recursos argumentativos e persuasivos podem ser exemplificados pelo viés da teoria da **polifonia**. Segundo Angelim (1996, p.14-15), na tessitura argumentativa dos textos jornalísticos opinativos reporta-se a fala alheia a serviço da persuasão argumentativa, ou seja, no desenvolvimento do parágrafo, a fala de outros são re-utilizadas como “provas” de uma argumentação. Essas falas de outros são encontradas com grande incidência nos textos jornalísticos, em especial nos editoriais de jornal.

Para melhor analisar este e outros tipos de argumentos reportamo-nos às explicações de Reboul (2000, p.168-194), que utiliza a classificação de Perelman-Tyteca (1999): “Tratado da Argumentação”.

O autor apresenta quatro tipos de argumentos. Os argumentos quase-lógicos, os argumentos baseados na estrutura do real, os argumentos que fundamentam a estrutura do real e os argumentos por dissociação das noções.

Atentaremos aos argumentos baseados na estrutura do real e argumentos que fundamentam a estrutura do real por atenderem ao propósito de análise que objetivamos para nosso corpus.

Os *argumentos quase-lógicos* apóiam-se em princípios lógicos, em premissas pré-existentes.

Já os *argumentos baseados na estrutura do real* têm seus princípios nas experiências, nos elos reconhecidos entre as coisas. Neste caso, argumentar já não é implicar, é explicar: “*O adversário diz isso porque tem interesse em dizê-lo*” (REBOUL, 2000, p.173).

Dessa forma pode-se argumentar constatando uma sucessão constante nos fatos, e deles inferindo um nexos causal. O argumento é sempre provável e o sofisma está sempre à espreita: “*seqüência, portanto conseqüência*”. O mais importante é que o argumento na verdade quer estabelecer um juízo de valor, mostrar o valor do efeito a partir do valor da causa, ou o inverso.

O argumento pragmático deriva disso: é o argumento que apresenta um ato ou um acontecimento para expor suas conseqüências favoráveis ou desfavoráveis”. Este tipo argumento só é válido quando já se sabe isso ou quando não se tem outro meio de conhecer esse realmente.

Faz parte também dos argumentos baseados na estrutura do real o **argumento de desperdício, de direção e de superassão**. Quanto ao primeiro, ocorre quando se declara que é preciso continuar a guerra porque, caso contrário, todos os mortos teriam tombado em

vão. O **argumento de direção** consiste em rejeitar uma coisa _ mesmo admitindo que em si é inofensiva ou boa- porque ela serviria de meio para um fim que não se deseja. Quando se argumenta que o salário dos escrivães é baixo demais, o contra-argumento é que todas as categorias de funcionários iriam exigir aumento. No **argumento de superassão**, ao contrário a finalidade desempenha papel motor. Ele parte da insatisfação inerente ao valor: o obstáculo transforma-se então num meio de passar para um estágio superior, como a doença que imuniza, o fracasso que educa.

Outro argumento fundado na estrutura do real é o **argumento de autoridade**. Neste se percebe a polifonia mencionada acima por Angelim. O argumento de autoridade, conforme apresenta Reboul (2000, p.177), justifica uma afirmação baseando-se no valor de seu autor: “Aristóteles disse”. Baseia-se na moralidade: “se foi ele que disse, pode-se acreditar”. Em política, baseia-se no passado sério do candidato, ou até mesmo glorioso: foi assim que em 1940 confiou-se em Pétain, mas também, depois, em De Gaulle... O **argumento da essência** consiste em explicar um fato ou prevê-lo a partir da essência cuja manifestação é ele. O **argumento de pessoa** é uma aplicação do argumento acima. Baseia-se no nexos entre a pessoa e seus atos, nexos que permite presumir os atos dizendo que “são típicos dela”, que “ela não vai mudar”. Outros dois argumentos enquadrados aqui são os **argumentos da dupla hierarquia** e o **argumento “a fortiori”**. O primeiro consiste em estabelecer uma escala de valores entre termos, vinculando cada um deles a uma escala de valores já admitida. Aristóteles explica utilizando a coexistência sujeito-atributo: “O que pertence a um deus é preferível ao que pertence a um homem; o que pertence à alma é preferível ao que pertence ao corpo”. A primeira hierarquia serve, portanto para valorizar um termo da segunda. Naturalmente, a argumentação só funciona se o auditório estiver de acordo com a primeira hierarquia: “se temos o direito de matar o ladrão, com mais razão o

assassino”. A **comparação** é outro argumento que se enquadra neste tipo, ela permite justificar um dos termos a partir de outro ou dos outros: este candidato obteve dois pontos a mais que a média, este salário é 30% inferior ao estabelecido por lei.

No terceiro tipo de argumento: *argumentos que fundamentam a estrutura do real* estão também argumentos empíricos. Nele enquadram-se exemplos, ilustrações, modelos. O **exemplo** é o argumento que vai do fato à regra. Assim, nos Estados Unidos alega-se que certo jornaleirozinho ficou bilionário, para dizer que qualquer um pode ser bilionário. Invalida-se um exemplo com um outro que o contradiga; a catedral, obra de uma multidão de homens, porém esplêndida, invalida a regra de que as obras perfeitas são as de um homem só. Segundo Descartes, a **ilustração** é um exemplo que pode ser fictício e cuja função não é provar a regra, mas dar-lhe “presença na consciência” e reforçar assim a adesão. O **modelo** é mais que um exemplo, é um exemplo dado como algo digno de imitação. Ele é um argumento, pois serve como norma. Nessa categoria está também o **argumento por analogia**, o qual consiste em provar uma verdade por meio da semelhança de relações. Este argumento é estruturado pelo tema, que é o que se quer provar; e pelo foro, que é o que serve para provar. O tema é, em geral, abstrato e o foro é retirado do domínio sensível e concreto.

O quarto tipo é o *argumento por dissociação de noções*, consiste em dissociar noções em pares hierarquizados como aparência /realidade, meio/fim, letra/espírito, etc. Este argumento dissocia enquanto os outros três já explicitados associam.

Os tipos de argumentos: **2- argumentos fundados na estrutura do real** e **3- argumentos que fundamentam a estrutura do real** são passíveis de serem desempenhados por trechos narrativos e descritivos, pois ao se explicar algo em prol de estabelecer um juízo de valor acerca de um objeto de acordo, pode-se fazê-lo por meio de

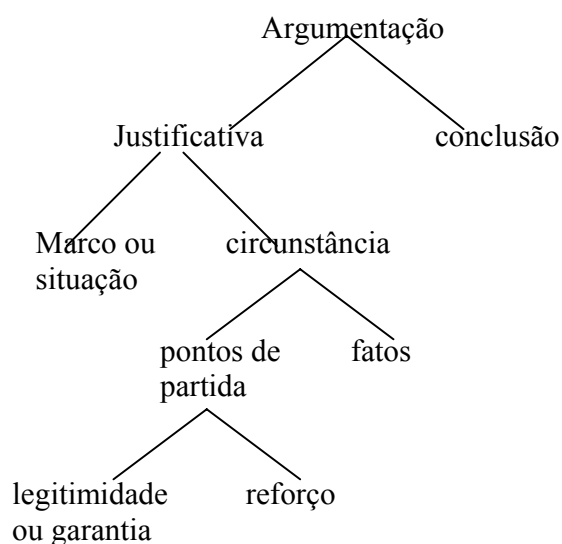
uma descrição ou narração. O argumento pragmático também possui essa característica, e apresenta um fato em função de suas conseqüências favoráveis ou desfavoráveis. Este fato, portanto, pode ser expresso por uma narração. O argumento de pessoa também pode ser apresentado por trecho descritivo no qual se expressa os atributos de uma pessoa, seus valores morais, provando que determinados atos são típicos desta, portanto o acontecimento é verídico. O argumento de autoridade é um tipo de argumento de pessoa, em que relata o que alguém disse, por isso pode ser expresso por um trecho narrativo. Assim também, os exemplos, as ilustrações e os modelos podem ser apresentados por esse tipo de trecho: narrativos e descritivos .

Nos editoriais de jornal, a transição do tipo dissertativo (dominante) para um trecho descritivo, narrativo ou injuntivo é mais um mecanismo que a linguagem oferece, desempenhando por meio desses trechos vários tipos de argumentos (como citados) ou formas argumentativas, para o locutor expor provas que façam com que o interlocutor assumira o mesmo ponto de vista daquele e seja persuadido a refutar conceitos pré-estabelecidos, conduzindo a uma conclusão implícita ou explícita desejada pelo produtor do texto.

A intenção dos editores de jornais, nos textos argumentativos que produzem, é convencer o leitor, é uma atividade que se realiza no âmbito intelectual, ou seja, a ação que se pretende levar o interlocutor a realizar não é concreta. Já os textos publicitários buscam persuadir, pois além de convencer o consumidor de que o produto anunciado vai satisfazê-lo, cria uma necessidade até então não percebida, e assim faz com que ele adquira o produto anunciado.

E como a linguagem e, por conseguinte a argumentação se configuram em uma forma estrutural, discutiremos sobre como se configura essa estrutura textual nos textos

argumentativos. Consideraremos superestrutura, conforme Travaglia (1991, pág.287) como “a estrutura global que é característica de um tipo de texto. É uma espécie de esquema formal abstrato, de caráter convencional, e portanto, dependente da cultura. Normalmente envolve uma seqüência esquemática”. E ainda salientaremos a teoria de Van Dijk (1983, p. 158-163 *apud* Travaglia, 1991, p.290), que apresenta as categorias básicas da superestrutura argumentativa constituída por: “hipótese”, “argumentos” e “conclusão”, subdivididos, representados pelo seguinte esquema hierárquico:



A **legitimidade** constitui-se por regras gerais, pistas que autorizam o interlocutor a chegar a uma conclusão determinada. Segundo VAN DIJK, é a base para uma relação semântica condicional entre circunstâncias e a conclusão.

O **reforço** é a indicação clara do que se apresenta, quando a legitimidade não se faz suficiente. É, assim, uma explicação da legitimidade. **Marco** é a situação em que as regras que autorizam uma conclusão valem.

Podemos concluir que nos textos argumentativos, a **argumentação**, que é estratégia para persuadir o leitor perante a idéia apresentada no texto dissertativo (editorial), é desenvolvida por uma **justificação**, que coloca em evidência um ponto de vista exposto anteriormente levando a uma conclusão às vezes implícita, inferida pelo leitor; ou explícita, em forma de uma tese que apresenta situações possíveis de tal idéia ser aplicada; e uma **circunstância** que apresentará fatos comprobatórios ou regras gerais que autorizem a conclusão desejada, podendo ser seguida de um reforço que explique essa regra geral.

É pertinente mencionar que a seqüência que Van Dijk (1983) apresenta fica clara na estrutura das inserções de trechos argumentativos dos tipos narrativo, descritivo e injuntivo presentes nos editoriais de jornal.

Quando Adam (1993) propõe o protótipo da seqüência argumentativa, elucida:

“Um discurso argumentativo visa intervir nas opiniões, atitudes ou comportamentos de um interlocutor ou de um auditório, tornando crível ou aceitável um enunciado (conclusão) apoiado, segundo modalidades diversas, sobre um outro (argumento/ dado/ razões)” (ADAM, 1993, p.68)

Podemos dizer que uma tese defendida ou a idéia que o locutor quer fazer crer é a conclusão tirada por ele mesmo, por dados, razões e fatos que conhece e o levam a tomar determinada posição, chegando a determinada conclusão conduzido por esses argumentos.

Acreditamos ser a conclusão uma nova forma de exposição da tese, premissa defendida, que geralmente segue uma ordem tese (premissa)- argumento- conclusão. A conclusão é, pois a própria tese ou idéia que se pretende defender e consideramos que, por ser uma forma de enfatizar ou reforçar a tese que se quer fazer crer, é um mecanismo cognitivo da linguagem que reforça a idéia defendida tornando-a, por meio do argumentos expostos, ainda mais acreditável. A tese, apresentada em primeira instância, encaminha a

busca do conhecimento de mundo do leitor sobre o tema a ser discutido; os argumentos conduzem à reflexão por determinado ponto de vista, justificando a tese proposta; e a conclusão indica a opinião precisa a que se deve chegar, explicita a proposta da tese, que em alguns casos é apresentada de forma implícita.

A conclusão é parte da estrutura mais ampla do texto argumentativo, complemento ou reforço de sua tese maior, situada, geralmente no último parágrafo do texto. Porém, é importante ressaltar, que no desenrolar das idéias pode-se apresentar ao final de cada tópico uma conclusão específica dessas idéias. Essas conclusões específicas são recursos do texto argumentativo. Além de reforçarem as idéias a que se referem, conduzem à conclusão mais geral, que equivale à idéia-tese.

Segundo Charadeau (1996, apud Ribeiro, 2003, p.122), a argumentação sustenta-se sob três pilares: A proposta sobre o mundo, o sujeito argumentador e o sujeito alvo. A primeira configura-se como uma asserção polêmica, a despertar dúvidas quanto à sua legitimidade. O argumento é o sujeito que se deve engajar no questionamento tomando uma posição favorável ou desfavorável em relação à proposta. E o sujeito alvo é aquele que poderá tanto concordar com o argumentador, quanto discordar dele, embora o objetivo do argumentador seja sempre o de persuadir o sujeito alvo.

Garcia (2003, p.380-390) propõe um plano para o texto argumentativo composto pela **Proposição**: afirmativa suficientemente definida e limitada; **Análise da proposição**: antes de começar a discutir é indispensável definir com clareza o sentido da proposição ou de alguns de seus termos a fim de evitar mal-entendidos, a fim de impedir que o debate se torne estéril ou inútil, sem possibilidade de conclusão; e a **formulação dos argumentos**: (evidência): o locutor deve lembrar que só os fatos provam (fatos no sentido mais amplo: exemplos, estatísticas, ilustrações, comparações, descrições, narrações)

O autor esclarece o sentido de *evidência*, considerando a idéia de Descartes como sendo o critério da verdade _ é a certeza manifesta, a certeza a que se chega pelo raciocínio (evidência de razão) ou pela apresentação dos fatos (evidência de fato), independente de toda teoria. E expõe cinco tipos de evidências: os *fatos*, que constituem o elemento mais importante da argumentação (só eles convencem). Assim, os fatos evidentes são os que mais provam. “*Provo a deficiência da Previdência Social, citando o fato de contribuintes se verem forçados a recorrerem a hospitais particulares para operações ou tratamentos de urgência*”. (GARCIA, 2003, p.382); os *exemplos*, que são fatos típicos ou representativos de determinada situação. “*O fato de o Professor Fulano de Tal se ver na contingência de dar, em colégios particulares, dez ou mais aulas diárias é um exemplo típico dos sacrifícios a que estão sujeitos os membros do magistério particular do Brasil*”. (GARCIA, 2003, p.382); as *ilustrações*, que é quando o exemplo se alonga em narrativa detalhada e entremeada de descrições, e estas descrições são as próprias ilustrações; e há os *dados estatísticos*. Estes são também fatos, mas fatos específicos. Têm grande valor de convicção, constituindo quase sempre prova ou evidência incontestável; e o *testemunho* é ou pode ser o fato trazido à colação por intermédio de terceiros. Se autorizado ou fidedigno, seu valor de prova é incontestável.

A **Conclusão**, sendo um arremate, ela não é, entretanto, uma simples recapitulação ou mero resumo. Em síntese, consiste em pôr em termos claros, insofismáveis, a essência da proposição.

A teoria de Garcia é bastante pertinente, porém, percebemos que há um certo cruzamento de categorias de tipos de evidências (fatos no sentido amplo) quando o autor une exemplos, fatos, ilustrações, testemunhos e narrações, descrições num mesmo quadro analítico. Julgamos que é notável o emprego de trechos narrativos com a função de

exemplificar e de testemunhar; como também de trechos descritivos com a possível função de ilustrar e de enumerar dados estatísticos. Assim, enquanto as chamadas evidências são as formas argumentativas (apresentar fatos, exemplificar, ilustrar, apresentar dados estatísticos, testemunhar); narração ou descrição é a estrutura textual como essas funções aparecem no texto argumentativo.

Desse modo, nos meios de comunicação, em geral, e no caso dos jornais escritos, em particular, a argumentação é regulada por um contrato de comunicação midiático, cujos objetivos devem ser de informar, persuadir e seduzir, quer dizer, ter o controle do outro. O princípio da persuasão, segundo Ribeiro (2003, p.122),

“fundamenta-se no ato de fazer o outro crer em algo, por meio de um rigor lógico, com vistas à sua adesão. Já o princípio da sedução é o de dar prazer ao outro, ou seja, o de levá-lo a experimentar estados emocionais agradáveis que provoquem alterações em seu comportamento.” (RIBEIRO, 2003, p.123)

Tanto o princípio de persuasão, quanto o da sedução são empregados no texto argumentativo por meio dos jogos de linguagem, ou seja, o locutor estabelece circunstâncias que condicionam o interlocutor a aderir à idéia proposta, e este o faz conduzido pela razão e pelo prazer em cultivar a mesma ideologia do locutor. Segundo Ribeiro, há três categorias que condicionam a existência do modo de organização do discurso argumentativo: *a proposta*, que consiste nas asserções sobre o mundo cujos conteúdos devem necessariamente gerar polêmica; *a proposição*, que constitui o ponto de vista, a tese do sujeito argumentador com relação à veracidade da proposta; e *a persuasão*, que representa as provas que sustentam a *proposição*.

Ao empregar essa estrutura organizacional, os editoriais do jornal escrito (textos argumentativos) apresentam a *proposta* por meio de um fato que norteará um ponto de vista exposto na *proposição*, esta, por sua vez é a tese que o sujeito produtor pretende fazer crer por meio dos argumentos, ou seja, pela *persuasão*.

Orlandi (1987) apresenta três grandes modalidades de discurso: o polêmico, o lúdico e o autoritário. No **discurso polêmico**, a reversibilidade entre os interlocutores é controlada, nele os interlocutores disputam mais de um sentido possível para impor um como válido. O discurso polêmico consiste, portanto, na exposição de argumentos contestáveis, possui, desta forma, certo grau de investigação. No **discurso lúdico**, há uma reversibilidade total entre locutor e alocutário. A polissemia se faz presente, pois os interlocutores se expõem a vários sentidos possíveis; é uma forma mais aberta e “democrática” de discurso, em que há um menor grau de persuasão. No **discurso autoritário**, há a irreversibilidade entre o locutor e o alocutário. Neste, apenas um sentido é imposto como válido; pode ser considerado o discurso persuasivo por excelência.

Dentro dessas definições, cremos que nos editoriais de jornal predomine o discurso polêmico, pois os editoriais buscam discutir verdades não consensuais que provoquem um posicionamento no sujeito receptor, quer dizer, idéias sujeitas a posturas divergentes e em prol de estabelecer um ponto de vista determinado e consensual, o locutor argumenta apresentando provas que dêem consistência à posição defendida.

Outro princípio em que nos baseamos foi o de Koch (1996:19-20) que diz : “*a simples seleção das opiniões a serem reproduzidas já implica, por si mesma uma opção*”. Com essa afirmação confirmamos a idéia de que os editoriais são discursos de transformação, pois buscam mudar a postura , opinião do leitor, objetivam a adesão do interlocutor a determinada tese, modificando suas convicções, ou aumentando as já

existentes. E esse auditório ou destinatário não é uma pessoa, mas um público, e o locutor sustenta seu discurso segundo o perfil que pressupõe ter esse auditório.

“Com efeito, para argumentar, é preciso ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental (...). Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar.” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 18 e 21)

Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca, os elementos essenciais do processo argumentativo são: o locutor, que apresenta o discurso; o auditório, que é aquele a quem o locutor quer persuadir; e o discurso ou a argumentação, que busca a adesão ou o acréscimo da intensidade de adesão a uma tese, e Arruda-Fernandes (1997), completa dizendo que argumentar não é apenas apresentar atos, nem provar a verdade, mas persuadir. Assim, uma argumentação para ela, procura agir não sobre a razão, mas sobre a vontade.

Acreditamos que o locutor dos editoriais de jornal (os editores), na tarefa de convencer (levar o outro a pensar como ele) e persuadir, sensibilizando o outro a se comportar na sociedade e atuar segundo princípios e concepções defendidas, selecionam e produzem os tipos de argumentos (evidências) que consideram compatíveis às condições intelectuais e sociais de seu auditório (leitores). Segundo Abreu (2002), no plano das idéias, as teses são as próprias idéias, e este é o “produto à venda”, portanto argumentar é fator decisivo que gera credibilidade ao receptor (auditório). Argumentar

“...corresponde a todos os expedientes utilizados numa situação discursiva que arrasta o ouvinte a acreditar numa idéia, numa ação. (...) Argumentar é fornecer argumentos, apresentar razões - a favor ou contra - para alcançar uma ou outra conclusão. Corresponde à possibilidade de se detectarem

técnicas que, empregadas estrategicamente, conduzem à adesão dos outros às nossas idéias.” (AQUINO, 1997, p.145 e 147)

2.4- Funções de tipos de textos inseridos em outros tipos _ outros estudos

Uma vez estabelecidas definições para realizar a categorização dos tipos de textos encontrados na superestrutura da dissertação argumentativa, observou-se de que forma a descrição, a narração e a injunção funcionam como argumentos. Conforme já havia identificado Travaglia (1991), a descrição, a narração e a injunção, quando utilizadas com a função de argumentar, normalmente explicitam aspectos (descrição) e funcionam como exemplos ou fatos (narração) que justificam a aceitação pelo alocutário do que o locutor quer que ele faça ou creia. Assim sendo, seqüências descritivas e narrativas inseridas nos textos dissertativos argumentativos “stricto sensu” editoriais se prestam a convencer, persuadir o leitor, fazê-lo crer que aquela opinião, aquele ponto de vista é realmente satisfatório, levando-o a agir consonante tais princípios. Por essa razão, julgamos pertinente e importante um levantamento dos tipos de funções argumentativas que as seqüências descritivas, narrativas e injuntivas exercem dentro de dissertações argumentativas “stricto sensu”.

Alguns estudiosos realizaram pesquisas sobre as funções que certos tipos de textos desempenham no corpo de outro. Adam e Petitjean (1982b,apud Neis; 1986, p.54) dizem que “*a descrição depende do papel que desempenha na economia interna do texto*” e citam um certo número de funções que a descrição cumpre dentro do texto narrativo como: construir o cenário da narrativa, fazer o retrato de uma personagem, exprimir o ponto de vista de uma personagem, introduzir enunciados explicativos de ações anteriores, assumir

as apreciações e os conhecimentos do autor, anunciar prospectivamente ações mais ou menos previsíveis; estabelecer isotopias do contexto etc. Eles consideram que a descrição muitas vezes não tem mero caráter descritivo e referencial, como representação de um estado, mas pode ter “*um sentido pragmático argumentativo, uma certa força ilocutória derivada dos códigos tecnológico e estético que estão sendo utilizados*”. E ainda propõem que a função de descrição varia de acordo com a finalidade enunciativa do texto que a engloba: demonstrar, constatar, orientar, instruir, persuadir, divertir, emocionar, ilustrar etc.

Genette (1966, apud Neis, 1986, P.60) distingue historicamente, duas funções fundamentais da descrição dentro da narração: a função *estética*, que vê a descrição como ornamento do discurso; a função *explicativa e simbólica*, que tem a intenção de revelar e de justificar a psicologia das personagens. Hamon (1972 apud Neis, 1986, p.60-61) destaca outras funções principais que a descrição exerce na economia interna do texto narrativo: função demarcadora, proteladora, decorativa, organizadora e focalizadora.

Ajustaremos conforme nossos interesses no que concerne às funções apresentadas por Adam e Petitjean e pelos outros autores supracitados. Assim, consideraremos que as funções “demonstrar”, “constatar”, “orientar”, “ilustrar” e “emocionar” podem exercer também a função de persuadir. Deste modo, não se justifica o enquadramento da função *persuadir* na mesma categoria das funções mencionadas. Ao “demonstrar”, “constatar”, “ilustrar”, “orientar” e “emocionar”, tem-se argumentos que cumprem a tarefa de convencer e persuadir o interlocutor (ou auditório) sobre a veracidade da tese apresentada. Acreditamos que a função “divertir” não é comum e nem significativamente quantitativa nos textos em análise: editoriais de jornal. Pois são “textos onde o jornal exprime formalmente sua opinião”. (Manual Geral da redação- Folha de São Paulo, 1984). O autêntico jornalista não somente informa o público, mas tem por finalidade formar a opinião desse público.

Quanto à função “demonstrar”, julgamos que seja desempenhada pela Lógica Clássica, exclusiva da Matemática. Sendo assim, na argumentação não se demonstra; convence-se ou persuade-se.

Travaglia (1992) realiza um pertinente estudo sobre transições tipológicas. O autor define **transição** como a passagem de um tipo textual para outro, e observa que nos textos falados (orais) há uma continuidade tipológica em termos de tipos textuais de composição (descrição, narração, dissertação, injunção) que acarretaria algumas características de constituição do texto oral. Deste modo,

“um texto tende a ser constituído basicamente por um só tipo; quando isto não ocorre, pode ser um intercâmbio tipológico ou processos de transição que marcam o tipo inserido como um elemento componente do outro texto em termos de partes da superestrutura, exemplos, respostas, justificativas, etc... Neste caso, normalmente há marcas dessa transição”.
(TRAVAGLIA, 1992, p.37)

Na pesquisa, Travaglia observou que a transição tipológica textual ocorre também em textos escritos, mas ressalta que neles não ocorrem transições que se devem a fatores decorrentes da interação face a face, tais como: em respostas, atendendo solicitações do interlocutor.

Trabalhamos com o princípio de que também em textos escritos, como em nosso corpus (editoriais de jornal: texto dissertativo e argumentativo “stricto sensu”) ocorrem transições tipológicas, pois são detectadas inserções de outros tipos de textos (narrativos, descritivos, injuntivos) nos textos dissertativos. A função primordial dessas inserções é de argumentar, por meio de justificativas, exemplos, definições, julgamentos, caracterizações etc.

Travaglia (1992) observou os tipos de transições ocorridas, as causas e as marcas. Na **transição dissertação para narração** foram identificadas as causas: 1) referir parte anterior da própria conversação; 2) exemplificar; 3) intercalar observação; 4) especificar; 5) introduzir comentário sobre algo de que está falando (quase sempre ocorre um intercâmbio de tipo textual); 6) justificar (apresentação de ação ou fato que justifica algo afirmado); 7) atender solicitação do interlocutor (quase sempre sob a forma de pergunta); 8) comprovar algo da dissertação (o fato apresentado serve de prova de algo dito, mas não é exemplo); 9) comentar como o interlocutor está processando a fala do locutor. Esta causa é de certa forma uma variante da causa 1. e às vezes se faz por marcador conversacional.

Na **transição dissertação para descrição** estão as causas: 1) especificar (dá-se um atributo de algo e descreve-se para mostrar o como/ o porquê do atributo); 2) exemplificar; 3) atender solicitação do interlocutor (que normalmente pede para dizer como é); 4) comprovar algo da dissertação.

Na **transição descrição para descrição** encontrou a causa “comparação” e a causa “descrição seriada de vários elementos”.

Na **transição narração para narração** foram detectadas as mesmas causas da transição descrição para descrição.

A **transição descrição para narração** só ocorreu para exemplificar.

E na **transição dissertação para injunção** foram identificadas as causas “conduzir a conversa para determinado tópico” e “controlar a tomada de turno (entrada de um falante na conversação)”.

Da primeira transição apresentada por Travaglia (1993) **dissertação para narração**, conservamos a causa 2- **exemplificar**; 6- **justificar** como uma particularidade de **explicar**, ou seja, explica-se por meio de uma justificativa; e 8- **comprovar**.

Consideramos que as causas 1 (Referir parte anterior da própria conversação) e 3 (intercalar observação) não realizam a função de argumentar, e portanto, nos restringimos apenas às causas que têm como função argumentar. Quanto à **causa 4- especificar**, denominamos como **caracterizar**, a qual entendemos como descrever com propriedades, assinalar as características, as particularidades. No que tange a causa 7- atender solicitação do interlocutor (quase sempre sob a forma de pergunta) e a causa 9- comentar como o interlocutor está processando a fala do locutor- são típicas do texto oral e incomuns em nosso corpus.

Na segunda transição, **dissertação para descrição**, podemos observar que há a ocorrência de causas já definidas no primeiro tipo de transição analisado e, por isso mantivemos a abordagem mencionada.

Quanto ao terceiro e quarto tipo de transição **descrição para descrição e narração para narração**, não fizemos alusão, pois nos centramos na inserção de tipos de textos diferentes, não considerando transição a passagem de um tipo de texto para outro do mesmo tipo.

Na transição **descrição para narração** conservamos a única causa detectada **exemplificar** e buscamos observar a ocorrência de outras.

Com relação à última transição estudada por Travaglia **dissertação para injunção**, consideramos que a causa1- “conduzir a conversa para determinado tópico” pode ser realizada por qualquer outra causa, e não carrega a força de um argumento em si mesma. A causa 2- “controlar a tomada de turno”- não é característica do texto escrito.

O termo **causa** será substituído em nossa pesquisa por “forma argumentativa”, pois equivale à forma em que o argumento é configurado, quer dizer, o argumento é do tipo explicação, exemplo, comprovação, etc. Por conseguinte, teremos as formas argumentativas

exemplificar, e no que se refere à forma argumentativa “justificar” (particularidade da forma argumentativa “exemplificar”), esta fica a encargo da forma argumentativa **explicar-justificando idéia**.

Quanto aos termos propostos por Adam e Petitjean (1982) utilizados nas definições das formas argumentativas, faremos algumas substituições. Preferimos o termo **comprovar** a “constatar”, por ser **comprovar** de maior abrangência, inclusive atendendo o sentido de “constatar”. Consideramos “constatar” a apresentação de provas por meio de estatísticas e fatos, abarcando também por meio do termo comprovar, evidências que confirmem uma idéia. Substituiremos o termo “orientar” por **explicar**, pois abrange tanto “orientar” quanto “esclarecer”, “explicitar”. E no lugar de “ilustrar” utilizaremos **exemplificar**, pois “ilustrar” compreende a linguagem não-verbal, ou seja, pode-se ilustrar por meio de gravuras, desenhos; e o termo **exemplificar** se restringe na utilização da linguagem verbal para descrever exemplos, narrar fatos que exemplifiquem.

Para uma categorização mais ampla das formas argumentativas exercidas por textos inseridos em outro tipo de textos, apresentaremos algumas exposições de Lakatos e Marconi (1993, p:68-69), que ao proporem técnicas para resumir, expõem as partes principais em que se estrutura um texto.

Segundo eles, um texto argumentativo pode apresentar idéias, provas, exemplos etc. que servem como explicação, discussão e demonstração da proposição original (idéia principal). Os autores afirmam também que quando se passa de uma idéia para outra, geralmente inicia-se um novo parágrafo, e a ligação entre eles permite identificar: conseqüência; justaposição ou adição; oposição; incorporação de novas idéias; complementação do raciocínio; repetição ou reforço de idéias ou argumentos; justificação de proposições (por intermédio de um exemplo, comprovação etc); e digressão.

Das relações que as mudanças de parágrafos nos permitem identificar, consideramos a **6- repetição ou reforço de idéias ou argumentos** e a **7- Justificação de proposição** pertinentes ao nosso estudo por terem valor de argumentos, e consistirem numa forma argumentativa. Mas elas podem, ainda serem subdivididas em formas mais específicas.

Enquadradas na forma **repetição ou reforço de idéias ou argumentos** estão as formas argumentativas **exemplificar** e **caracterizar**, pois ao explicar, apresentar as características ou definir algo, pretende-se reforçar uma idéia ou argumento já exposto.

E enquadradas na forma **justificação de proposição** podemos considerar além de exemplificar e comprovar (como foram citados por Lakatos), as formas argumentativas **contra-argumentar, apresentar consequência, e explicar**, no caso de trecho narrativo(justificando idéias).

Todas essas formas argumentativas complementam a tese defendida no texto em que estão presentes, atribuindo a ela argumentos.

2.5- Marcas lingüísticas na inserção de trechos narrativos, descritivos e injuntivos.

Em nosso estudo buscamos identificar a ocorrência de marcas lingüísticas na inserção de trechos narrativos, descritivos e injuntivos nos editoriais de jornal; e observamos se essas marcas lingüísticas contribuem na classificação da forma argumentativa em que os trechos se configuram.

2.5.1- Marcas lingüísticas: coesão

Consideramos marcas lingüísticas as “palavras”, “expressões” ou “frases” que marcam a inserção dos trechos narrativos, descritivos ou injuntivos auxiliando ou não na identificação da forma argumentativa apresentada pelo trecho.

As marcas lingüísticas em análise cumprem um papel coesivo, ou seja, são mecanismos de coesão.

Segundo Halliday e Hassan (1980 apud Moraes, 1986 p364), “a coesão ocorre quando a **interpretação** de algum elemento do discurso depende do outro. Um **pressupõe** o outro no sentido de que um não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recorrência a esse outro”.

Eles apresentam também a idéia de que a coesão está ligada à função textual da linguagem que, juntamente com as funções ideacional e interpessoal satisfaz às necessidades sociais e pessoais de comunicação.

A **função ideacional** é responsável pela manifestação do “conteúdo”. É através dela que o falante ou escritor expressa sua experiência no mundo real “inclusive do mundo interior de sua própria consciência”.

A **função interpessoal** se refere à expressão de papéis sociais, à interação entre falante e ouvinte, informante, perguntador, respondente etc. Refere-se também a intromissão do falante ou escritor no processo de comunicação quando da expressão de seus julgamentos, comentários, atitudes e avaliações.

A **função textual** diz respeito às relações coesivas entre uma frase e outra no discurso, estabelecidas pela coesão. Compreende os recursos que a linguagem tem no estabelecimento de “vínculos com ela própria e com as características da situação em que é usada” (HALLIDAY, 1970, *apud* Moraes, 1986, p.363). É a função textual que capacita o

falante ou escritor a construir “textos”, ou passagens encadeadas de discurso que sejam situacionalmente apropriadas.

São as duas últimas funções supracitadas que nos interessam na abordagem da coesão. Os mecanismos de coesão que marcam lingüisticamente a passagem de um tipo de trecho para outro realizam uma função textual por cumprirem um papel social de apresentar um novo argumento ao leitor na busca de convencê-lo e/ou persuadi-lo sobre a validade da idéia proposta. O veículo da idéia, por ser um texto dissertativo e argumentativo “stricto sensu” é constituído por vários argumentos, e é a **função textual** a responsável por estabelecer a relação entre os trechos, que são os próprios argumentos, de forma a construir um texto com idéias situacionalmente organizadas e vinculadas umas às outras.

Travaglia (1992) em sua pesquisa sobre as causas e as marcas de transição tipológica, analisou as transições tipológicas nos textos orais (inquéritos) dissertativos, descritivos, narrativos e injuntivos, e observou que da transição dissertação para narração 54,32% apresentaram marcas lingüísticas; da transição **dissertação** para **descrição** 73,91% ; da transição **descrição** para **descrição** não houve nenhuma marca lingüística específica; da **narração** para **narração** 60% apresentaram marcas; **descrição** para **narração** só ocorreu uma vez e não apresentou marca lingüística; e da transição **dissertação** para **injunção** não ocorreu marca nenhuma.

A transição tipológica com maior incidência de marcas lingüísticas é da dissertação para a descrição, em segundo lugar da narração para a narração e em terceiro da dissertação para a narração.

Travaglia (1992) identificou os seguintes tipos de marcas lingüísticas:

a) Um tipo ligado à **causa da transição**: como é? explique (solicitação de interlocutor), por exemplo (antecedendo um exemplo);

b) Um tipo ligado ao **tipo textual** que se insere: assim, como é (para descrição); quando, outro dia, uma ocasião (para narração) e outras marcas temporais.

O autor levantou as seguintes marcas lingüísticas: agora realmente, e realmente, por exemplo, se bem que, pergunta, expressões temporais (quando, outro dia, já, na aula passada, antes, uma ocasião, então, há uns três anos, hoje), assim, por exemplo, então, aqui uma vez, agora. Todas as marcas foram também quantificadas pelo autor.

Koch (1989) propõe a existência de duas grandes modalidades de coesão: a **coesão referencial** (referenciação, remissão) e a **coesão seqüencial** (seqüenciação). Chama de coesão referencial “aquela em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) do universo textual”. Quanto à coesão seqüencial, segundo Koch (1989),

“diz respeito aos procedimentos lingüísticos por meio dos quais se estabelecem, entre os segmentos do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e mesmo seqüências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas, à medida que se faz o texto progredir.”
(KOCH, 1989, P.49)

Consideramos os mecanismos de coesão que analisamos pertencentes a esta última modalidade, ou seja, em nosso trabalho, analisamos os mecanismos de **coesão seqüencial**, pois são eles os responsáveis por fazerem relações semânticas, discursivas e/ou pragmáticas entre os segmentos do texto.

Dessa forma, a coesão seqüencial relaciona os trechos descritivos, narrativos e injuntivos entre si e com os trechos da estrutura predominantemente dissertativa, podendo marcar entre eles diferentes formas em que o discurso argumentativo se constitui.

Não obstante a importância e o papel do outro mecanismo de coesão definido por Koch como Coesão Referencial, devemos ressaltar que deixaremos a cargo de um próximo estudo, a observação do funcionamento do mesmo na estrutura lingüística dessa tipologia textual (textos dissertativos argumentativos “stricto sensu”)

Segundo Koch, a progressão textual pode ser feita com elementos recorrentes, portanto, **coesão seqüencial parafrástica**, ou sem elementos recorrentes, pela **coesão seqüencial frástica**.

A primeira (Seqüenciação parafrástica) compreende a recorrência de termos; recorrência de estruturas- paralelismo sintático; recorrência de conteúdos semânticos _ paráfrase; recorrência de recursos fonológicos segmentais e ou supra-segmentais e recorrência de tempo e aspecto verbal.

No que tange à seqüenciação frástica, são os mecanismos que garantem a manutenção do tema, o estabelecimento de relações semânticas e/ou pragmáticas entre segmentos maiores ou menores do texto, a ordenação e articulação de seqüências textuais. Esses procedimentos são nomeados pela autora como: a) **Procedimentos de Manutenção Temática** (Uso de termos pertencentes ao mesmo campo lexical); b) **Encadeamento** que pode ocorrer por **justaposição** (sem partícula ou com partículas: seqüenciadoras no tempo do “mundo real” ou ordenadoras ou continuativas de enunciados ou seqüências textuais: linearidade e ordenação de partes do texto); ou por **conexão**: conectores do tipo lógico ou operadores discursivos e/ou argumentativos.

Como o intuito maior deste item de nosso trabalho é observar se os marcadores lingüísticos que introduzem os trechos marcam a forma argumentativa que esses trechos aparecem, analisamos com maior enfoque, conforme Koch (1989) classifica, os

mecanismos de coesão seqüencial (seqüenciação) frástica com encadeamento por justaposição ou por conexão.

Adotamos as classificações dos mecanismos e recursos de coesão propostas por Koch (1989) por contribuírem de forma mais objetiva e condizente ao que buscamos analisar e categorizar em nossa análise. Porém, somente discutiremos os mecanismos e recursos de coesão levantados em nossa pesquisa, e assim pertinentes ao nosso trabalho.

A autora lista algumas relações que esse tipo de mecanismo pode estabelecer: conjunção, disjunção, contrajunção, explicação ou justificativa, comprovação, generalização/extensão, especificação/exemplificação, contraste, correção/redefinição, etc.

Algumas das relações apresentadas coincidem com as formas argumentativas que os trechos podem configurar, como enumeramos no item anterior, e explicitaremos no próximo capítulo.

Outro objetivo de nosso trabalho é observar qual o tipo de trecho apresentado com maior frequência por marcas lingüísticas e a contribuição destes mecanismos de coesão no enquadramento do trecho em uma das formas argumentativas detectadas.

3- RESULTADOS

3.1- Preliminares

Em nossa análise, ficou evidente que nos textos argumentativos se configuram argumentos das mais variadas naturezas (forma e conteúdo), e que na composição dos textos dissertativos argumentativos há outros tipos de textos, como narrativos, descritivos e injuntivos, inseridos. Verificamos quais deles realmente funcionam como argumentos.

Nossa pesquisa foi desenvolvida por meio da análise dos editoriais de jornais e refletimos sobre uma questão extremamente relevante: o caráter argumentativo de textos de outros tipos no corpo do texto dissertativo argumentativo “stricto sensu”. Tal emprego representa um recurso textual de grande valia para se efetivar a persuasão.

Depois de observarmos a estrutura textual dos editoriais de jornal, no que tange ao seu caráter argumentativo, analisamos a função que os textos narrativos, descritivos e injuntivos assumem, e passamos, posteriormente, a discutir a função argumentativa desses tipos de texto, as várias formas em que elas se configuram, e se são inseridas ou não por marcas lingüísticas que indicam ou estabelecem a forma do argumento.

3.2- Componentes estruturais do texto argumentativo

Os textos argumentativos, em particular os editoriais de jornal, são como já vimos, constituídos por determinados componentes estruturais. Alguns são indispensáveis a esse tipo de texto e outros são facultativos na organização.

Considerando as observações feitas, propomos, em nosso trabalho, que a superestrutura dos editoriais de jornal como textos predominantemente argumentativos “stricto sensu” é composta pelos seguintes componentes estruturais: *proposta, tese, argumentos e conclusão*.

A **proposta** representa uma ou mais asserções sobre o mundo cujos conteúdos geram polêmica, pois para haver argumentação deve-se partir das verdades não consensuais que provoquem um posicionamento nos sujeitos. A **proposta** pode apresentar-se como uma citação ou vaga referência a asserções de outros textos. Como citações, as propostas são apresentadas por trechos narrativos e funcionam como contextualizadoras, ou seja, introduzem o tema a ser tratado, e apresentam uma retomada à notícia cujos fatos geram polêmica, e a partir dos quais o argumentador tece seus comentários, emitindo uma opinião representativa da postura ideológica do jornal. Portanto, nos editoriais do jornal as propostas configuradas por fragmentos narrativos são elementos motivadores ou geradores da argumentação.

E essa argumentação se fundamenta na tomada de uma posição a favor ou contra a situação polemizada, e a posição fica evidenciada na **tese**. Esta é o ponto de vista do argumentador, sua visão no que diz respeito ao fato apresentado. Como o intuito do locutor não é apenas de contar um fato e expor sua opinião sobre ele, esse mesmo locutor apresenta justificativas, provas que atribuam veracidade à tese, quer dizer, ele objetiva persuadir o

leitor a aderir às idéias do jornal e para tanto se vale de **argumentos** que sustentem sua proposição.

Quanto aos **argumentos**, identificamos em nosso trabalho as formas² em que eles aparecem, ou seja, a relação que estabelecem com as asserções e/ou as teses, e detectamos as seguintes formas: **caracterização, consequência, comprovação, explicação, exemplificação e contra-argumentação**. Essas formas argumentativas são representadas ora por trechos narrativos, ora por trechos descritivos; e em alguns casos a mesma forma argumentativa aparece estruturada pelos dois tipos de texto.

Observamos que os argumentos funcionam como elos entre o fato, a tese e a conclusão, por isso são utilizados no desenvolvimento do texto.

No parágrafo final ou nos parágrafos finais concentra-se, geralmente, a **tese** dos textos. Postula-se que para que a tese seja aceita pelo interlocutor deve ser apresentada no final do texto argumentativo, pois é importante que o público seja envolvido, ao longo do texto pelos argumentos para que seja conduzido à idéia à qual se pretende persuadir o leitor. Essa **tese**, quando apresentada também no início do texto, recebe o nome de **conclusão**, e funciona como arremate dos argumentos, mas não consiste numa simples recapitulação ou mero resumo. É a exposição em termos claros e explícitos da essência da tese que se quer fazer crer, conduzida pelos argumentos, e é denominada conclusão.

Por conseguinte, nos editoriais de jornal, segue-se com freqüência uma ordem padrão de organização do discurso argumentativo, fruto de um planejamento e de uma premeditação, em que o argumentador prepara seu interlocutor para a aceitação da tese. Para isso, emprega-se a seguinte superestrutura argumentativa: **proposta** (fato

inquestionável) _ **argumentos** (relacionados à tese) _ **tese** (revela a intenção argumentativa do editorialista e a idéia defendida pelo jornal) _ e **conclusão** (avaliação final da idéia defendida). Porém, são poucos os casos em que o editorial apresenta a **tese** no início do texto, geralmente esta se situa neste gênero no final .

Quando a **conclusão** participa da estrutura organizacional do editorial, ela aparece, em alguns casos, configurada em textos de outros tipos como narrativos e injuntivos. Esse último tipo de texto só aparece como **tese** e **conclusão**, não configurou nenhum tipo de argumento.

Os trechos **conclusivos** são o apoio à tese, complementam a proposição do texto. Analisa-se da seguinte forma esse tipo de trecho: a **conclusão** que se deve chegar em relação a **b** é **c**, portanto devemos concordar e aderir a **a** (idéia-tese), ou seja, em relação a **b** (outros argumentos) devemos chegar a conclusão **c** (argumento conclusão). Portanto é condizente concordar com a proposição **a** (idéia-tese) Observamos essa ocorrência no trecho abaixo:

(1)

“Tenho certo ceticismo quanto à possível eficácia de uma gestão integrada de segurança pública, idealizada para o país. Já houve quem dissesse que ‘no Brasil existem vários Brasis’(.....) O Rio é o calcanhar-de-aquiles da segurança pública, que obriga neo-intelectuais de polícia (policíólogos) a reverem constantemente suas teorias sobre prevenção e repressão ao crime.

Ressalte-se que alguns desses policiólogos, ainda que tenham participado da implantação e da execução de políticas de segurança, fracassaram na prática.

² Usamos aqui o termo forma no sentido de modo, maneira e não no sentido estrutural. Pensamos antes no termo funções, mas este trazia sentidos que pareceram problemáticos à banca de qualificação. Temos, pois, um problema terminológico que nos pareceu difícil de resolver.

Paradoxalmente, quanto mais defenderam teorias filosóficas em seminários e convenções, mais a violência e o temor ao crime cresceram.

conclusão A política de Shangri-lá' não funcionou".
 (...)

 (...)

(OG1.4, E8, N2)

A idéia-tese é apresentada no primeiro trecho, o qual expõe a opinião do locutor em relação à gestão integrada de segurança pública idealizada para o país. Ele não concorda com a proposta e apresenta **argumentos** como o da violência no Rio de Janeiro. A tese é completada com o terceiro trecho que mostra a ineficácia de se defender teorias filosóficas em seminários e convenções enquanto mais ainda crescem o temor e o crime. Tudo isso só pode desencadear uma **conclusão**: de que a “política de Shangri-lá” não funciona. Dessa forma, guiada por tais argumentos e idéias, a conclusão lógica geral e aceitável com que se deve concordar é a proposta, ou seja, de que uma gestão integrada de segurança pública é ineficaz no Brasil.

Consideramos pertinente expor outras funções que os textos de outros tipos (narrativos, descritivos e injuntivos) desempenham, como a função de estruturar conclusões, teses ou propostas. Nesses casos, realizaremos uma discussão mais breve, por não se tratar da questão fundamental de nossa análise, ou seja, centremo-nos na observação da função argumentativa desempenhada por esses tipos de textos.

a- Conclusão estruturada em trechos narrativos

Ocorre quando o fato/acometimento é narrado como conclusão da tese ou idéia apresentada. Esse componente estrutural do texto argumentativo consiste no resultado, na dedução realizada acerca da primeira premissa, a decisão final. A conclusão é uma nova forma de apresentar a tese, um reforço e uma avaliação da idéia proposta. Convalida, assim, a idéia defendida.

(2)

(...)

(...)

“Os contestadores da sociedade, em geral, são absorvidos pela própria sociedade. Não mudam de lado: passam a ser aceitos e aceitam novas regras de comportamento.

(...)

(...)

Lembro uma charge publicada (.....) em que Julião, com um punhal de cangaceiro, estripava uma donzela vestida com a bandeira nacional.

Conclusão

O tempo absorveu o líder das Ligas Camponesas. Parece que terminou os dias com um terço nas mãos, convertido a Deus e aos bons costumes.(Vamos ver o que acontecerá com Stédile)”

(FSP3, E19, N7)

O produtor do editorial conclui narrando o fato deduzido de que o tempo absorveu o líder e que ele terminou convertido a Deus e aos bons costumes. Fez esta inferência, que serve também para reforçar a tese de que os contestadores da sociedade são absorvidos por ela e passam a aceitar novas regras de comportamento. Esse trecho narrativo conclui, pois apresenta um fato (mesmo sendo inferido) que reforça e sustenta a tese defendida. E completa a conclusão com o trecho injuntivo: **“Vamos ver o que acontecerá com**

Stédile”. Nesta conclusão podemos observar a ocorrência de dois tipos de trechos (um narrativo e um injuntivo). O trecho injuntivo visa conduzir o locutor a estabelecer a conclusão para o caso de Stédile. Pelos argumentos, exemplos, conclui-se que ele terá o mesmo fim dos outros estereótipos de comportamento como os Beatles, o metalúrgico, o ex-deputado Francisco Julião. Ou seja, será absorvido e aceito pela sociedade. É, portanto, um fato que propõe uma reflexão ancorada aos argumentos antes apresentados, conduzindo a uma determinada conclusão.

Mesmo sendo esse trecho injuntivo “aberto” a inúmeras hipóteses de conclusões, por tudo o que foi apresentado só se espera um resultado. Assim, o trecho “vamos ver o que acontecerá com Stédile”, só pode ser deduzido em *com Stédile acontecerá o mesmo que aconteceu com os outros que violaram padrões de comportamento*.

(3)

“O início do recuo e a falta de convicção ideológica do governo Lula na reforma da Previdência ficaram evidentes no enterro de um assunto espinhoso que atende por uma sigla não menos esquisita : PL9. É o projeto de lei complementar já aprovado pela Câmara em 2000, mas que continua parado por causa do pedido de votação em separado de três frases do texto que não agradam a PT, PC do B, PDT e PSDB.

(...)

(...)

(...)

(...)

Ao montar o texto da reforma da previdência, o governo já fez um truque. Disse que iria constitucionalizar o PL9. Mentiu. Deixou de fora a obrigação de os novos fundos de pensão serem por contribuição definida.

conclusão

Ficou tudo em aberto. Quem definirá a modalidade dos futuros fundos de pensão serão as milhares de câmaras de vê e

as 26 assembléias legislativas. Podem prometer salário integral na aposentadoria e outras temeridades. Os efeitos serão conhecidos daqui a 20 anos”

(...)

(FSP3, E11, N4)

No segundo trecho, foram apresentados fatos futuros, resultantes de outros fatos que concluem a idéia do trecho anterior. É um trecho narrativo preditivo, pois prevê acontecimentos futuros. A ação que será realizada no futuro é de definir a modalidade dos fundos de pensão. E essa ação futura é atribuída aos vereadores e às assembléias legislativas. A conclusão é feita acerca da idéia de que o governo mentiu dizendo que iria constitucionalizar o PL9, mas deixou os fundos de pensão de fora de serem por contribuição definida. Por meio desses dados o locutor presume concluindo que quem definirá os fundos de pensão serão os vereadores e o legislativo e que os efeitos só serão conhecidos daqui a 20 anos. Fica pelo termo “temeridades” a insinuação de que os efeitos serão negativos.

Grande parte das conclusões são estruturadas em trechos narrativos, porém não ficará a encargo de nosso análise quantificar tal ocorrência, pois nos centraremos a levantar dados e a fazer descrição detalha desses trechos, quando eles configurarem argumentos.

Identificamos nos editoriais a presença de conclusões parciais, ou seja, avaliações de idéias discorridas ao longo do texto argumentativo. São conclusões específicas de determinados tópicos da argumentação e podem funcionar como argumentos para a **conclusão (tese)** principal. Esse tipo de conclusão ocorreu em trechos do tipo descritivo e narrativo. Observemos o exemplo 4:

(4) (...)
 (...)
 (...)

“O problema é que os EUA, por ostentarem um déficit fiscal inigualável (.....) e um resultado negativo no balanço de pagamento em conta corrente de proporção semelhante, têm funcionado como um monstruoso sorvedouro das reservas mundiais. O país capta cerca de US\$ 1,5 bilhão por dia para financiar o rombo em conta corrente.

No Brasil discute-se como o país absorverá esse golpe inevitável. Há análises de todo tipo.

Conclusão parcial O certo é que poucas vezes o setor externo esteve tão equilibrado como hoje: superávit em conta corrente em 2003 (o primeiro desde 1992) e muito provavelmente este ano, e exportações em alta”

O importante é manter a filosofia de ampliação constante das vendas ao exterior. Já houve momentos bem mais complicados na frente externa”. (OGI.9, E10, D2)

O trecho em destaque apresenta uma conclusão parcial de como está o Brasil economicamente, tirando por base os EUA, mencionado nos trechos anteriores. E a conclusão a avaliação é positiva, e foi exposta de forma descritiva. Ou seja, a descrição é retratada em cima de um análise quantitativa, e argumenta a favor da tese do último trecho que propõe manter a filosofia de ampliação constante das vendas ao exterior, e diz ter o Brasil passado por momentos piores na sua história.

Não detectamos nenhum caso de **conclusão** (como componente principal do texto argumentativo) configurada em trecho descritivo, somente o caso de conclusão parcial, apresentada no exemplo acima.

b- Conclusão estruturada em trechos injuntivos

Nesse tipo de conclusão, o locutor utiliza frases imperativas que apresentam ao leitor um alerta, chama a atenção deste para determinado tópico do assunto, conduzindo o interlocutor a uma determinada conclusão, ou seja a determinado ponto de vista. Os trechos injuntivos constituem também, em alguns casos, o componente **tese**. Nos dois casos, tanto como **conclusão** quanto **tese**, o trecho injuntivo envolve o interlocutor com a proposição que apresenta de forma interativa e chamativa, pois busca manter um contato mais direto com este, e se aproxima do diálogo oral. Há ocorrências também do trecho injuntivo apresentando uma tese ou conclusão do tipo proposta de ação, de comportamento, ou de reflexão. Vejamos os exemplos 5, 6 e 7:

(5)

(...)

(...)

“Crítico Lula no varejo e no atacado seria repetir o reacionarismo da velha UDN (.....)

O melhor que se pode fazer é abrir generoso crédito para o presidente, que além de honrado, é boa pessoa e quer e pode acertar.

Mas sem se esquecer que, até agora, revelou certa inadequação para governar um país como o nosso.

Não sou dado a alucinações suficientes para dar uma de Marco Antônio. E seria o último dos mortais a falar no funeral de César ou de qualquer outro César.

Conclusão

(.....) E vamos e venhamos. Lula está longe de ser candidato a tamanha e definitiva conspiração.”

(...)

(FSP1, E6, I 1)

No trecho injuntivo do exemplo (5), o locutor induz o leitor a pensar como ele, a concluir que Lula, apesar de ser boa pessoa, honrado, bem intencionado e capacitado, tem seus defeitos e limitações, mas não pode ser considerado objeto de uma conspiração.

O locutor faz uma espécie de contrato de conclusão ao dizer “Vamos e venhamos”, que carrega o sentido de *Concluam comigo ou como eu, pois é a idéia mais certa e sensata*.

(6)

“O jornal ‘The New York Times’ relatou, no Domingo um pequeno erro, de apenas US\$12 trilhões cometido pelo economista Michael J. Boskin.

(...)

(...)

(...)

Quando o trabalho começou a circular, alguns acadêmicos apontaram-lhe uma proporção de erros e incongruências. Boskin acabou por admitir que sua equação continha “erros”

(...)

(.....) Alguém aí já fez as contas sobre o custo dos erros do FMI para o Brasil?

Conclusão

Tudo somado, ministro Palocci, abra o olho, lustrosas fichas acadêmicas e técnicas, como a de Boskin ou a do pessoal do FMI, não garantem bons conselhos.”

(FSP3, E16, I 1)

O trecho injuntivo é direcionado, *a priori*, ao ministro Palocci, alertando-o dos erros de cálculos financeiros cometidos pelo economista Boskin. Porém, não direciona o alerta apenas ao ministro, mas em especial ao público leitor, chamando a atenção para as possíveis conseqüências de ocorrerem erros no setor econômico.

O ministro Palocci é o alvo inicial, pois as soluções para tais problemas, ou prevenção de prejuízos futuros decorrentes do fato, está sob seu poder. Ao povo, leitor,

resta estar consciente e admitir a conclusão de que “lustradas fichas acadêmicas e técnicas, como a de Boskin ou a do pessoal do FMI, não garantem **“bons conselhos”**”.

c) Tese estruturada em trechos injuntivos

Observamos um caso de tese estruturada por trechos injuntivos. Consideramos pertinente a exposição de tal ocorrência por acreditarmos ser esta estrutura, uma estratégia textual não muito usual nos textos em análise, mas que cumpre com veemência o papel de seduzir, conduzir e persuadir o leitor.

(7) tese “Louve-se o Estado brasileiro pela ação competente da Polícia Federal que levou à prisão preventiva de um dos maiores contrabandistas do país.

tese Cobre-se desse mesmo estado providências para estancar a fonte de onde surgem, aos borbotões, quadrilhas como a de Law Kin Chong.

Sem medidas profiláticas, operações policiais contra piratas de todos os calibres, mesmo as mais bem sucedidas, correm o risco de cair no vazio da esterilidade.

(...)

(...)

(...)

(OGL. 7, E12, I1, I2)

Os trechos em destaque são do tipo injuntivo e apresentam uma particularidade que os diferencia dos outros identificados: eles introduzem o texto a que pertencem, ou seja, se localizam no início do texto, e ainda são empregados dois trechos desse tipo em um mesmo texto, o que não ocorreu em nenhum outro caso. Os trechos deste exemplo apresentam a

tese proposta pelo jornal. Cada trecho injuntivo consiste em uma parte da tese, que é dividida desta forma para justificar detalhadamente as idéias propostas em cada parte. Essas idéias são ações indicadas a serem realizadas pelos leitores. Cada parte da tese vem, portanto, acompanhada por um argumento. No primeiro trecho injuntivo o locutor propõe a ação a ser realizada pelo interlocutor de louvar o estado; e justifica esta idéia por meio do fato exposto: a competente ação da polícia federal em levar à prisão preventiva um dos maiores contrabandistas do país.

O segundo trecho injuntivo diz que é necessário cobrar do estado providências, e apresenta a finalidade das providências que devem ser reivindicadas: estancar a fonte de onde surgem as quadrilhas.

Dessa forma, o locutor expôs sua posição com relação à polícia do estado; e sua opinião é de que o estado deve ser louvado, mas também cobrado. E, com o intuito de fazer o leitor concordar com a idéia, apresenta justificativas para cada tópico da tese.

A conclusão a que o leitor deve chegar é exposta no último trecho, e faz a avaliação de que deve-se cobrar do governo providências para inibir o surgimento desse tipo de quadrilhas como a de Law, convalida a tese com esta conclusão. Esses trechos injuntivos são, portanto, propostas de ações e comportamentos que devem ser realizados pelo interlocutor tendo suportes argumentativos em outros trechos .

A estrutura textual deste editorial, introduzido por trechos injuntivos, funciona como sedutora do leitor, cria uma expectativa neste, prendendo sua atenção e despertando curiosidade sobre as supostas justificativas das ações propostas. Envolve o leitor desde o início, pela tensão que causa.

Identificamos um número de 4 trechos injuntivos que se prestam a concluir, e 2 que configuram teses.

Quanto ao componente do discurso argumentativo **proposta**, que consiste em citações e/ou asserções que contextualizarão e motivarão a argumentação, este é estruturado em trechos narrativos. A proposta apresenta fatos, a princípio, com certo grau de independência por ser do conhecimento público, mas que desencadeiam, posteriormente, reflexões e comentários acerca do exposto. É um ponto de partida para discussões, tomadas de posições que conduzirão à idéia-tese. A citação é apresentada como alvo de contestações ou como justificativa para a adesão que se almeja.

Iniciando seu texto com um fato, o editorialista aumenta sua credibilidade junto ao leitor, pois torna seu discurso pertinente, ou seja, o discurso proferido faz referência a um conteúdo conhecido do leitor. Isso confere legitimidade ao discurso e afirma a postura de convicção do argumentador para com sua tese.

Quando esse tipo de trecho aparece no início do texto, os argumentos presentes em outros trechos se ancoram à idéia que ele estabelece. Portanto, o trecho com a função de **citar** funciona como portador de um dado (fato), pelo qual se desenrolará o ponto de vista cultivado e pregado pelo locutor. Aparecendo no meio do texto, tem a mesma função: apresenta um novo dado a ser discutido e analisado num enfoque determinado pelo locutor. O trecho do tipo proposta narrativa é exemplificado a seguir.

(8) proposta

“ Em entrevista ao Globo (23/05/2004), o presidente Lula reclamou que a discussão sobre a taxa de juros no país transformou-se numa verdadeira comoção nacional.

O presidente tem toda a razão. Em qualquer país, discussões sobre a taxa básica de juros não costumam sair da seção de economia dos jornais. No Brasil, é notícia de primeira página. A razão para tanta preocupação é facilmente explicável.

A taxa básica brasileira (Selic) é uma das mais elevadas do mundo, disputando com a Turquia o campeonato dos juros mais altos.

A conseqüência é o inevitável baixo crescimento da economia.”

(OGI.7, E13, N1)

O trecho destacado acima, com uma proposta narrativa, inicia o texto ao qual ele pertence. Nele, o locutor mencionou o fato de Lula reclamar da comoção nacional que as taxas de juros viraram no Brasil, para conduzir à tese que pretende defender: de que a taxa de juros do país é a mais alta de todos, e por isso a economia do Brasil não cresce. Assim, o trecho lança mão de um fato que traz polêmica, servindo de alavanca às reflexões posteriores que objetivam, por meio dos argumentos, conduzir à tese.

A proposta narrativa ocorre, portanto, quando um fato/ acontecimento é apresentado, citado, mencionado, e são desenvolvidas posições, argumentos em torno desse fato. É uma tese de **adesão inicial** relatada de forma narrativa. Geralmente, vem no início do texto, quando cita um fato que será discutido, refletido, contestado ou julgado. Observemos mais exemplos desse componente **proposta narrativa** no editorial:

(9)

proposta narrativa

“Marco Aurélio Garcia, o assessor internacional do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, queixa-se de uma espécie de esquizofrenia no noticiário sobre a posição do governo petista em relação aos EUA.

Lembra que há três semanas, havia um tiroteio sobre Lula por, supostamente, ter “capitulado” diante de seu colega ...
Foi uma interpretação exagerada...
Agora, o pêndulo da esquizofrenia vem para o ponto inverso...

Foi uma interpretação exagerada. Se capitulação houve, ela se deu bem antes, quando Lula se reuniu com Bush ainda antes da posse.

(...)

Agora o pêndulo da esquizofrenia vem para o ponto inverso: Lula teria criticado os EUA ao falar na reunião da “Terceira Via.

Não criticou. Ao contrário, defende a tese de que todos os países deveriam fazer como os EUA...”

(FSP1, E2, N1)

Todos os argumentos, comentários posteriores são ancorados à proposta narrativa acima. Assim, a idéia que será discutida é a esquizofrenia do noticiário, introduzida pela narração.

(10)

proposta narrativa “A proposta de as nações Unidas constituírem uma comissão para levantar as falhas do Poder Judiciário brasileiro que contribuem para a impunidade foi rejeitada com rigor pela magistratura.

A idéia ... conseguiu o apoio do governo federal, mas terminou sendo rechaçada como uma ingerência indevida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Maurício Corrêa.

Além de vacinar a questão da modernização da justiça contra as idiossincrasias pessoais, é necessário, com equilíbrio, mapear as causas do indiscutível mau funcionamento desse poder.

Admitir as deficiências da Justiça não significa eximir de culpa o Legislativo e o Executivo.” (OGL1, E1, N1)

O trecho em destaque acima com a proposta lança um fato que será discutido e justificado posteriormente. É, portanto, uma tese de adesão inicial, que dispõe uma posição definida, de que ao levantar as falhas do Judiciário deve ser feita, mas sem tirar a culpa dos outros poderes, e acima de tudo mapear as causas do mau funcionamento daquele. Essa tese vai de encontro ao fato mencionado na citação de que a proposta de encontrar as falhas foi rejeitada pela magistratura. As outras proposições justificam essa rejeição.

Dos 31 trechos narrativos apresentados como proposta, 17 (52,7%) localizam-se no primeiro parágrafo do texto. Isso prova o propósito de utilizá-lo como introdutor de uma argumentação, um alavancador de argumentos e avaliações acerca de uma tese.

Observamos, em nossa análise, que a **tese** pode aparecer nos editoriais em textos narrativos, descritivos, injuntivos e dissertativos, mas com grande frequência esse componente textual se configura nos trechos do tipo dissertativo. A **proposta** só foi encontrada em trechos narrativos; os **argumentos** configurados em trechos narrativos e descritivos, e a **conclusão** em trechos injuntivos, narrativos e dissertativos, mas o maior número das conclusões são estruturadas em trechos dissertativos.

Acreditamos que os trechos de outros tipos, que não o dissertativo (dominante) aparecem nos editoriais (forma narrativa, descritiva e injuntiva) como recursos lingüísticos estruturais, utilizados em prol de desenvolver a atividade comunicativa de maneira eficaz e produtiva.

Como alvo de nossa pesquisa, estudamos os argumentos configurados em trechos do tipo narrativo, descritivo e injuntivo nos textos dissertativo-argumentativos. Discutiremos de que formas argumentativas estes trechos aparecem e apresentaremos a incidência dos tipos de textos e das formas argumentativas.

Identificamos somente trechos narrativos e descritivos desempenhando a função de argumento. Não foi detectado nenhum trecho injuntivo usado como argumento.

3.3- As formas argumentativas

Neste item vamos apresentar as formas argumentativas que encontramos em nossa análise para os trechos narrativos e descritivos inseridos nos editoriais (textos dissertativos e argumentativos “*stricto sensu*”).

Formas argumentativas são, portanto, a relação que os argumentos (estruturados em trechos narrativos e descritivos) estabelecem com a tese da argumentação. Dessa forma, o argumento pode apresentar consequência, caracterizar, comprovar, contra-argumentar, exemplificar ou explicar a tese ou o objeto de acordo da tese.

Apresentaremos a seguir as formas argumentativas desempenhadas por outros tipos de textos com os respectivos exemplos e, posteriormente explicitaremos as formas argumentativas em que cada tipo de texto se configura.

1- Forma argumentativa de apresentar consequência:

Consiste em idéias que apresentam a consequência de um fato, de um acontecimento, ou o efeito que uma tese pode desencadear. Essas consequências são enumeradas com o intuito de conduzir a opinião do leitor a determinado pensamento. Assim, se **a** tem como consequência **b**, deve-se concordar com a idéia-tese defendida pelo locutor. Ou seja, a consequência apresentada é um argumento que leva o interlocutor à determinada conclusão.

É importante ressaltar que não se trata de uma conclusão, mas de um orientador que leva o interlocutor a concordar com alguma idéia que se pretende provar, a aderir a uma determinada tese. Essa função é encontrada no trecho a seguir:

- (11) “Ao preservar a subordinação da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) à área militar, mantendo-a no Gabinete de Segurança Institucional, o governo Luiz Inácio Lula da Silva toma nova decisão contrária àquilo que seu partido pregava antes de atravessar os portões do poder.

N3- consequência (.....) O órgão tem sido polêmico desde o início.
A polícia Federal - constitucionalmente responsável pelas ações antidroga - logo questionou o papel da nova secretaria, que foi subordinada ao Gabinete Militar. Uma série de graves atributos teve lugar até que foram separadas as atribuições: “a Polícia Federal ligada ao ministério da Justiça, caberia a repressão ao tráfico, ficando Senad com as ações preventivas
 (...)
 (...)

Não é, porém, a questão doutrinária que justifica a transferência da Senad para o âmbito do Ministério da Justiça, como era previsível no novo governo, e sim o fato de que tal medida contribuiria para adotar as ações de combate às drogas de maior eficiência e homogeneidade.”

(FSP3, E18, N3)

O fato do presidente ter preservado a subordinação da SENAD à área Militar, além de ter sido uma decisão contrária à que seu partido propusera antes de tomar posse gerou consequências como o questionamento da Polícia Federal sobre o papel da nova secretaria, que foi subordinada ao Gabinete Militar. Outra consequência dessa iniciativa do presidente são os graves atributos que tiveram lugar e geraram separações de atribuições.

Esses fatos, conseqüências da atitude do presidente, são argumentos que sustentam a proposição do editorialista, de que “SENAD deveria ficar no Ministério da Justiça”

2- Forma argumentativa caracterizar:

Essa forma é apresentada pelo trecho que desenvolve as características de algo. São qualidades ou defeitos, ou seja, traços, expostos de forma detalhada, com o objetivo de fazer o interlocutor construir uma determinada imagem acerca do objeto em questão. Imagem esta que serve de suporte argumentativo no processo de convencer e/ou persuadir o locutor a concordar com a idéia-tese proposta. Assim, se o referente objeto possui as propriedades enumeradas, deve-se concordar com o juízo de valor, com a avaliação do locutor a respeito desse objeto. Pretende-se nesse tipo de trecho categorizar o objeto, apresentar seus traços particulares. O trecho em destaque exemplifica a forma argumentativa **caracterizar**.

- (12) “Afinal, o que há de errado com os spams, essas mensagens comerciais que invadem nosso correio eletrônico em revoadas ininterruptas, como uma incontrolável praga de insetos virtuais? Praticamente tudo. Para começar, o spam é por definição um tipo de mensagem fraudulenta.

N1- caracterizar

Aparece nas caixas postais sem pedir licença, o que já configura invasão de privacidade. E tudo, ou quase tudo, que oferece é mentira, embuste, armadilha para ingênuos. Os remetentes costumam usar nomes falsos, seus endereços são inexistentes ou inverificáveis, os prêmios milionários e curas milagrosas que prometem são ilusórios-

em resumo um mundo de falsidade, estelionato e vigarice.”
(OG11, E2, D1)

O trecho em destaque descreve, com propriedades, os spams. As características selecionadas para a descrição condizem com a tese que o locutor defende: “o spam é uma praga eletrônica que só contém mensagens fraudulentas; / é um mundo de falsidade, estelionato e vigarice”. Esta tese se localiza no primeiro trecho (Afinal...fraudulenta) e se completa como uma espécie de conclusão no terceiro trecho (em resumo... vigarice). O aspecto negativo do spam é exposto por meio de uma caracterização de como ele vem funcionando no meio eletrônico.

3- Forma argumentativa comprovar:

É desempenhada pelo trecho que apresenta uma idéia com o intuito de provar a idéia-tese do locutor. O trecho vem confirmar a proposição na qual se pretende fazer crer; coloca, assim, em evidência a opinião do autor apresentando uma justificativa plausível para ela. Assim, esse trecho atesta a veracidade e/ou autenticidade de outro, no qual se encontra a idéia-tese. Como nos apresenta o trecho abaixo:

- (13) “Na crise de segurança no Rio, quando se vê o aumento, a níveis insuportáveis, da violência praticada pelas organizações criminosas contra pessoas de bem, mais uma vez surge um complicador de natureza política. E novamente se pode ter como resultado o retorno à estaca zero nas medidas anunciadas, em conjunto, pelos governos federal e estadual. A dificuldade de viabilizar o acordo com o governo federal reside na preocupação de que a ação de forças combinadas militares e civis, federais e estaduais, poderia fazer parecer uma intervenção federal.

(...)

(...)

(.....) Não se convencem que os seus movimentos suplicando pela paz só fortalecem os bandidos. Esses criminosos violentos são inimigos do povo e só respeitam os métodos da contraviolência e da retaliação. Temem, apenas, as forças de

segurança quando agem na defesa da sociedade com o uso irrestrito e legal de energia na ação.

Segundo o relatório anual da ONG centro da Justiça Global, no ano passado, os confrontos com policiais resultaram na morte de 3,2 bandidos por dia.

Vê-se, desse modo, que as ações policiais de contraviolência ainda estão muito tímidas levando em conta que milhares de traficantes, utilizando armas privadas das Forças Armadas, horrorizam a cidade, enfrentam a polícia e, no cotidiano, já atacam quartéis.” (OGL. 12, E23, N1)
(...)

O fato de os confrontos com policiais resultarem no ano passado na morte de 3,2 bandidos por dia comprova a idéia do trecho que o segue, o qual defende a tese de que as ações policiais de contraviolência ainda estão muito tímidas e que os traficantes horrorizam a cidade e enfrentam a polícia e quartéis. Quer dizer, o dado do primeiro trecho serve de prova para evidenciar a proposição do segundo.

4- Forma argumentativa contra-argumentar:

Os contra-argumentos são justificativas favoráveis à tese, que se opõem a uma idéia consensual ou de conhecimento público. O trecho portador do contra-argumento defende a posição da idéia-tese, assim, a asserção que o contra-argumenta contesta, expressa uma verdade parcial, um conhecimento pré-estabelecido que deve ser refutado por justificativas plausíveis, as quais são a verdade real: a tese. Portanto **b** (argumento) se opõe a **a** (idéia-tese) e **c** (contra-argumento) contesta e rebate **b** em prol de convencer sobre a veracidade de **a**. Observemos o exemplo:

- (14) “Um amigo chamou minha atenção para a insistência com que venho elogiando e criticando Lula quase ao mesmo tempo. Guardadas as infinitas diferenças de autoria e de assunto, ele lembrou o discurso de Marco Antônio no funeral de César. Como se sabe, naquela conspiração contra o ditador, não apenas Brutus mas todos os outros eram homens honrados.

(...)

Criticar Lula no varejo e no atacado seria repetir o reacionarismo da velha UDN, que terminaria sendo o núcleo político do regime militar de 1964. Acredito que a UDN residual, que de alguma forma se instalou no PFL e em parte substancial do PSDB, seja a única a condenar Lula explicitamente, como cabeça, tronco e membros dos recentes problemas nacionais.

O melhor que se pode fazer é abrir generoso crédito para o presidente, que além de honrado, é boa pessoa a quem se pode acertar.

N3- contra argum Mas sem se esquecer que, até agora, revelou certa inadequação para governar um país como o nosso.

E, vamos e venhamos, Lula está longe de ser candidato a tamanha e definitiva conspiração.

Mas os erros de sua equipe, as prioridades que estão sendo tomadas e, sobretudo, o espírito de clã, de eleitos que começam a dominar a vida nacional, merecem uma advertência ainda cordial, mas deixando claro que se trata de homens errados, mas honrados.

(FSP1, E6, N3)

O argumentador do exemplo (14) apresenta a crítica de um amigo como proposta que desencadeará discussões e justificativas de posições. A crítica é em relação aos comentários anteriores, realizados pelo próprio argumentador. Este expõe a idéia consensual de que não se deve criticar Lula no atacado e no varejo, pois assim se repetiria um comportamento inadequado, e esta tarefa tem sido de outro órgão. E posteriormente apresenta uma ressalva, uma idéia que se opõe à asserção em forma de fato, ou seja, mostra-se parcialmente de acordo com idéias alheias de que se deve acreditar no presidente,

pois coloca que não se deve esquecer que Lula revela inadequação em governar um país como o nosso. Esse fato justifica a tese do locutor de que Lula é um governante errado, mas honrado, ou seja, propõe que se deve dar oportunidade ao presidente, mas estando conscientes de seus erros, assim este não merece tal conspiração.

O editorialista, ao utilizar essa forma de argumentar, a princípio, parece concordar com a asserção, porém o faz como um acordo com o leitor, de que há uma meia verdade na idéia consensual.

A presença de uma idéia oposta à tese proporciona a esta ainda mais relevância e evidência os argumentos empregados.

5- Forma argumentativa exemplificar:

O trecho que apresenta esta forma configura argumento por meio de um exemplo. Expõe-se um dado concreto que prova a idéia a ser defendida. Os exemplos funcionam como argumentos de certa forma incontestáveis, por sua objetividade e precisão em relação à proposição. Este tipo de trecho confirma o princípio certo da idéia-tese. Atesta-se, através dele, o que está em forma de conceito ou teoria. Como podemos conferir no trecho a seguir:

- (15) “Os problemas do saneamento básico no país estão atingindo proporções alarmantes, chegando a comprometer o abastecimento de água potável em grandes regiões metropolitanas, como no Rio de Janeiro e em São Paulo.

No caso de São Paulo, os mananciais minguam rapidamente, e o racionamento de água é uma realidade. No Rio, o maior problema é que o Rio Guandu, principal fonte de abastecimento da região metropolitana, recebe um volume crescente de esgotos e outros poluentes, sobrecarregando as estações de tratamento (além de exigir a transposição de um volume de água do Rio Paraíba do Sul bem superior ao que seria necessário) (OGI.2, E3, D1)

O primeiro trecho apresenta a tese de que os problemas de saneamento básico estão comprometendo até mesmo o abastecimento de água potável e argumenta acerca de tal proposição citando dois exemplos: “**como** no Rio de Janeiro e em São Paulo”. Descreve, posteriormente, de que forma esses problemas ocorrem nos lugares mencionados.

6- Forma argumentativa explicar:

Por meio do trecho com essa forma, o locutor detalha a idéia mencionada, leva ao conhecimento do interlocutor pormenores do que foi elucidado, fazendo-o conhecer e compreender as idéias segundo um ponto de vista determinado. O “explicar” visa uma seleção de informações que corroboram uma visão de mundo. Seleção esta, realizada conforme os princípios que norteiam a opinião para a qual se quer criar a adesão do interlocutor. “Uma explicação não pode ser uma coisa em si mesma, ela é essencialmente relativa” (BOREL, 1981 apud ADAM, 1993, p.183) e essa relatividade é referente ao discurso que se pretende proferir, à tese que se quer fazer crer. Assim, a explicação se transforma em argumento desde o momento em que se incorpora de uma ideologia a ser preconizada. Verifiquemos no exemplo (16):

- (16) “O início do recuo e a falta de convicção ideológica do governo Lula na Reforma da Previdência ficaram evidentes no enterro de um assunto espinhoso que atende por uma sigla não menos esquisita: PL9.

É o projeto de lei complementar já aprovado pela Câmara em 2000, mas que continua parado por causa do pedido de votação em separado de três frases do texto que não agradam a PT, PC do B, PDT e PSB”

Ao assumir, o governo Lula sinalizou que apoiaria o PL9. Em seguida, promoveu o enterro do assunto.”

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(FSP2, E11, D1)

O trecho com a forma **explicar** detalha sobre o que trata o projeto PL9, mencionado no trecho anterior, e ainda explicita a acusação feita nesse primeiro trecho, de que o governo Lula recuou e se mostrou sem convicção ideológica em relação ao projeto que atende a reforma da previdência. Explicita esse recuo e falta de convicção justificando que o projeto em questão continua parado, mesmo o governo prometendo apoiá-lo, antes de assumir. Portanto é um argumento que justifica e pormenoriza a proposição.

As **formas argumentativas** apresentar consequência, caracterizar, comprovar, contra-argumentar, exemplificar e explicar participam, na superestrutura do texto argumentativo, da legitimidade ou garantia deste, ou seja, são pistas que autorizam o interlocutor a chegar a determinada conclusão, são a base para a relação semântica condicional entre circunstâncias e conclusão. Esta cumpre o papel de reforço do texto argumentativo, pois é a indicação clara do que se quer apresentar. Assim, quando a legitimidade não se faz suficiente, ou quando não se pretende deixar simplesmente nas pistas, de forma implícita a conclusão almejada, apresenta-se um reforço dos argumentos e da proposição por meio do trecho conclusivo.

3.4- Os tipos de trechos e as formas argumentativas

Fizemos a análise das ocorrências das formas argumentativas apresentadas pelos trechos descritivos e narrativos; definimos e exemplificamos essas formas num viés particular de cada uma delas, ou seja, considerando o tipo de texto a que pertencem. Observamos que algumas formas são comuns entre os tipos de trechos e outras são desempenhadas por um ou outro. Identificamos as particularidades das formas exercidas por mais de um trecho e registramos a seguir os resultados.

3.4.1- Formas argumentativas de trechos narrativos

Os trechos narrativos desempenham um total de **cinco** formas argumentativas. São elas: Apresentar consequência, comprovar, contra-argumentar, exemplificar e explicar.

1) Forma argumentativa exemplificar:

Ocorre quando o fato/acontecimento é relatado como exemplo, com a função de provar a tese ou idéia defendida na argumentação. São fatos típicos e representativos de determinada situação. Os exemplos fundamentam uma idéia, uma regra particular. É a generalização a partir de casos particulares. Servem, portanto, de argumento para o que se quer que o leitor acredite, conforme exemplo:

(17) (...)
 (...)
 (...)

“Enquanto essa restrição geral ao crescimento não for relaxada, as próprias iniciativas localizadas que vêm surgindo tenderão a serem esvaziadas.

N2- exemplificar Por exemplo, a concessão de facilidades para o setor automobilístico poderá até estimular uma recuperação pontual das vendas, impedindo que seja deflagrada, no curto prazo, uma onda de demissões de trabalhadores do setor. (.....)”
(...)

(FSP1, E3, N2)

No exemplo (17), podemos atribuir com certeza a forma argumentativa **exemplificar** ao trecho narrativo, pois este é iniciado pela marca lingüística “por exemplo”. É pertinente ressaltar neste trecho, seu enquadramento como texto narrativo **preditivo**, pois narra fatos futuros. O fato de “a concessão de facilidades para o setor automobilístico poder até estimular uma recuperação pontual de vendas e impedir demissões de trabalhadores, mas que, sem melhora do ambiente econômico que crie perspectivas melhores de vendas, as demissões voltarão”, exemplifica a idéia exposta anteriormente, de que “se a restrição geral ao crescimento não for relaxada, as iniciativas que surgirão, tenderão a serem inválidas”. Ou seja, o problema mencionado é exemplificado por meio de uma determinada situação futura narrada, possível de acontecer.

(18)

(...)

(...)

“Como praga eletrônica, o spam é obviamente um subproduto nauseante da alta tecnologia. Para combater sua espantosa proliferação, que está minando a confiança no correio eletrônico e ameaçando sepultá-lo debaixo de uma montanha de lixo, há quem acredite que a melhor arma é a própria tecnologia.

Spam, dizem eles, enfrenta-se com tecnologia anti-spam, e ponto final.

Alguma razão devem ter, mas a tendência predominante entre os incomodados _ a bem dizer todos os usuários de

computador _ é aprovar leis que levem os spammers a refletir antes de dispararem sua temível armadilha.

N1- exemplificar Nos EUA, depois de anos de debates o senado aprovou a primeira legislação federal anti-spam.

O projeto de lei obriga os remetentes a informar seu endereço no mundo real, identificar suas mensagens explicitamente como anúncios, e oferecer às vítimas a oportunidade de se defenderem do bombardeio.

Talvez a melhor parte seja a possibilidade de fazer os delinquentes pagarem multas e indenizações milionárias”.

(...)

(OGL1, E2, N1)

O fato dos EUA aprovarem a primeira legislação federal anti-spam serve de argumento para provar a possibilidade de fazer os spammers refletirem sobre seus atos ou até puni-los para que eles sejam inibidos. É um exemplo que mostra a possibilidade de concretizar a proposta apresentada.

Do corpus de 50 editoriais, sendo 25 do Jornal “Folha de São Paulo” e 25 do Jornal “O Globo”, identificamos uma considerável ocorrência de trechos narrativos com a forma argumentativa **exemplificar**, constando num total de 18 trechos dos 102 trechos narrativos, resultou em 17,6% destes. Só perdeu para a forma explicar. Essa ocorrência se deve ao fato de que a função de **exemplificar**, do trecho narrativo, consiste num forte argumento. Segundo Abreu (2002), ao apresentar um exemplo, expõe-se uma tese de adesão. Esta técnica argumentativa é baseada na estrutura do real, ou seja, exemplifica por meio de fatos/acontecimentos para provar o ponto de vista do emissor.

2) Forma argumentativa comprovar:

Ocorre quando o fato/acometimento é narrado para confirmar, constatar por meio de fatos e dados a veracidade da idéia apresentada. Se diferencia da forma **exemplificar**, pois ao exemplificar, seleciona-se um fato ou mais dentre vários ocorridos que tornem uma idéia verdadeira. E a forma **comprovar** é referente a apenas um fato/acometimento que ocorreu e que serve de prova. A comprovação pode ser também feita por estatísticas, valores, dados, enfim, indícios que constatem algo afirmado.

(19) **fato genérico**

“O parecer do procurador-geral do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), revelado ontem pela Folha, é mais uma evidente indicação de que o poder público está decidido a só cumprir as leis que não contrariem os interesses do MST.

N1- comprovar
Fato comprobatório

De fato, o governo anterior havia editado uma medida provisória impedindo que terras invadidas fossem vistoriadas e desapropriadas pelo Incra por um período de dois anos. Tal medida, que o Congresso já converteu em lei, vem sendo acintosamente ignorada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva desde seus primeiros dias.”

(...)
(...)
(...)
(...)

(FSP2, E8, N1)

No exemplo nº19, o fato de que o governo editou uma medida provisória impedindo a desapropriação de terras invadidas e que vem, agora, ignorando tal lei, comprova a tese de que o poder público está cumprindo somente leis que não contrariem os interesses do MST (fato mais geral). A marca lingüística “**de fato**” deixa evidente a forma comprovar.

A forma argumentativa de comprovar, portanto, se realiza quando um fato/acometimento serve de prova; atribui veemência à proposição. Essa idéia (tese de

adesão inicial) pode ser um fato relatado de forma mais ampla explicitado por um específico, que o comprova. Podemos verificar esta ocorrência no exemplo 19 (já apresentado) e 20 (a seguir). Assim, consideramos:

(20)	(...) (...)
fato genérico	“Ao contrário da entrada do país pobre num círculo privilegiado de relações comerciais com o vizinho de fronteira, houve uma evasão de empresas que, a despeito da proximidade física com os mercados dos EUA, optaram por transferir suas linhas de produção para espaços onde o custo salarial é ainda mais baixo.
N2- comprovar Fato comprobatório:	<u>Nos últimos dois anos, 540 montadoras abandonaram a fronteira em busca de custos menores, principalmente na Ásia, devastada por desvalorizações cambiais extraordinárias depois da crise tailandesa de 1997.”</u> (...) (...) (...) (...)
	(FSP2, E10, N2)

Esse outro exemplo da forma **comprovar**, que expõe o fato mais genérico no primeiro trecho, diz ter havido uma evasão de empresas do México, que a despeito da proximidade física com os mercados dos EUA, optaram por transferir suas linhas de produção para espaços onde o custo salarial é ainda mais baixo. E o trecho narrativo com a forma argumentativa comprovar apresenta como prova para essa evasão das empresas, o fato de 540 montadoras abandonarem a fronteira, citando a Ásia como região principal motivadora desse acontecimento.

A forma argumentativa **comprovar** é apresentada apenas por trechos narrativos. A incidência de trechos com essa forma corresponde à mesma quantidade da forma apresentar consequência, constando de 13 trechos no total, ou seja, 12,8% dos trechos narrativos apresentam a forma argumentativa comprovar.

3) Forma argumentativa **explicar**:

Identificamos duas maneiras com que a forma explicar é utilizada no trecho narrativo: **explicitando ações** ou **justificando idéias**.

- a) **Explicitação de ações**: ocorre quando um fato/ acontecimento explica outro de forma mais detalhada, explicitada por uma narração. Ou seja, um fato esclarece outro apresentado sob um enfoque mais amplo, explica por meio de outras palavras como o fato realmente aconteceu. Detalha um acontecimento mencionado.
- b) **Justificativa de idéias**: ocorre quando um fato/ acontecimento justifica uma tese, uma idéia supracitada; conta um acontecimento para explicar o porquê de um atributo expresso ou de uma teoria apresentada. Ao iniciar esse tipo de trecho, está implícita a expressão explicativa: **porque**.

Vejamos exemplos da forma explicar nos dois casos:

Forma explicar **explicitando ações**:

(21) “A reforma da Estação da Luz ... está à beira de uma paralisia (.....)”

N2-explicar explicitando ações Iniciado há dois anos para conclusão no 450º aniversário de São Paulo o trabalho dará conta de apresentar na comemoração de janeiro próximo, apenas a fachada do prédio, de acordo

com reportagem publicada no domingo pela Revista da Folha.”

(...)

(...)

(...)

(...)

(FSP1, E5, N2)

O trecho narrativo com a forma **explicar explicitando ações** detalha o fato da Reforma da estação da Luz estar a beira de uma paralisia, narrando que o trabalho dará conta de apresentar, na comemoração de janeiro próximo, apenas a fachada do prédio. Repetiu a idéia do trecho anterior em outras palavras, explicando melhor o fato mencionado.

Exemplo da forma exemplificar **justificando idéia**:

(22)

(...)

(...)

(...)

“Confrontada com um passado ainda próximo, a gestão petista é a incoerência em processo.

**N6- explicar
Justificando idéia**

Lula veste o boné do MST com uma mão e, com a outra, presenteia banqueiros com juros e lucros de mãe.” (.....)

(...)

(...)

(FSP2, E9, N6)

No exemplo da forma **justificando idéias**, o segundo trecho justifica o atributo de incoerente direcionado ao governo Lula. Assim, o fato de Lula vestir o boné do MST com

uma mão e com a outra presentear os banqueiros com juros baixos mostra a falta de convicção para com suas ideologias políticas, sendo vulnerável e incoerente em seus atos. Fica subentendida entre esses dois trechos a expressão de justificação pois (porque). Podemos fazer a seguinte leitura:

“...a gestão petista é a incoerência em processo, **pois** com uma mão Lula veste o boné do MST e com a outra presenteia os banqueiros”.

A forma argumentativa de **explicar** é a mais incidente do trecho narrativo. Foram identificados 53 trechos com essa forma. Sendo assim, 36% dos trechos narrativos desempenham a forma de explicar. Desses 53 trechos, 32 explicam **justificando idéias** (60,4%), e 21 explicam **explicitando ações** (39,6%). Geralmente, as idéias que os trechos explicativos justificam são trechos dissertativos e as ações que os trechos explicativos explicitam são trechos narrativos. A considerável ocorrência de trechos narrativos com a forma de explicar se justifica por esse ser um tipo de argumento fundamental no direcionamento do interlocutor à compreensão da proposição. Concomitante às explicitações e justificativas conquista-se a adesão do interlocutor.

Observamos o intercâmbio de texto narrativo para o dissertativo. Na verdade é uma narração com o intuito de expor uma idéia dissertativa a respeito de um assunto. As ações narradas são avaliações feitas. O trecho com a forma narrativa e a idéia dissertativa não se enquadrou em nenhuma forma argumentativa, isso se deve ao fato de que ele cumpre uma função de avaliar, conceituar, e portanto, de dissertar. Vejamos exemplo (23):

(23)

(...)

(.....) “Faz algum tempo que o sistema penitenciário, com exceções, não apenas transgride direitos humanos como também funciona como peça da máquina do próprio crime. Agridem-se os direitos humanos de forma ampla: os direitos dos presos e dos cidadãos, vítimas do banditismo.

Intercâmbio=
Narração _
dissertação

Na verdade toda filosofia humanista que permeia a legislação penal, voltada a recuperar o condenado para a sociedade, foi sufocada pela realidade de um sistema penitenciário convertido em eficiente escola do crime.” (.....)

(...)

(...)

(...)

(O G1.5, E9, 5º parágrafo)

Dizer que a filosofia humanista foi sufocada pela realidade de um sistema penitenciário convertido em escola do crime é uma avaliação feita sobre a ideologia em que se circunscreve o sistema penitenciário, portanto o fato da filosofia ter sido sufocada não é um acontecimento real realizado num determinado tempo, mas uma interpretação pessoal.

Este tipo de trecho proveniente de intercâmbio textual foi identificado em alguns casos. Eles não serão alvo de nossa pesquisa, pois os consideramos como predominantemente trechos dissertativos.

4) Forma argumentativa de **apresentar consequência** :

A forma **apresentar consequência** ocorre quando um fato/ acontecimento é consequência, resultado de outro supracitado e essa consequência enfatiza, argumenta a favor da tese que se pretende fazer crer. Esse argumento pode ser classificado como argumento pragmático, segundo Perelman, pois permite apreciar um fato ou um acontecimento em função de suas consequências favoráveis ou desfavoráveis. Nesses tipos de trechos estão implícitas ou explícitas as marcas lingüísticas **em decorrência, em consequência, com isso, por isso**.

A conseqüência é, portanto, um fato que decorre de outro fato ou de uma idéia já exposta. Como nos exemplos (24) e (25):

(24)

(.....)“Em sua viagem à Europa, Lula continua exercitando sua já conhecida incontinência.

N2-conseqüência

Tem colhido boas e más repercussões”.

(...)

(...)

(...)

(...)

(...)

(FSP1, E1, N2)

O fato de Lula ter colhido boas e más repercussões é conseqüência do fato de ele continuar exercitando sua incontinência verbal. É, portanto, um resultado de um comportamento. Assim, **causa**= incontinência verbal do presidente Lula; **conseqüência**= boas e más repercussões. A conseqüência como função argumentativa é um resultado mais objetivo e concreto.

(25)

“Não se pode dizer que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva seja um líder de poucas palavras. Em sua viagem à Europa, Lula continua exercitando sua já conhecida incontinência verbal. Tem colhido boas e más repercussões.

Enquadram-se entre as últimas as observações sobre os Estados Unidos, país que, segundo Lula, pensa unicamente em si mesmo.

N2- conseqüência

A declaração, após recente visita oficial aos Estados Unidos, gerou desconforto. (.....) A embaixadora norte-americana no Brasil não deixou passar a oportunidade para manifestar seu desapontamento.

(...)
 (...)
 (...)

(.....) Resta a constatação de que o país já tem problemas suficientes para que a eles se adicionem atributos motivados por palavras irrefletidas.

(FSP1, E1, N2)

No trecho narrativo em destaque, temos a consequência de um fato mencionado de forma geral na proposta do texto, ou seja, a incontinência verbal exercitada por Lula em sua viagem à Europa, e especificado no trecho posterior, que expõe que as observações que o presidente fez acerca dos EUA, de que este pensa unicamente em si, gerou desconforto. E explicita este desconforto com o exemplo da embaixadora americana, a qual não deixou passar em branco tal declaração feita por Lula.

A consequência narrativa mostra que o presidente tem causado mais problemas, não bastasse os que o país já tem. Assim, os fatos ocasionados pelas palavras impensadas do presidente só pioram a situação do país. É portanto uma corroboração de tese, exposta no final do texto.

Foram identificados 13 trechos com a forma **apresentar consequência**, constando de 12,8% dos trechos narrativos.

5) Forma argumentativa contra-argumentar:

Ocorre quando há um raciocínio de concessão restritiva, usado em momentos de grande polêmica, quando o locutor apresenta uma premissa de consenso ou uma imposição de opinião externa e contesta tal idéia por meio de argumentos. Veja exemplos (26) e (27):

- (26) “Mais uma rebelião no sistema prisional do estado não surpreendeu ninguém. Sequer o secretário estadual de administração Penitenciária, Astério Pereira dos Santos.

N2-Contra-argumentar Em entrevista à CNB, ontem pela manhã, a autoridade que se supõe teria condições de agir para evitar a tomada da cadeia pelos presos admitiu a precariedade da casa de Custódia de Benfica.

Mais tarde, nota do Palácio Guanabara tentaria fazer valer a posição oficial de que tudo estava sob controle.

Seja como for, depois de penitenciárias onde drogas armas e telefones celulares circulam sem dificuldades, temos agora a prisão cujas paredes podem ser destruídas sem muito esforço, a golpes de paus e marretas.

(...)

(...)

É sintomática a frequência com que o sistema prisional do estado tem sido sacudido por revoltas, embora se deve ressaltar que as crises nas penitenciárias não só é nacional, como faz parte da crise maior de segurança pública, com reflexos em todo o país.”

(...)

(...)

(O Gl.10, E18, N2)

O contra-argumento do exemplo acima (1º trecho) invalida a nota do Palácio da Guanabara de que tudo estava sob controle, quer dizer, o fato da autoridade ter admitido a precariedade da casa de Custódia de Benfica contraria a afirmação de que tudo está sob controle e contribui no sustento da tese de que passa-se por uma crise de segurança pública com reflexos em todo o país.

O fato do secretário admitir a precariedade da penitenciária em entrevista à CNB, foi contradito em nota oficial do governo do Rio, alegando que tudo estava sob controle. A tese do locutor do texto vai contra este segundo argumento, ou seja, este contra-argumento. Mas ele é apresentado como alvo de contestações. Como é uma informação oficial,

portanto de conhecimento público, o locutor expõe argumentos que invalidem esta idéia (contra-argumento).

(27)

“Tenho certo ceticismo quanto à possível eficácia de uma gestão integrada de segurança pública, idealizada para o país. Já houve quem dissesse que “no Brasil existem vários Brasis”. Assim sendo, tal proposta tangencia o que se refere ao diagnóstico da criminalidade (atípica) do Rio de Janeiro. O Rio é o calcanhar-de Aquiles da segurança pública, que obriga neo-intelectuais de polícia (policiólogos) a reverem constantemente suas teorias sobre prevenção e repressão ao crime.

N1- Contra-argum

Ressalte-se que alguns desses policiólogos, ainda que tenham participado da implantação e da execução de políticas de segurança, fracassaram na prática.

(.....) O chamado Sistema Único de segurança Pública (Susp) não é remédio suficiente para resolver a difícil questão do Rio. Se a finalidade do plano é o combate à corrupção e ao crime organizado, torna-se inócuo no combate ao narcoterrorismo de ponta, que desafia as autoridades, necessitadas de um maior contingente policial.” (.....)

(...)

(...)

(OGI 4, E8, N1)

O primeiro trecho é a tese que o argumentador propõe de que não há eficácia na gestão integrada de segurança pública, idealizada para o país. E o segundo trecho seria a idéia que norteia discussões, o conceito pré-estabelecido de que o sistema único de segurança pública que vigora no Brasil é ineficaz, tendo como prova o Rio, onde fica clara a necessidade dos policiais reverem constantemente suas teorias sobre prevenção e repressão ao crime.

O contra-argumento é, portanto, o fato de que alguns policiais, mesmo tendo participado da implantação e execução da política de segurança, fracassaram na prática. Temos, portanto, um contra-argumento que faz “cair por terra” um fato de conhecimento e aceitação pública, de que o Sistema Único de Segurança Pública tem adquirido bons resultados, ou seja, tem alcançado seus objetivos.

A forma argumentativa **contra-argumentar** foi pouco encontrada em trechos narrativos, apenas 4,9% de incidência, um número de cinco ocorrências identificadas. Foi, portanto, a forma argumentativa de menor incidência.

Veja **tabela 1** com as formas argumentativas desempenhadas pelos trechos narrativos. Nesta tabela a quantificação dos trechos dos dois jornais foi apresentada separadamente e também o total para os dois jornais.

TABELA 1 – TRECHOS NARRATIVOS

jornal forma	FSP		Ogl		TOTAL	
	Quant	%	Quant	%	quant	%
1-explicar	34/73	46,6%	19/29	65,5%	53/102	51,9%
2-exemplificar	15/73	20,6%	3/29	10,3%	18/102	17,6%
3-comprovar	12/73	16,4%	1/29	3,5%	13/102	12,8%
4-consequência	9/73	12,3%	4/29	13,8%	13/102	12,8%
5-contra-argum	3/73	4,1%	2/29	6,9%	5/102	4,9%
Total de trechos narrativos = 102						

Grande parte dos trechos narrativos com função de argumentos apresentaram a forma de explicar (51,9%), isso ocorreu nos dois jornais. Essa incidência pode ser justificada pela necessidade que se tem de explicitar as idéias por meio de fatos/acontecimentos, e também porque os fatos narrados podem apresentar o motivo da posição (opinião) do locutor. Dessa forma, o interlocutor, estando inteirado do acontecimento, terá maior confiança no locutor, e ao conhecer um fato que justifica a idéia defendida, o leitor será convencido a tomar a mesma posição do jornal.

Os exemplos, por representarem verdades comprovadas e mostrarem a legitimidade da tese, são muito empregados, sendo o segundo tipo de argumento mais incidente, 17,6% dos casos. Mas houve mais ocorrência desse tipo de argumento no jornal Folha de São Paulo.

As formas argumentativas **comprovar** e **apresentar conseqüência** tiveram uma menor incidência (12,8%) no total, e variaram as ocorrências de um jornal para outro. Enquanto na Folha houve mais argumentos com a forma comprovar, no O Globo houve um número considerável de trechos com a forma argumentativa apresentar conseqüência.

E a forma argumentativa contra-argumentar só ocorreu em 4,9% dos casos totais. Somente 5 dos 102 trechos narrativos apresentaram essa forma. Essa baixa ocorrência pode ser explicada pelo fato de que são poucos os casos em que se apresenta uma tese oposta de forma explícita para gerar discussões. Na maioria dos casos, se rebate uma idéia oposta, geralmente consensual, mas apresentada nas entrelinhas, por já ser de conhecimento público.

3.4.2- Formas argumentativas dos trechos descritivos

As inserções de descrição apresentam **quatro** tipos de formas argumentativas. São elas: explicar, caracterizar, exemplificar e contra-argumentar. A única que não coincide com os trechos narrativos é a forma caracterizar. Porém, os trechos narrativos apresentam duas formas com que os trechos descritivos não aparecem no corpus: comprovar e apresentar consequência. Verifiquemos as formas argumentativas dos trechos descritivos, suas definições, exemplos e particularidades.

1) Função argumentativa exemplificar:

Ocorre quando o exemplo de uma idéia ou fato supracitado é descrito. Assim, menciona-se o exemplo de forma descritiva. É uma forma de argumentar, pois quando se defende um ponto de vista, é preciso mostrar que se conhece o que se expõe, e descrever é uma forma de levar o outro a perceber o que percebemos, e o exemplo descrito pormenoriza a legitimidade da tese. Vejamos os exemplos (28) e (29):

(28) (.....) “Em sua viagem à Europa, Lula continua exercitando sua já conhecida incontinência verbal. Tem colhido boas e más repercussões.

D1-exemplificação Enquadram-se entre as últimas as observações sobre os Estados Unidos, país que, segundo Lula, pensa unicamente em si mesmo.”(.....)

(...)
(...)
(...)
(...)

(FSP1, E1, D1)

O trecho descritivo exemplifica a incontinência verbal do presidente, descrevendo uma de suas últimas observações feitas acerca dos Estados Unidos. A descrição é um

exemplo para a idéia que se quer provar, de que Lula é incoseqüente em seus pronunciamentos, pois apresenta afirmações e observações irrefletidas, que causam boas e más repercussões.

(29) (...) “As tecnologias para despoluição das águas estão disponíveis. Hoje é possível transformar em potável até mesmo águas contaminadas por substâncias altamente venenosas, como o arsênico.(.....) Nas áreas sob concessão privada, há projetos avançando rapidamente.

D2- exemplificar (.....)A região dos Lagos passará a ter dentro de alguns anos uma rede de tratamento de esgoto que enfim reverterá o processo de poluição de suas praias, rios e canais. Na Região Serrana, em Petrópolis, os esgotos estão começando a ser coletados para tratamento no centro histórico, e nos bairros, onde a instalação de novas redes é difícil, o tratamento será feito diretamente nos rios que recebem os despejos, em uma solução econômica e eficaz.

(...)

(...)

(Ogl. 2, E3, D2)

A descrição dos projetos da região dos Lagos e da região Serrana são exemplos da idéia apresentada no trecho anterior de que nas áreas sob concessão privada há projetos que estão avançando rapidamente. O exemplo é dado por meio de uma descrição, ele menciona o exemplo e diz como é.

Dos 47 trechos descritivos encontrados, 7 têm a forma exemplificar, representando 14,9% das ocorrências.

2) Forma argumentativa caracterizar:

Ocorre quando o trecho descritivo apresenta características, descreve com propriedade as particularidades de determinado objeto ou fato; enumera traços específicos deste objeto ou idéia, de forma detalhada. São, portanto, enumerações realizadas por blocos de características. Vejamos os exemplos (30) e (31):

(30)

“O início do recuo e falta de convicção ideológica do governo Lula na reforma da previdência ficaram evidentes no enterro de um assunto espinhoso que atende por uma sigla não menos esquisita: PL9.

É o projeto de lei complementar já aprovado pela Câmara em 2000, mas que continua parado por causa do pedido de votação em separado de três frases do texto que não agradam a PT, PC do B, PDT e PSB.

Ao assumir, o governo Lula sinalizou que apoiaria o PL 9, em seguida, promoveu o enterro do assunto.

D 1- caracterizar

O que estabelece esse projeto? Que União, Estados e municípios poderão criar fundos de pensão complementar para futuros funcionários públicos. Os novos servidores receberiam a aposentadoria básica do INSS(...) e mais o adicional a ser produzido pelo fundo de pensão.”

(...)
(...)
(...)
(...)
(...)

(FSP3, E11, D2)

Como se vê, o segundo trecho descreve as características do projeto complementar aprovado na câmara. A descrição é feita ao apresentar as propriedades do projeto, ao expor os benefícios que ele proporcionará à sociedade. As particularidades do projeto são focalizadas como vantagens, funcionando como argumento de que Lula está recuando e se mostra sem convicção ideológica ao enterrar (ignorar) um projeto (nomeado pela sigla PL

9) tão benéfico à população. A falta de “convicção ideológica” foi atribuída pelo fato de que Lula, ao assumir o governo, mostrou que apoiaria o projeto, e o “recuo” é comprovado ao fazer-se perceber as características vantajosas desse projeto: União, Estados e municípios poderão criar fundos de pensão complementares para futuros funcionários públicos etc.

Ao descreverem para definir, atribui-se, em certos casos, valores ao objeto em questão. Apresenta-se atributos que são julgamentos, qualificações ou desqualificações. Mas esses valores estão geralmente subentendidos, implícitos, nas entrelinhas do texto; e a intenção do locutor é que o leitor se sensibilize desses valores e julgue, segundo tal posição, o objeto (idéia) em questão.

(31)

“O jornal “The New York Times” relatou, no domingo, um pequeno erro de apenas US\$ 12 trilhões cometido pelo economista Michael J. Boskin.

(...)

Muito bem. Com todo esse prestígio, Boskin preparou um trabalho acadêmico no qual dizia que ninguém estava contabilizando US\$ 12 trilhões em impostos que o governo arrecadaria quando uma nova geração começasse a sacar seus investimentos em determinados fundos.

D 2 -caracterizar É pouco mais ou menos o tamanho da economia norte-americana. Logo havia um EUA a arrecadar, sem que ninguém soubesse, exceto o genial Boskin”.

(...)

(...)

(...)

(...)

(FSP3, E16, D2)

O trecho julga ser a quantia de US\$ 12 trilhões tão alta, que pode ser comparada ao tamanho da economia norte-americana. É portanto uma caracterização do erro cometido por Boskin. Apresenta a dimensão de tal equívoco.

A forma argumentativa **caracterizar** é a segunda maior ocorrência na inserção da descrição, sendo 36,1% dos casos, um número de 17 trechos com essa forma.

3) Forma argumentativa explicar:

Ocorre quando uma descrição é feita para esclarecer uma idéia ou objeto (já mencionado), ou define, *diz o que é* e, por meio dessa explicação, realizada para esclarecer o leitor, apresenta uma definição, uma explicitação sobre algo que é elemento chave da tese.

A argumentação se faz nesta forma por dois fatores. Primeiro, porque quando o locutor se mostra conhecedor profundo de determinado assunto, proporciona uma certa credibilidade ao interlocutor em relação à tese defendida. Segundo, porque ao explicar como é algo, ou defini-lo, o faz segundo princípios que norteiam uma abordagem específica, conduzindo o leitor a uma conclusão pré-estabelecida. Veja exemplos (32) e (33):

(32) “A reforma da Estação da Luz, um dos edifícios de maior significado para a história paulistana, está a beira da paralisia em razão de um conflito em que se misturam interesses divergentes e, no plano conceitual, avaliações diferentes sobre os limites da intervenção no patrimônio arquitetônico da cidade.

Iniciado há dois anos para conclusão no 450º aniversário de São Paulo o trabalho dará conta de apresentar na comemoração de janeiro próximo, apenas a fachada do

prédio, de acordo com reportagem publicada no domingo pela Revista da Folha.”

(...)

(...)

(...)

D3- explicar

Espécie de presente da São Paulo RailWay para celebrar seu acordo com o governo brasileiro na passagem entre os séculos 19 e 20, a Estação da Luz foi, durante décadas, porta de entrada para os imigrantes que chegavam à capital paulista. Por sua importância na história do desenvolvimento da cidade, ela é parte essencial dos esforços de preservação da memória e revitalização do centro de São Paulo.

(FSP1, E5, D3)

O trecho descritivo em destaque apresenta explicações sobre o que vem a ser a Estação da Luz para São Paulo. Desta forma, define o edifício com atributos que argumentam a favor da proposta apresentada na introdução, enfatizando a importância desse patrimônio para a cidade, e conseqüentemente o prejuízo de sua reforma ser paralisada; fazendo, por meio desse argumento, valer a tese, exposta no final do texto, de que devem haver esforços para preservar a memória e revitalização do centro de São Paulo, inclusive da Estação da Luz, por ser este um presente da Railway para celebrar seu acordo com o governo brasileiro na passagem entre os séculos 19 e 20.

Descreve por meio de uma explicação sobre determinado objeto, conduzindo o leitor por meio da seleção dos atributos, a participar do mesmo ponto de vista.

(33)

“O crescimento da informalidade no mercado de trabalho brasileiro pode apenas em parte ser atribuído ao fraco desempenho da economia nos últimos anos. Porque não se deve ignorar o papel fundamental que desempenham os custos trabalhistas para as empresas, principalmente as pequenas e

médias, que fazem com que os gastos por empregado mais do que dobrem. É um problema que se agrava ano a ano.

D1-explicar

De acordo com o IBGE, em 2002 foram informais cerca de 60% dos postos de trabalho criados naquele ano- o que significa que esses assalariados não contam com qualquer tipo de proteção social. E pouco mais de 45% dos trabalhadores, ainda segundo o IBGE, contribuem para a Previdência social

Isso significa que mecanismos legais criados a título de proteção estão na realidade deixando uma grande e crescente massa de trabalhadores inteiramente desprotegida.

(OGI.5, E5, D1)

O trecho em destaque acima explica de forma descritiva o problema mencionado no trecho anterior. É uma estatística apresentada em prol de justificar o fato de não ser somente culpada por esse problema a economia dos últimos anos. Portanto, ao descrever estatísticas que explicitem o problema, tem-se um argumento a favor da tese que julga culpados pela informalidade no mercado de trabalho também as próprias empresas e justifica o fato de grande parte dos trabalhadores estarem hoje desprotegidos.

A forma **explicar** nos textos descritivos representam 46,8% das formas apresentadas por esse tipo de trecho, constando de 22 trechos. É a forma de maior incidência tanto nos trechos narrativos como nos descritivos. Porém, nos trechos descritivos ainda é proporcionalmente mais recorrente que nos narrativos.

4) Forma argumentativa contra-argumentar:

A forma contra-argumentar ocorre quando uma descrição é feita para opor determinadas características do objeto em questão a outras consideradas adequadas.

A descrição com essa forma apresenta os aspectos contrários de um elemento (idéia), se opondo a um consenso, ou seja, a uma idéia pré-estabelecida. Os contra-argumentos têm, portanto, a função de contradizerem esta idéia supostamente aceita como verdade pela sociedade, e por isso, expõem características adversas às aceitas.

- (34) “O parecer do procurador-geral do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), revelado ontem pela Folha, é mais uma evidente indicação de que o poder público está decidido a só cumprir as leis que não contrariem os interesses do MST.
 (...)
 (...)

As reivindicações por uma reforma agrária que contemple as numerosas famílias rurais vítimas da miséria e do desemprego, permitindo-lhes participar da produção, auferir renda e fixar-se à terra têm merecido o apoio dos brasileiros.

De 2- contra-argumentar

Bem diferente são os objetivos descaradamente políticos de alguns líderes do MST, a arregimentar massas com o intuito de criar um clima de radicalização que, em seus delírios, abriria perspectivas para uma “revolução” socialista a partir do campo.

É inadmissível, numa situação como essa, o governo, que prometera promover uma reforma agrária pacífica, ocultar-se atrás de pareceres comprometidos com a desordem para deixar de cumprir a lei.”

(FSP2, E8, D2)

A idéia de que o poder público está decidido a só cumprir as leis que não contrariem os interesses do MST tem uma de suas formas de interpretação no segundo trecho, onde são apresentadas as características ideais da reforma agrária, mas o locutor se afirma contra o movimento pela maneira com que vem sendo conduzido. Descreve, para argumentar as características que têm sido marcantes realmente no movimento, que são opostas às ideais. A descrição dos objetivos desenvolvidos pelo MST atualmente, no segundo trecho

argumenta contra a idéia adotada pela sociedade, de que o movimento tem princípios legais de contemplar famílias carentes. Pelo contrário, tem tido o intuito de criar uma radicalização com a mira em uma “revolução” socialista. Esse trecho que descreve as características reais do movimento, as quais contrariam o que se pensa, confirma a tese do autor de que não se deve aceitar que o governo deixe de cumprir a lei.

A marca lingüística “**bem diferente**” vem introduzir o contra-argumento, deixando clara a oposição entre idéias. O segundo trecho expõe uma idéia tida como uma informação dada, adotada como concepção de consenso, e o segundo uma informação nova, argumentando a favor da idéia de que o governo tem se ocultado atrás de pareceres comprometidos com a desordem para deixar de cumprir a lei.

Apresentamos para a forma argumentativa contra-argumentar pelo trecho descritivo somente um exemplo por ser o único identificado, portanto equivale a somente 2,2 % das formas configuradas nesse tipo de trecho. Abaixo a tabela com as forma apresentadas pelos trechos descritivos.

TABELA 2- TRECHOS DESCRITIVOS

Jornal forma	FSP		Ogl		TOTAL	
	Quant	%	quant	%	quant	%
1-explicar	11/27	40,8%	11/20	55%	22/47	46,8%
2-caracterizar	13/27	48,1%	4/20	20%	17/47	36,1%
3-exemplificar	2/27	7,4%	5/20	25%	7/47	14,9%
4-contra-argumen	1/27	3,7%	–	–	1/47	2,2%
Total de trechos descritivos= 47						

Com os trechos descritivos ocorre também a predominância da forma argumentativa explicar, nos dois jornais, com 46,8% dos casos. Isso porque para se convencer o leitor, é essencial que fique clara a idéia defendida, e os elementos que norteiam essa tese. Para tanto, se explica como é, diz o que é (define); e essa definição é desenvolvida segundo uma visão estabelecida pela opinião, pela posição assumida pelo locutor.

Em segundo lugar, aparece a forma caracterizar, mas essa ocorrência não é tão incidente no jornal O Globo, disputando com trechos que exemplificam. A forma caracterizar é bastante típica nos trechos descritivos, pois esse tipo de texto, em prol de convencer o leitor, descreve com propriedades, características, atributos as particularidades de um objeto ou fato, de forma a apontar traços e atributos que construam a imagem desejada do objeto, e conseqüentemente, contribua para a aceitação da tese proposta.

A forma argumentativa exemplificar consta de 14,9% dos casos. Da mesma maneira que ocorreu com os trechos narrativos aconteceu com os descritivos, ou seja, houve uma mínima porcentagem de incidência da forma contra-argumentar: somente uma ocorrência em 47 trechos, assim, 2,2% dos casos.

Uma de nossas hipóteses não foi confirmada. É o pressuposto de que os trechos injuntivos também desempenhariam a função de argumento no texto dissertativo argumentativo editorial de jornal, pois não foi identificada nenhuma ocorrência dessa natureza. Observamos uma incidência pouco considerável de trechos injuntivos, e os mesmos cumpriam o papel de conclusão.

Na tabela 3, apresentada a seguir, consta a quantificação de todas as formas argumentativas, relacionadas com os trechos que as desempenham, e ainda a ocorrência destes trechos nos 50 editoriais de jornal analisados.

TABELA 3- AS FORMAS ARGUMENTATIVAS E OS TRECHOS

Trechos formas	NARRATIVO		DESCRITIVO		INJUNTIVO		TOTAL DE TRECHOS POR FUNÇÃO	
	quant	%	quant	%	quant	%	quant	%
1-explicar	53/149	70,6%	22/149	29,4%	–	–	75/149	37,5%
2-exemplificar	18/149	72%	7/149	28%	–	–	25/149	12,5%
3-caracterizar	–	–	17/149	100%	–	–	17/149	8,5%
4-comprovar	13/149	100%	–	–	–	–	13/149	6,5%
5-contrargumento	5/149	83,3%	1/149	16,7%	–	–	6/149	3%
6-consequência	13/149	100%	–	–	–	–	13/149	6,5%
Total de trechos	102/149	68,5%	47/149	32,5%	0	0%	149 trechos	

3.5- Considerações sobre as formas argumentativas de trechos narrativos e descritivos.

Como se pode ver, o recurso de argumentação pela inserção de descrições e narrações nos editoriais de jornal (tomados como textos dissertativos e argumentativos “*stricto sensu*”), faz desses trechos argumentos explícitos, instrumentos para provocar a adesão a uma idéia, a uma tese que se pretende defender. Em todos os editoriais analisados identificamos inserção desses tipos de textos. Em alguns detectamos uma ou duas ocorrências, em outros seis até oito ocorrências de trechos de outros tipos, inseridos com a função de argumentar. Como já mencionamos, esses tipos de textos dentro do dissertativo (editorial) variam em sua dimensão: desde frases curtas até parágrafos inteiros. Analisamos esses trechos quanto à tipologia textual e não no que tange à estruturação paragrafíca.

Dos dois tipos de trechos que aparecem como argumentos (**narrativos e descritivos**) prevaleceu a ocorrência dos trechos narrativos (cf. tabela 3), 68,5%, mas também uma quantidade considerável de trechos descritivos 31,5%. Quanto aos trechos **injuntivos**, esse tipo de texto não foi configurado em nenhum dos textos analisados como argumento. A injunção foi detectada como tese ou conclusão, portanto como outros componentes do texto argumentativo. Encontramos apenas dois casos de trechos injuntivos funcionando como tese e quatro casos servindo de conclusão. Notamos que quando empregados, os trechos injuntivos cumprem o papel de manter um contato mais próximo com o interlocutor e chamam sua atenção para determinado tópico do texto, induzindo-o a concluir idéias conduzidas pelos argumentos e chegar então, à tese proposta. Verifica-se que a injunção atua mais no corpus analisado como conclusão e que esse tipo de trecho é pouco incidente devido ao fato de não ser típico na estrutura do texto dissertativo e, em especial no editorial de jornal; e ainda porque se empregado em demasia pode comprometer

à progressão temática da dissertação. A injunção é componente fundamental dos textos publicitários, pois induz de forma direta o interlocutor a realizar a ação pretendida. Ao texto dissertativo argumentativo editorial de jornal cabe utilizar uma linguagem acessível aos leitores, mas com alto grau de formalidade e informatividade, requisitos pouco oferecidos pela injunção. O trecho do tipo injuntivo tem por função central chamar a atenção do leitor e manter um contato mais próximo com ele, tendo, portanto, uma forma mais informal de apresentação. Por esses fatores, o trecho injuntivo é de pouca ocorrência na composição do texto dissertativo editorial de jornal, e por conseguinte, de mínima incidência nos textos analisados em nosso trabalho.

As inserções de trechos **descritivos** consistem em descrever objetos, lugares, seres, períodos, costumes, fenômenos, etc. com formas também variadas: **exemplificando**, **explicando**, **contra-argumentando** ou **caracterizando** com o propósito de despertar no interlocutor a mesma percepção que se tem em relação ao objeto descrito para fazer acreditar na idéia que apresenta sobre esse objeto ou ser. Esse tipo de trecho consiste em um argumento fruto de uma imagem que se faz de determinado objeto ou assunto. Assim, ao descrever algo para argumentar em prol de um ponto de vista, seleciona-se propriedades que atribuam ao objeto da discussão a perspectiva desejada. Por isso, o trecho descritivo pode ser considerado um tipo de argumento mais parcial e subjetivo que o trecho narrativo. Esse critério de objetividade justifica o fato de os trechos narrativos serem mais empregados como argumentos que os trechos descritivos.

Consideramos que o número muito maior de trechos narrativos que de trechos descritivos com a função de argumentar ocorre também porque **fatos** e **acontecimentos** são argumentos carregados de um grande valor de verdade, são mais fáceis de serem atestados e por isso, de certa forma, são indubitáveis. Os acontecimentos, quando

utilizados para provar algo, são argumentos com uma maior probabilidade de adesão do interlocutor, pois são, geralmente, “mais objetivos e imparciais” que as propriedades de uma descrição. Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002, p.77), os fatos que são admitidos podem ser, quer fatos de observação _ e esta será, talvez, a fração mais importante das premissas _ quer fatos supostos, convencionais, fatos possíveis ou prováveis. Quando um acontecimento é relatado num texto dissertativo e argumentativo “stricto sensu”, na verdade não se tem a intenção de que o interlocutor se convença do fato em si, mas da verdade da tese. E os fatos são o caminho para essa adesão. Assim, a narrativa de um fato real ocorrido e observado pelo locutor tem um potencial de argumentação elevado, e mesmo sendo fatos supostos, convencionais, possíveis ou prováveis, o trecho narrativo se torna um eficiente recurso argumentativo e por isso é bastante empregado na dissertação argumentativa que são os editoriais de jornal.

“A maneira pela qual apresentamos as noções fundamentais numa discussão depende amiúde do fato de elas serem vinculadas às teses por nós defendidas ou às do adversário”, afirma Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002, p.156). Essa maneira de enquadrar os fatos como argumentos, em relação à tese, variam e resultam no que chamamos de **formas argumentativas**.

Os trechos narrativos relatam fatos/ acontecimentos apresentando as formas argumentativas **exemplificar, explicar, contra-argumentar, comprovar** ou **apresentar consequência**, as quais atribuem veracidade à idéia que se quer provar e levar o leitor a acreditar.

A forma argumentativa mais desempenhada tanto pelo trecho narrativo como pelo trecho descritivo, sendo, portanto a forma de maior incidência em todo o corpus é a forma **explicar**. Ela equivale a 50,3% de todas as formas detectadas. Consideramos explicar como

uma forma de detalhar a proposição, esmiuçá-la, destrinchar suas minúcias. É a forma mais evidente de uma dissertação; e essa explicação passa a ser um argumento desde o momento em que se seleciona uma narração ou uma descrição sob um enfoque que atenda ao ponto de vista da tese, conquistando assim a adesão do interlocutor. A forma **explicar** tem uma relação mais primordial e direta com a tese do que as formas **apresentar consequência, contra-argumentar, comprovar, exemplificar e caracterizar**; isso pode ser explicado pelo pressuposto de que para se apresentar qualquer uma dessas outras formas, é necessário que, em primeira mão, se faça **compreender** a tese. O interlocutor deve estar totalmente a par do que se trata a idéia proposta e de como ela é vista. Nomeamos como *critério da progressão argumentativa*, o critério que rege o emprego da forma **explicar**, pois para desenvolver a idéia e outros argumentos que sustentarão a tese é necessário que o interlocutor domine totalmente a idéia defendida, e para isso ele depende de explicações do locutor.

A segunda forma argumentativa mais incidente é a forma **exemplificar** (37,5%). Os exemplos são fatos (no amplo sentido) com grande poder de persuasão, pois comprovam a aplicabilidade da tese, a possibilidade de realização desta. Os exemplos vão do fato à regra. São argumentos que fundamentam a estrutura do real, é um tipo de fato que autoriza a conclusão que se quer propor ou impor. Os exemplos são muito utilizados, pois são de fácil relação com a tese e de fácil adesão pelos interlocutores. Chamamos o fator essencial que gera o emprego da função exemplificar de *critério da interpretabilidade*, por consistir num argumento de acessível interpretação para o interlocutor.

As outras formas são menos realizadas pelos trechos, pois dependem do objeto de acordo do texto argumentativo e variam conforme a necessidade que locutor tem de utilizá-las no decorrer da argumentação.

As formas argumentativas apresentadas pelos dois tipos de trechos (narrativo e descritivo) exercem a função de argumentar por duas formas: pela **repetição ou reforço de idéias ou argumentos** ou pela **justificação de proposição**. A primeira é apresentada pelas formas **exemplificar, caracterizar**. A segunda é desempenhada pelas formas **contra-argumentar, apresentar consequência, comprovar e explicar** (na narração _ justificando idéia).

Os trechos narrativos e descritivos que apresentam todas essas formas de argumentos no corpo do texto dissertativo são portadores de evidências que estabelecem o critério da verdade e da certeza à idéia-tese.

Os trechos podem vir ou não introduzidos por marcas lingüísticas específicas que autorizam a identificação da forma argumentativa apresentada por eles.

Outro aspecto textual que ficou evidente em nossa análise é a constituição dos textos argumentativos, em particular dos editoriais de jornal, os quais são estruturados basicamente pelos componentes estruturais **tese** e **argumentos**. Estes são indispensáveis para a configuração do texto argumentativo; e os componentes **proposta** e **conclusão** podem ser apresentados ou não. Já falamos nestas categorias do texto argumentativo, mas julgamos pertinente retomá-las neste momento.

Por **tese** entendemos a idéia defendida, a proposição que o locutor pretende provar e fazer o interlocutor crer (estruturada em trechos dissertativos); por **conclusão** entendemos a avaliação acerca dos fatos e idéias apresentadas, ela pode apenas confirmar a tese, mas pode também acrescentar idéias a esta; e por **argumentos** entendemos as justificativas que “provam”, convalidam, e sustentam a tese. Os argumentos são configurados em trechos narrativos e descritivos, por formas argumentativas diversas (como *explicação*,

exemplificação, caracterização, comprovação, apresentação de consequência, contra-argumentação) que identificamos neste estudo.

A **proposta** foi considerada por nós como a citação (asserção) pela qual se desencadeará um ponto de vista e, por conseguinte, a argumentação. A proposta, por ser geralmente um fato, acontecimento, é estruturada geralmente em trechos narrativos. Em trechos dissertativos ela se desenvolve como idéia pré-estabelecida e consensual. Através da citação de um fato, desenvolve-se uma posição determinada e apresenta-se outros argumentos que sustentem esse ponto de vista. A proposta é espécie de alavanca vários tipos de argumentos e ainda um caminho para se chegar à tese que se pretende defender.

Vale ressaltar que toda essa estrutura textual em que se organiza o texto dissertativo argumentativo “*stricto sensu*” **editorial de jornal** consiste no emprego de recursos lingüísticos-textuais-discursivos que contribuem para a efetivação e o cumprimento da função comunicativa desse texto, realizando-se assim como um gênero e, portanto como uma forma de discurso relativamente padronizada.

3.6- As marcas lingüísticas que introduzem os trechos

As relações levantadas por Koch (1989), que coincidem com as formas argumentativas que adotamos são: **exemplificação, explicação (justificação) e comprovação** . A autora estuda os mecanismos de coesão e sua relação com enunciados menores que os trechos que analisamos. Geralmente, na transição de um trecho para outro (descritivo para narrativo, narrativo para descritivo, etc) é iniciado um novo parágrafo. Por isso, observa-se uma considerável ocorrência de trechos sem marcas lingüísticas que os introduzem. O processo de construir um novo parágrafo diz respeito a uma nova idéia a ser

apresentada. Mas partindo do pressuposto de que a progressão textual é realizada por meio de sucessivos encadeamentos de idéias desenvolvidas em parágrafos diferentes ou não, conforme o grau de interdependência entre os parágrafos, para facilitar a interpretação do texto e a construção da coerência pelos usuários, as marcas lingüísticas se fazem necessárias.

Identificamos a ocorrência de marcas lingüísticas na inserção de trechos narrativos e descritivos nos editoriais de jornal; e observamos que essas marcas lingüísticas contribuem, em alguns casos, na classificação da forma argumentativa que os trechos desempenham.

Os trechos desempenham uma função argumentativa em relação a outro trecho, ora encadeados proximamente, ora distante. Observamos que as marcas lingüísticas que introduzem os trechos, nem sempre se prestam a estabelecer a relação entre eles. Com certa freqüência, essas marcas lingüísticas (elementos de coesão) estabelecem relações com o último enunciado do trecho anterior. Isso justifica o fato de não estarem sempre relacionadas diretamente com a forma argumentativa que o trecho desempenha, ou seja, em algumas ocorrências, as marcas lingüísticas estabelecem a relação entre os enunciados menores, mais próximos uns dos outros, e não entre os trechos.

Do total de 149 trechos, 117 trechos foram introduzidos sem marca lingüística (78,5%) e 32 com marca lingüística, ou seja, apenas 21,5% dos trechos inseridos no texto dissertativo-argumentativo editorial de jornal são introduzidos por marcas lingüísticas específicas. Veja tabelas 4 e 5, que mostram que formas argumentativas os trechos com e sem marcas lingüísticas apresentam. A sigla **SM** apresenta os trechos sem marca lingüística e a sigla **CM** apresenta os trechos com marca lingüística.

TABELA 4- QUANTIDADE DE MARCAS LINGÜÍSTICAS POR TIPO DE TRECHO E FORMA ARGUMENTATIVA

Trechos forma	NARRATIVO		DESCRITIVO		TOTAL	
	SM	CM	SM	CM	SM	CM
1-conse- quência	12/102 11,8%	1/102 0,9%	–	–	12/149 8%	1/149 0,7%
2-caracteri- zar	–	–	12/47 25,5%	5/47 10,6%	12/149 8%	5/149 3,4%
3-compro- var	9/102 8,8%	4/102 3,9%	–	–	9/149 6%	4/149 2,7%
4-contra- argum	0	5/102 4,9%	0	1/47 2,1%	0	6/149 3%
5-exempli- ficar	13/102 12,7%	5/102 4,9%	4/47 8,5%	3/47 6,3%	17/149 11,4%	8/149 5,4%
6-explicar	47/102 46%	6/102 5,9%	20/47 47%	2/47 4,3%	67/149 45%	8/149 5,4%

Total	81/102	21/102	36/47	12/47	117/149	32/149
	79,5%	20,5%	76,6%	23,4%	78,5%	21,5%

TABELA 5- QUANTIDADE DE MARCAS LINGÜÍSTICAS POR FORMA ARGUMENTATIVA

trechos forma	NARRATIVO		DESCRITIVO		TOTAL	
	SM	CM	SM	CM	SM	CM
1-conse- quência	92,3% 12/13	7,7% 1/13	–	–	92,3% 12/13	7,7% 1/13
2-caracteri- zar	–	–	70,58% 12/17	29,41% 5/17	70,48% 12/17	29,41% 5/17
3-compro- var	69,23% 9/13	30,76% 4/13	–	–	69,23% 9/13	30,76% 4/13
4-contra- argumentar	0%	100% 5/5	0%	100% 1/1	0%	100% 6/6
5-exempli- ficar	72,22% 13/18	27,78% 5/18	57,14% 4/7	42,86% 3/7	68% 17/25	32% 8/25
6-explicar	88,67% 47/53	11,33% 6/53	90,9% 20/22	9,1% 2/22	89,33% 67/75	10,67% 8/75

Analisando as tabelas, concluímos que a maioria dos trechos, 78,5% não apresenta nenhuma marca lingüística específica. Presumimos que essas inserções de trechos na estrutura do texto dissertativo extrapolam o âmbito da coesão textual, e nestes casos, cabe ao leitor construir a coerência do texto, estabelecendo mentalmente as relações semânticas e/ou discursivas. Nos trechos sem marcador, a introdução de uma nova forma argumentativa é marcada por sinais de pontuação (vírgula, ponto e vírgula, dois pontos, ponto) e ainda pela estruturação de um novo parágrafo.

Quanto às formas apresentadas pelos trechos, em todas as ocorrências da forma **contra-argumentar** foram identificadas marcas lingüísticas, e 32% dos casos da forma **exemplificar** são marcados lingüisticamente. As outras duas formas argumentativas com um número considerável de marcadores lingüísticos são as formas de **comprovar**, com 30,76%; e a forma **caracterizar**, com 29,41% das ocorrências.

Nas demais formas, identificamos um número de ocorrência de marcadores pouco considerável e acreditamos que essa baixa incidência de marcas lingüísticas é suprida pela pontuação e pelas noções de relação semântica-discursiva implícitas nos trechos que compõem um todo no sentido do texto. Essas noções são calculadas pelos interlocutores e aplicadas por eles na tarefa de atribuir um sentido ao texto. Quando empregadas, as marcas lingüísticas contribuem nessa tarefa, e consistem, em alguns casos, em pistas para identificação das relações entre os trechos, e às vezes até determinam com precisão essas relações.

Buscamos classificar e enquadrar as marcas lingüísticas que identificamos na introdução da inserção dos trechos, segundo as categorias apresentadas por Koch (1989) e analisamos a pertinência e a contribuição destas marcas lingüísticas na classificação dos trechos quanto à forma argumentativa exercida por eles.

No que tange às categorias de mecanismos de coesão apresentadas pela autora, nos centramos apenas naquelas que identificamos em nosso corpus, que pertencem à **sequenciação frástica** encadeamento por **conexão** e estabelecem **relações lógico-semânticas** e **relações discursivas ou argumentativas**.

Os conectores de **relações lógico-semânticas** encontrados nos editoriais são aqueles que estabelecem relações de **causalidade**, de **temporalidade** e de **modo**. Exemplificados e discutidos adiante.

Já os conectores de **relações discursivas ou argumentativas** detectados são os que estabelecem relações de **conjunção**, **contrajunção**, **explicação ou justificativa**, **comprovação**, **comparação**, **generalização/extensão**, **especificação/exemplificação**, **contraste** e **correção/redefinição**.

Identificamos três marcadores pertencentes às **relações lógico-semânticas** de **causalidade**. Esse tipo de relação expressa-se pela conexão de duas orações, em que uma é a causa que acarreta a consequência, representada pela outra oração. Os marcadores introduzem trechos narrativos com as formas **apresentar consequência** e **comprovar**. São eles: “em decorrência” (apresentar consequência) e “Pelo andar das” (comprovar). Observemos o exemplo (35):

- (35) (...)

 (...)

 (...)

 “Nos últimos dois anos, 540 montadoras abandonaram a fronteira em busca de custos menores (.....)

N3- Conseqüência Foram perdidos 200 mil empregos em decorrência da fuga dessas empresas- as “maquilladoras”.

 (...)

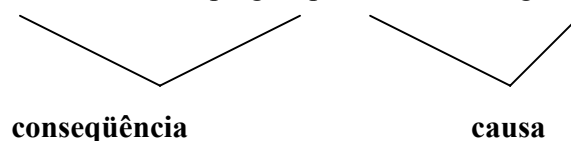
 (...)

 (...)

 (...)

 (FSP2, E10, N3)

No exemplo acima a causa é apresentada depois da marca lingüística “**em decorrência**”. Portanto, a causa dos 200 mil empregos perdidos é a fuga das empresas



Das relações **lógico-semânticas** de **temporalidade** foram identificados também três casos, sendo um em trecho descritivo e dois em trechos narrativos. No trecho descritivo esse marcador introduziu a forma **caracterizar** (“Desde...até...”), e no trecho narrativo introduziu as formas argumentativas **contra-argumentar** (“Mais tarde”) e **exemplificar** (“Paralelamente”). Veja exemplo (36) com a forma exemplificar:

- (36) “Vão crescendo as insatisfações com a área econômica do governo (.....)”

N3- exemplificar Em reunião do conselho de Desenvolvimento econômico (.....) os comentários foram graves (.....)
Paralelamente, em seminário promovido pelo jornal “Valor”, o presidente (.....) clamou pela redução do compulsório (.....)
 (...)
 (...)

(FSP3, E17, N3)

A relação de temporalidade estabelece a conexão de duas orações localizando no tempo ações, eventos, estados de coisas do “mundo real” ou a ordem em que se teve percepção ou conhecimento delas. A marca lingüística “**paralelamente**” situa no tempo os dois acontecimentos “reunião” e “seminário”, realizados no mesmo momento, e que exemplificam a insatisfação mencionada no primeiro trecho. A relação que a marca lingüística estabelece é, portanto, de situar no tempo dois fatos, pois relaciona o momento de dois acontecimentos pela palavra “paralelamente”. Quer dizer, um fato ocorreu ao mesmo tempo que outro ocorria, e esses dois fatos são exemplos narrados para provar alguma idéia. Portanto, não há uma relação lógica necessária entre esse marcador e a forma que ele apresenta no exemplo.

Foram identificadas duas marcas de relações **lógico-semânticas** de **modo**. Uma introduz um trecho descritivo pela forma **caracterizar** (“Como se sabe”) e a outra introduz um trecho narrativo com a forma **exemplificar** (“Assim pensaram”). Esse tipo de relação expressa o modo como se realizou a ação ou evento contido em outro trecho. Observe o exemplo (37) do trecho narrativo com a forma exemplificar:

(37) “(.....) Caiu por terra uma tese muito propagandeada pelo governo: a de que as negociações prévias “com a sociedade” e com os governadores poderia viabilizar a aprovação rápida e integral das reformas.

(...)
 (.....) Luiz Inácio refletiu um traço profundo de nossa cultura política, com ressonâncias autoritárias; que vislumbra no Executivo a instituição capaz de dar rumos ao país e, no congresso, a instância causadora de embaraços.

N4- exemplificar Assim pensaram,(.....) o marechal Floriano (.....) e Getúlio Vargas (.....).”

(...)
 (...)

(FSP2, E14, N4)

O modo como eles pensaram ficou mencionado no trecho “Luiz Inácio refletiu... embaraços”, o qual antecede o marcador “**assim**”. E essa marca lingüística funciona como conexão entre a idéia de como pensou Lula e exemplos de outros presidentes que pensaram como ele. Ou seja, a marca “**assim**”, que estabelece a relação de modo compara também Lula com os outros presidentes. Notamos ser esta uma particularidade, não havendo uma relação necessariamente lógica entre exemplificar, iniciado por uma marca lingüística que estabelece relação de **modo**.

Das relações **discursivas-argumentativas** de **conjunção** detectamos somente um caso no trecho descritivo que apresenta a forma argumentativa **caracterizar**. É a marca lingüística “No que diz respeito às”. A relação de conjunção é efetuada por operadores que ligam enunciados que constituem argumentos para uma mesma conclusão. Vejamos o exemplo (38) de um trecho descritivo com a forma **caracterizar**:

(38)

(...)
 (...)

“Embora o debate acerca do plano diretor venha se concentrando unicamente nas mudanças no zoneamento, as mudanças que ele estabelece para o governo da cidade são bem mais abrangentes.

D3- caracterizar No que diz respeito às políticas públicas, ele indica prioridades de investimentos, como a ênfase no transporte coletivo público, no caráter social da propriedade e na recuperação ambiental.

Sabe-se que a aprovação de leis, por si só não garante a realização das propostas (.....)

Para acompanhar a implementação das diretrizes estabelecidas foi instituído (.....)”

(...)

(FSP2, E12, D3)

A marca lingüística “**No que diz respeito às**” liga os trechos conduzindo-os a mesma conclusão. O marcador se ancora às idéias do enunciado anterior e apresenta uma informação que será completada com os outros argumentos. Essa marca lingüística não tem uma relação lógica obrigatória com a forma argumentativa **caracterizar**, porém cumpre a tarefa de introduzi-la.

Quanto às **relações discursivas-argumentativas de contrajunção**, identificamos três ocorrências. Os três casos em trechos narrativos com a forma argumentativa **contra-argumentar**. A relação de contrajunção contrapõe enunciados de orientações argumentativas diferentes. Os marcadores encontrados foram: “Ressalte-se que”, “E” (com sentido de mas); e “Mas”. Como mostra o exemplo (39):

(39)

(...)

(...)

“Esse é um depoimento dos muitos que conheço sobre a eficiência do Hospital do Câncer, aqui do Rio.

N2-Contra-argum E é com tristeza que fico sabendo da crise que agora reduz aquela referência clínica a 36 pacotinhos de gaze (.....)”

(...)
 (...)
 (...)
 (...)

(FSP4, E25, N3)

O trecho introduzido pelo marcador “e” apresenta um contra-argumento à idéia exposta no trecho que o precede, e pode ser substituído por “mas” por estabelecer esta oposição entre argumentos. Pelo fato desse tipo de relação só ter ocorrido nos trechos narrativos com a forma contra-argumentar podem ser considerados determinantes desta forma argumentativa.

Foram encontradas quatro ocorrências de marcadores de **relações discursivas-argumentativas de explicação/justificativa**, todos introduzindo a forma **explicar**. Um marcador em trecho descritivo (“É facilmente explicável”) e os outros três em trechos narrativos (“como o PT julgava”, “como isso vem acontecendo”, “é fácil de explicar”). Esta relação ocorre quando se encadeia, sobre um primeiro ato de fala, outro ato que justifica ou explica o anterior. Veja exemplo (40) de um trecho narrativo com forma **explicar**:

(40) “Foi uma interpretação exagerada(.....)
 A confusão é fácil de explicar:

N8- explicar Como o PT julgava a ALCA uma “anexação” da América Latina pelos Estados Unidos, a lógica mandava supor que (.....) a negociação seria rompida assim que Lula assumisse.”
 (FSP1, E2, N4)

A expressão “é fácil de explicar” já indica a forma argumentativa que o trecho posterior a ela apresenta com a própria palavra “explicar”. Nesse caso, a palavra “**como**” do segundo trecho tem o mesmo sentido da palavra “**porque**”, e por isso pode ser substituída na certificação.

A seqüenciação frástica por conexão dos trechos narrativos, estabelece, com maior frequência, a relação de **explicação/justificativa** e, ocorreu, em todos os casos em trechos de forma argumentativa **explicar**. Assim, narra-se um fato/acontecimento para **explicar** uma atribuição exposta.

As marcas lingüísticas das **relações discursivas-argumentativas de comparação** apareceram em dois casos. Um em trecho narrativo com a forma **explicar** (“A diferença é que”), e o outro em trecho descritivo com a forma argumentativa **caracterizar**. (“Diferentemente do.. .”). A comparação estabelece entre objetos uma relação de semelhança, similaridade ou diferença, neste caso, às vezes marcando inferioridade ou superioridade. Veja exemplo (41):

(41)

“Em abril, o governo argentino formalizou no congresso seu plano estratégico de segurança (.....)

(...)

(...)

(...)

“O que fazem os argentinos em 2004, fizemos nós brasileiros em 1990.

N1- explicar

A diferença é que o Brasil optou em afirmar a responsabilidade juvenil(.....)”

(...)

(...)

(OGL. 13, E25, N1)

O marcador “a diferença é que” faz uma comparação entre o Brasil e a Argentina. Essa comparação tem por função explicar melhor o que fizemos em 1990, mencionado no trecho que antecede ao marcador. A explicação é feita apresentando os traços distintivos entre a legislação da Argentina e a do Brasil.

Quanto às **relações discursivas-argumentativas generalização/extensão** identificamos a ocorrência de um caso com a forma argumentativa **explicar** (“Muito bem”), e uma com a forma argumentativa **comprovar** (“De fato”). Nesse tipo de relação, o segundo enunciado exprime uma generalização do fato contido no primeiro ou uma amplificação da idéia nele expressa. Observemos o exemplo (42):

(42) “O parecer do procurador-geral do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), revelado ontem pela Folha, é mais uma evidente indicação de que o poder público está decidido a só cumprir as leis que não contrariem os interesses do MST.

N1- comprovar De fato, o governo anterior havia editado uma medida provisória impedindo que terras invadidas fossem vistoriadas e desapropriadas pelo Incra por um período de dois anos. Tal medida, que o Congresso já converteu em lei, vem sendo acintosamente ignorada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva desde seus primeiros dias.

(...)
(...)
(...)
(...)

(FSP2, E8, N1)

O Marcador “de fato” chama o leitor para uma análise das idéias apresentadas, ou

seja, o faz acreditar na tese de que o poder público está decidido a só cumprir as leis que não contrariem os interesses do MST. O fato exposto posteriormente comprova e generaliza a idéia trecho.

O tipo de **relação discursiva –argumentativa** por **especificação/exemplificação** apareceu em cinco casos. Todos na argumentativa **exemplificar**. Sendo três ocorrências em trechos descritivos (“É o caso”, “No caso”, “Por exemplo”), e duas ocorrências em trechos narrativos (“Por exemplo”, “Como”). Vejamos o exemplo (43) de um trecho descritivo com a forma **exemplificar**:

(43) “Tratada quase sempre como estatística, a crise do emprego ganha outra dimensão quando relatada por quem a vive.

D1- exemplificar É o caso dos moradores da rua do Trabalho, situada em um bairro de classe média baixa na zona leste de São Paulo.”
(.....)

(...)

(...)

(...)

(...)

(FSP3, E15, D1)

A marca lingüística “**é o caso**” apresenta um exemplo do fato exposto no trecho que a antecede. Consideramos por isso, essa marca lingüística indicadora da forma argumentativa **exemplificar**.

A relação especificação/exemplificação dos trechos tanto descritivos quanto narrativos é indicadora da forma **exemplificação**. Esses marcadores têm a função de apresentar um caso que exemplifica uma idéia.

A marca lingüística “**por exemplo**”, que aparece uma vez no trecho descritivo e outra no trecho narrativo tem relação incontestável com a forma **exemplificar**. Outros trechos com a forma **exemplificar** não são marcados lingüisticamente por esse conector, que estabelece uma relação discursiva ou argumentativa, mas trabalhamos com o pressuposto de que todos os trechos que são introduzidos pelo marcador “**por exemplo**”, desempenham a forma **exemplificar**.

As marcas das **relações discursivas-argumentativas de correção/retificação** não foram identificadas em nenhum caso. Esse tipo de relação ocorre quando, por meio de um segundo trecho, se corrige, suspende ou redefine o primeiro.

Observamos duas ocorrências de marcadores da **relação discursiva-argumentativa por contraste**. Um apareceu num trecho descritivo com a forma **contra-argumentar** (“Bem diferente”). A forma argumentativa sugere a possibilidade dessa ocorrência, pois, quando se contra-argumenta se apresenta uma idéia que contrasta a outra. No outro caso, o marcador (“ao contrário”) apareceu num trecho narrativo com a forma **explicar**. Observemos o exemplo (44):

(44)

(...)
(...)
(...)

(.....) “As reivindicações por uma reforma agrária que contemple as numerosas famílias rurais vítimas da miséria e do desemprego, permitindo-lhes participar da produção, auferir renda e fixar-se à terra têm merecido o apoio dos brasileiros.

D2- contra-argum Bem diferente são os objetivos descaradamente políticos de alguns líderes do MST, a arregimentar massas.”
(...)

(FSP2, E8, D2)

O marcador “**bem diferente**” deixa explícita a idéia de contraste que será estabelecida em relação à idéia anterior e contrastando as idéias realiza a forma **contra-argumentar**.

Quanto às marcas lingüísticas das **relações discursivas-argumentativas** de **comprovação** surgiram dois casos, sendo um de trecho descritivo com a forma argumentativa **explicar** (“De acordo com o”) e o outro de trecho narrativo com a forma argumentativa **comprovar** (“Segundo o”). Por esse tipo de relação, acrescenta-se, através de um novo trecho, uma possível comprovação da asserção anterior. Portanto, a função de comprovar apresenta uma lógica natural quanto ao emprego dessa marca lingüística. Veja o exemplo (45) de um trecho narrativo com a forma **comprovar**:

- (45) “Na crise de segurança no Rio, quando se vê o aumento, a níveis insuportáveis, da violência praticada pelas organizações criminosas contra pessoas de bem, mais uma vez surge um complicador de natureza política. E novamente se pode ter como resultado o retorno à estaca zero nas medidas anunciadas, em conjunto, pelos governos federal e estadual. A dificuldade de viabilizar o acordo com o governo federal reside na preocupação de que a ação de forças combinadas militares e civis, federais e estaduais, poderia fazer parecer uma intervenção federal.
 (...)
 (...)

(.....) Não se convencem que os seus movimentos suplicando pela paz só fortalecem os bandidos. Esses criminosos violentos são inimigos do povo e só respeitam os métodos da contraviolência e da retaliação. Temem, apenas, as forças de segurança quando agem na defesa da sociedade com o uso irrestrito e legal de energia na ação.

N1- comprovar Segundo o relatório anual da ONG centro da Justiça Global, no ano passado, os confrontos com policiais resultaram na morte de 3,2 bandidos por dia.
 (...)
 (...)

(OGL. 12, E23, N1)

O marcador lingüístico do exemplo apresenta uma prova para a tese do trecho que o antecede. A expressão utiliza um dado autorizado, pois é constatado por uma ONG. Esse tipo de prova cria uma maior adesão do leitor, por isso a importância de utilizar essa referência, que é expressa por uma marca lingüística específica e que sugere também um trecho com a forma argumentativa **comprovar**.

O **quadro 1** abaixo apresenta marcas lingüísticas que foram identificadas, o tipo de trecho a que pertencem e a forma argumentativa apresentada pelo trecho.

QUADRO 1- OS MACADORES, OS TRECHOS E AS FORMAS ARGUMENTATIVAS

TRECHO FORMA	DESCRIÇÃO	NARRAÇÃO
APRESENTAR CONSEQUÊNCIA	_____	“em decorrência”
CARACTERIZAR	“guardam (...) duas características” “Diferente do... o...” “No que diz respeito às” “Como se sabe”	_____

	“Desde...até...”	
COMPROVAR	_____	“De fato” “Pelo andar das...” “Segundo o” “Como o país inteiro soube”
CONTRA- ARGUMENTAR	“Bem diferente”	“Ressalte-se que” “Mais tarde” “Ao contrário” “Mas” “E” (Com sentido de “mas”)
EXEMPLIFICAR	“É o caso” “No caso” “Por exemplo”	“Por exemplo” “Assim pensaram” “Paralelamente” “Lembro uma” “Como”
EXPLICAR	“De acordo com” “é facilmente explicável”	“como”(com sentido de “porque”) “É fácil de explicar” “Muito bem” “Ao contrário” “como”(com sentido de “porque”)

Pelo quadro 1, pudemos observar que, nas formas apresentadas por cada trecho, ocorreu pelo menos uma marca lingüística. As outras formas argumentativas da tabela que não mostram marca lingüística é porque não foram apresentadas pelo tipo de trecho, como as formas **apresentar consequência**, e **comprovar**, que não foram configuradas pelo

trecho **descritivo**; e ainda a forma argumentativa **caracterizar**, que não foi apresentada pelo trecho **narrativo**.

É pertinente também o fato de que a mesma marca lingüística pode atuar com trechos de tipos diferentes como a marca *por exemplo*, encontrada tanto em trechos narrativos quanto em trechos descritivos. E também marcas muito semelhantes, com um sentido muito próximo, como a marca lingüística *como se sabe* (trecho descritivo) e a marca *como o país inteiro soube* (trecho narrativo); o marcador *de acordo com* (descritivo) e o marcador *segundo o* (narrativo); as marcas *é facilmente explicável* (descritivo) e *é fácil de explicar* (narrativo). Por essas ocorrências concluímos que as marcas lingüísticas que introduzem os trechos não se prestam a marcar o tipo destes, ou seja, não determinam se esses trechos são narrativos ou descritivos, mas têm uma função de marcar relações dos trechos em que estão inseridas com outros trechos do texto (geralmente trechos antecedentes). Todavia o pequeno número de dados só nos permite levantar tais hipóteses que teriam de ser verificadas num corpus muito mais amplo.

O **quadro 2** apresenta as marcas lingüísticas, a função do trecho que ela introduz e a relação que estabelece. As relações de 1 a 3 são relações lógico-semânticas e as relações de 4 a 13 são relações **discursivas argumentativas**.

QUADRO 2 - MARCADORES, RELAÇÕES E FORMAS ARGUMENTATIVAS

forma relações	Consequência	Caracterizar	Comprovar	Contra- argumen	Exemplificar	Explicar
1 Causalidade	“em decorrência”	—	“Pelo andar das”	—	—	—

2 Temporalidade	—	“desde...até”	—	“Mais tarde”	“Paralelamente”	—
3 Modo	—	“Como se sabe”	“Como o país inteiro soube”	—	“Assim pensaram”	—
4 Contrajunção	—	—	—	“Ressalte-se que” “E “ “Mas”	—	—
5 Explicação/ justificativa	—	—	—	—	—	“é facilmente explicável” “como” “como” “é fácil de explicar”
6 Conclusão	—	—	—	—	—	—
7 Comparação	—	“Diferentemente do...o “	—	—	—	“A diferença é que”
8 Generalização/ Extensão	—	—	“De fato”	—	—	“Muito bem”

9 Especificação/ explicação	—	—	—	—	“É o caso” “No caso” “Por exemplo” “Por exemplo” “Como o” “Guardam duas características”	—
10 Correção/ redefinição	—	—	—	—	—	—
11 Contraste	—	—	—	“Ao contrário” “Bem diferente”	—	“Ao contrário”
12 Comprovação	—	—	“Segundo o”	—	“Lembro uma”	“De acordo com”
13 Conjunção	—	“No que diz respeito às”	—	—	—	—

É pertinente observar no quadro acima que o marcador *em decorrência* identificado na forma argumentativa **apresentar consequência** estabelece relação causa-consequência, portanto, nesses dois casos, essa marca pode ser um indicador da forma argumentativa, pois o que decorre de algo é considerado como um fato que é consequência de outro mencionado. As marcas linguísticas *diferentemente do...o* e *Bem diferente são* pertencem respectivamente às formas **caracterizar** e **contra-argumentar**. No caso da forma **contra-argumentar**, a marca *Bem diferente são* (que expressa a relação de contraste), pelo seu sentido opositivo e de contraste, é um indicador da forma **contra-argumentar** que se presta a apresentar uma idéia oposta à anterior. E no que diz respeito à forma **caracterizar**, o caráter de comparar e apresentar traços diferentes de algo mencionado para descrevê-lo com propriedade, também atribui à marca *Bem diferente são* (que expressa a relação de comparação) um papel de indicadora da forma argumentativa **caracterizar**. Isso também acontece com as marcas *segundo o* (relação de comprovação) com a forma **comprovar** e a marca *de acordo com* (relação de comprovação) com forma **explicar**, pois tanto na primeira quanto na segunda função, essas marcas com um sentido muito próximo, são pistas para a identificação da forma argumentativa que o trecho exerce, mas nem determinam nem são exclusivas de cada forma. A última mencionada, *de acordo com*, mesmo pertencendo à relação de comprovação, apresenta uma explicação posterior ao marcador. Isso se deve ao fato da explicação ser realizada, mas com uma força

